



Rodrigo Moreira Costa

**O acolhimento institucional para mães
adolescentes: práticas cotidianas e reinserção
sociofamiliar**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Irene Rizzini

Rio de Janeiro
Junho de 2016



Rodrigo Moreira Costa

O acolhimento institucional para mães adolescentes: práticas cotidianas e reinserção sociofamiliar

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Irene Rizzini

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Joana Gracia

UFRJ

Prof.^a Joana Iabrudi Carinhanha

UERJ

Prof.^a Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Rodrigo Moreira Costa

Graduou-se em Psicologia na Universidade Gama Filho em 2012; em seguida cursou pós-graduação (*lato sensu*), no Curso de Especialização em Atenção Psicossocial na Infância e Adolescência no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2013. Participou de diversos eventos direcionados aos temas das políticas públicas, psicologia social e proteção integral infantojuvenil. Atuação como profissional psicólogo, em instituição de acolhimento, no atendimento de crianças e adolescentes.

Ficha Catalográfica

Costa, Rodrigo Moreira

O acolhimento institucional para mães adolescentes: práticas cotidianas e reinserção sociofamiliar / Rodrigo Moreira Costa; orientadora: Irene Rizzini – 2016.

158 f.: il. color; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Mães adolescentes. 3. Acolhimento institucional. 4. Reinserção sociofamiliar. 5. Práticas cotidianas. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico este trabalho a todas as mães adolescentes que vivenciam histórias de discriminação, de violência e de abandono. Histórias de sofrimentos que se relacionam ao seu gênero, à sua cor, ao seu lugar econômico e social, à sua cultura, sendo tantas vezes excluídas daquilo que lhe é de direito, mesmo já instituído. Dedico, também, em especial, à minha irmã, Patrícia Rafaela Moreira Costa, e a todas as mulheres, que como ela, apesar dos desafios, superaram as fragilidades sociais de vivenciar a maternidade na adolescência. Faço ainda mais uma dedicatória, aos profissionais que intensamente têm buscado caminhos para potencializar as possibilidades de saída da instituição para as mães adolescentes e seu(s) filho(s).

Agradecimentos

À minha família, que sempre acreditou em meu potencial, e especialmente à minha mãe, Neusa de Lima Moreira, que, quando penso não ser possível alcançar determinado objetivo, coloca-se com toda a sua vitalidade, fortalecendo-me.

Ao meu companheiro, José Roberto Pereira Peres, que faz dos momentos mais complexos os mais intensos em amor e cumplicidade e por me apoiar na desconstrução dos meus “monstros” e em meus projetos desafiadores.

À minha generosa orientadora, Irene Rizzini, que me permitiu voar no campo das ideias e me orientou para além da construção desta dissertação, ampliando meus horizontes em relação à vida.

Ao Projeto Pátio, no Complexo de Favelas do Alemão, e toda equipe que durante meus primeiros anos na cidade do Rio de Janeiro foram meus companheiros de luta e minha família. Um eterno carinho a todos e especialmente à Alessandra, Amilton, Ariana, Carol, Cassia, Heloisa, Ivan, Jonathan, Junior, Maize, Marcelinho, Otávio, Rafaela e Verinha.

Aos meus companheiros de mestrado e em especial a Tatiana Bernardes, amiga confiante, intensa e exemplar, que se permitiu, durante o período do curso, desvencilhar-se de amarrações sociais às quais, ainda hoje, muitas mulheres estão se submetendo, a fim de alcançar voos mais altos e livres.

Aos meus colegas e amigos de trabalho do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, que me apoiaram e deram suporte para os meus momentos mais difíceis na produção do trabalho final, Anna Luiza Ramos, Renata Albino, Rafaela Woodtli, Leandro Francisco Leal e Cristiane Azevedo Castro.

Às participantes da pesquisa e ao jovem pai participante, por se permitirem apoiar este trabalho, demonstrando durante a entrevista muito interesse em repensar o lugar das instituições e da mulher.

Todas essas pessoas me ajudaram de forma muito significativa na construção desta dissertação e no meu posicionamento, tanto profissional como o de sujeito social. A vocês deixo meu carinho e minha admiração registrada neste trabalho acadêmico, que me ajudou a desenvolver ainda mais meu interesse pelos estudos, pesquisas sociais e práticas inovadoras.

Resumo

Costa, Rodrigo Moreira; Rizzini, Irene. **O acolhimento institucional para mães adolescentes: práticas cotidianas e reinserção sociofamiliar.** Rio de Janeiro, 2016, 158p. Dissertação de Mestrado — Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem por objetivo analisar se a instituição de acolhimento pode exercer as funções de proteção social a mães adolescentes que não encontraram essas possibilidades em sua família de origem. Para tanto, partimos da descrição da própria experiência profissional e de relatos de profissionais e jovens envolvidos no processo de acolhimento, e com inspiração nas contribuições de Edgar Morin e Urie Bronfenbrenner, pelas quais introduzimos a ideia de práticas cotidianas contextualizadas e descontextualizadas para analisar a complexidade em acolher jovens mães com seus filhos. A pesquisa é desenvolvida tendo como campo de estudo a única instituição de acolhimento que, na época, recebia mães adolescentes com seus filhos, na cidade do Rio de Janeiro. O pesquisador utiliza metodologia qualitativa de observação participante, como uma experiência ecológica e de entrevistas semiestruturadas para analisar o contexto psicossocial das acolhidas; as concepções dos profissionais em relação à reinserção sociofamiliar e as principais práticas cotidianas. Esta dissertação articula o tema, de grande relevância acadêmica, com o debate em políticas públicas, buscando contribuir para ampliar a visibilidade e a compreensão sobre os problemas enfrentados pelas mães adolescentes acolhidas, superar as práticas que não valorizam suas histórias de vulnerabilidade e destacar possibilidades de efetivação de seus direitos em meio a tantas violações.

Palavras-chave

Mães adolescentes; acolhimento institucional; reinserção sociofamiliar; práticas cotidianas.

Abstract

Costa, Rodrigo Moreira; Rizzini, Irene (Advisor). **The residential care for adolescent mothers:** daily practices and socio-familial reintegration. Rio de Janeiro, 2016, 158p. Master Dissertation — Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze whether the residential care institution can exercise the functions of social protection for adolescent mothers who did not receive these social protection facilities in their origin families. Therefore, we have started from our own professional experience description and reports from professionals and young people involved in the hosting process, and were also inspired by the contribution of Edgar Morin and Urie Bronfenbrenner, in which we have introduced the idea of contextualized and decontextualized everyday practices, to analyze the complexity of hosting young mothers with their children. The survey is developed having as a field studies, the only residential care institution that at that time was hosting adolescent mothers with their children in the city of Rio de Janeiro. The researcher resorts the qualitative methodology of participant observation as ecological experience, also semi-structured interviews to analyze the psychosocial context of the accepted people; the conceptions of the professional regarding to socio-family reintegration and the main daily practices. This dissertation articulates such a great relevant academic theme with public politics debates intending to collaborate to expand the visibility and the understanding of the problems faced by hosted adolescent mothers, overcome the practices that do not value vulnerability stories, and highlight the effect possibilities for their rights once they suffer several violations.

Keywords

Adolescent mothers; residential care; Socio-family reintegration; daily practices.

Sumário

1	Introdução	13
1.1	Apresentação da proposta de estudo	18
1.2	Caminhos metodológicos: o processo para o desenvolvimento da pesquisa	24
2	Acolhimento institucional, reinserção sociofamiliar e práticas cotidianas: afinal do que se trata?	31
2.1	Acolhimento institucional para mães adolescentes: conhecendo essa modalidade de acolhimento	40
2.2	Projeto Mães Adolescentes	50
3.	O contexto psicossocial de mães adolescentes acolhidas	60
3.1	Caminhos para a busca de elementos do contexto psicossocial das mães adolescentes acolhidas: metodologia de análise no campo empírico	61
3.1.1	Escolaridade	65
3.1.2	A primeira gestação	68
3.1.3	Paternidade do bebê	71
3.1.4	Motivos do acolhimento	75
3.1.5	Perspectiva de futuro	80
3.1.6	A família	83
3.2	Para além da família hegemônica: acolhimento institucional como dispositivo de proteção e sociabilidade	85
3.3	Os princípios políticos do acolhimento institucional como desafio para o processo de implementação	93
4	As práticas cotidianas e a reinserção sociofamiliar no acolhimento de mães adolescentes	103
4.1	As práticas cotidianas quando contextualizadas	107
4.2	As práticas cotidianas quando descontextualizadas	117
4.3	A potência criadora nas práticas contextualizadas	124

5	Reflexões finais	129
6	Referências Bibliográficas	139
	Anexo I – Parecer da Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	147
	Anexo II – Entrevista semiestruturada	153
	Anexo III – Tabela de Sistematização da pesquisa bibliográfica	154
	Anexo IV – Trajetória profissional e acadêmica do autor pesquisador	155

Lista de gráficos

Gráfico 1	- Grau de escolaridade das acolhidas	66
Gráfico 2	- Idade da primeira gestação	69
Gráfico 3	- Idade do pai biológico	75
Gráfico 4	- Motivo do acolhimento	78
Gráfico 5	- Perspectiva de futuro	82

Lista de siglas

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Juventude
CIESPI	Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
CNJ	Conselho Nacional de Segurança
CRAS	Centro de Referências de Assistências Sociais
DEGASE	Departamento Geral de Ação Socioeducativa
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FUNABEM	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MCA	Módulo Criança e Adolescente
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
PMA	Projeto Mães Adolescentes
PNAD	Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SAC	Serviço de Ação Continuada
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNFPA	Fundo de Populações das Nações Unidas
VJI	Vara da Infância, da Juventude e o Idoso

Quando a casa é a rua¹

“Minha mãe trabalhava desde as seis da manhã até a uma hora da manhã para poder nos alimentar e sustentar a casa. Meu pai ficava bebendo e batia nela. Eu tentava proteger minha mãe, e meu pai virava e me batia como se eu fosse um adulto. Eu sou muito parecido fisicamente com meu pai, e minha mãe se vingava em mim, descarregando sua raiva. Não podia fazer isso com ele, fazia comigo, então me batia.

Muitas vezes eu chegava perto, queria lhe dar um beijo, e minha mãe me rejeitava. Falava que estava cansada. Então, bom... eu comecei a fumar muito pequeno, quando tinha nove anos. Com dez anos, comecei com a maconha, comecei a sair. Não tinha minha própria personalidade, queria ser como os outros e ser aceito no grupo. Queria ser como os outros, chamar a atenção, muitas vezes porque nunca tive atenção da minha família.

...eu falei, ‘eu não preciso de ninguém,’ sempre relutante, ‘eu não preciso de ninguém!’. Ela me disse: ‘não vamos te forçar. A gente vem todo sábado. Quando você quiser, você pode nos pedir ajuda’. Então eu me olhei e me disse, ‘eu não posso acreditar que estou assim, que tenha perdido meus valores, que tenha me humilhado como pessoa, que tenha perdido minha juventude na cadeia, que tenha deixado pisar por mim mesmo e ser pisado pela sociedade’.

Então corri até o sinal, corri rápido, bati na janela do carro e falei para Rosi: ‘sabe o quê? Eu quero ir com vocês’. Quando cheguei na associação, assim que atravessei a porta, senti um valor como pessoa. Um valor cheio de amor, de compreensão, de carinho, coisas que não tive muitas vezes com a minha família.”

Depoimento de Javier

Jovem em situação de rua da cidade do México

¹ Quando a casa é a rua. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio. Direção: Theresa Jessouroun. [S.l]: kino filmes, 2012. 1 DVD (35 min).

1

Introdução

O acolhimento institucional que atende crianças e adolescentes que vivem em situações precárias de vida e, conseqüentemente, têm seus direitos violados, tem sido um tema muito discutido atualmente, porém com inúmeros desafios a serem alcançados. O campo do acolhimento institucional às crianças e aos adolescentes tem sido alvo de pesquisas e estudos sistemáticos na atual conjuntura dos departamentos de pesquisa social nas academias brasileiras, havendo uma variedade de estudos sendo desenvolvidos².

A dificuldade em promover a atenção continuada às crianças e aos adolescentes acolhidos (principalmente quando completam a maioridade); a precariedade das instituições; as intervenções descontextualizadas à situação da(o) acolhida(o); a precariedade do vínculo profissional dos trabalhadores; e a má gestão do Poder Público Municipal estão entre as principais fragilidades a serem superadas para a efetivação e construção de políticas públicas que garantam uma assistência de qualidade para essa população.

O documentário *Quando a casa é a rua* apresenta depoimentos que indicam os principais motivos que levaram as crianças e os jovens a estarem nas ruas e os fatores que contribuem para superar essa situação. Também buscou analisar e responder a essas indicações a partir de declarações e imagens do cotidiano de jovens que cresceram nas ruas da Cidade do México e do Rio de Janeiro.

A partir das experiências do pesquisador³ no campo do serviço social, foi possível relacionar as histórias de vida encontradas na produção do documentário

² Autores que discutem o tema: RIZZINI, 2007; ALTOÉ, 2009; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL'AGLIO, 2011; CARINHANHA; PENNA, 2012; FERNANDES, 2012; DAFFRE, 2012; BRITO; ROSA; TRINDADE, 2014; IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2015.

³ Trajetória profissional e acadêmica do autor pesquisador desta dissertação encontra-se no ANEXO IV.

a tantas outras já conhecidas no cotidiano do serviço de acolhimento a mães adolescentes, assim como muitas outras histórias, em toda a América Latina e Caribe, a partir dos estudos para esta dissertação (Rizzini et al., 2006). As histórias de vida dessas crianças e adolescentes deixam evidentes as violações vividas nos ambientes intrafamiliar e social.

Pesquisas afirmam as dificuldades encontradas no manejo com as famílias das(os) acolhidas(os) e na proposta de reinserção sociofamiliar desenvolvida em acolhimento institucional nos últimos anos. Uma das questões apresentadas está nas complicações encontradas nas famílias em aderir aos encaminhamentos propostos (Brito et al., 2014). A situação precária de vida associada à inacessibilidade de informações e cuidados básicos, à moradia em locais de difícil acesso e dominado pelo poder paralelo (gangues, quadrilhas, milícias e integrantes do tráfico de drogas do território) estão entre os fatores que afetam significativamente a continuidade dos projetos de reinserção sociofamiliar iniciados nas instituições.

A política de acolhimento institucional prioriza a convivência familiar e compreende que a institucionalização consiste em uma ação excepcional e provisória, que visa à garantia do direito de proteção social integral para o acolhido até que este retorne para sua família de origem, ou seja, incluído em família substituta. Porém, o que fazer quando a adolescente não tem a perspectiva de retornar à sua família de origem ou quando o modelo de intervenção não é capaz de entender as suas necessidades singulares?

Muitas famílias, mesmo com seus vínculos afetivos preservados em relação à adolescente ou criança acolhida, valorizam e têm como espaço ideal para o desenvolvimento desse vínculo o acolhimento institucional e, geralmente, preferem este ao ambiente familiar. As famílias, quando visitam as acolhidas, deixam claro sua satisfação em dar continuidade ao acolhimento dos filhos, usando como justificativa a estrutura física das instituições, tais como a quantidade de quartos, os aparelhos eletrônicos, como televisores e *videogames* e, principalmente, o número de refeições diárias (Brito et al., 2014).

Outros estudos, como o de Siqueira et al. (2011), apontam aspectos relevantes percebidos em algumas reinserções sociofamiliares malsucedidas. Os

autores encontraram em suas pesquisas a ausência de relações estáveis entre as acolhidas e as famílias de origem, configurando-se uma relação com segurança emocional insuficiente para a (re)construção de identificação e vínculos, fator que indica certa impossibilidade de convivência intrafamiliar. “Pode-se perceber que as adolescentes não demonstram sentimento de pertencimento ao seu grupo familiar e não se sentiam acolhidas ou compreendidas neste espaço” (Siqueira et al., 2011, p. 389).

Por algum outro motivo, da ordem da subjetividade, além da precariedade das relações intrafamiliares, muitos jovens em situação de rua escolheram-na como espaço de pertencimento. Na rua, encontram companheirismo, amizade, um grupo ao qual se identificam, o sentimento de pertencimento e de proteção tão almejado pela maior parte dos casos. “*Encontrei a rua como um refúgio para mim... A rua é minha casa! Aqui eu sei onde entrar e sair, sei onde eu posso ir e o que vou arrumar, aqui eu sei me virar!*”⁴.

Foram encontrados, na experiência de campo para esta pesquisa, elementos que apontam ações e modos de pensar já estabelecidos, como o de promover a reinserção sociofamiliar forçada. Esse tipo de intervenção parece depositar na família toda a responsabilidade em relação ao cuidado integral da adolescente, sem considerar a corresponsabilidade e as possibilidades de outros dispositivos participarem do processo. Outras instituições, além da família e do acolhimento institucional, podem ser complementares no desenvolvimento da criança e do adolescente.

A reinserção para a família de origem se caracteriza como a principal intervenção do acolhimento institucional. Essa ação está orientada pela política vigente no país, parecendo estar relacionada à idealização dos profissionais, da sociedade e das acolhidas em manter a família nuclear como o principal espaço de desenvolvimento para a mãe adolescente e seu bebê. O lugar social estabelecido à família, e idealizado por ampla parte da sociedade, parece potencializar mais essa prática em relação a outras, como, por exemplo, o desligamento entre a acolhida e seu(s) filho(s).

⁴ Depoimento de Carafina, jovem em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro. Documentário *Quando a casa é a rua*.

A culpabilização das famílias em situação precária de vida, pela situação de muitas crianças acolhidas, também está entre um dos elementos mantenedores de ações que acabam sendo malsucedidas, como a reinserção sociofamiliar forçada. Os modos de pensar simplificador e mantenedor de modelos conservadores não consideram a complexidade do processo de vulnerabilização dessas famílias e muito menos a singularidade de cada sujeito. Assim, percebe-se que ainda há muitas ações que impedem a continuidade dos avanços na assistência voltada à criança e ao adolescente em nossa sociedade, principalmente àqueles em situação de rua.

Partindo do entendimento que o rompimento de vínculos e as fragilidades das relações familiares das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e/ou de rua já têm sido dimensionados e apontados pelas pesquisas acadêmicas, o objetivo desta pesquisa é discutir se a instituição de acolhimento institucional pode exercer as funções protetora e promotora da instrumentalização para uma vida em sociedade às mães adolescentes, o que denominamos aqui de sociabilidade, ou seja, de um ponto de vista embrionário, a habilidade de interagir nos múltiplos territórios sociais, além daqueles que fazem parte de seu cotidiano.

As acolhidas que não encontraram em suas famílias de origem possibilidades de instrumentalização para lidar e elaborar as suas questões psicossociais, como as fragilidades dos vínculos familiares, podem encontrar essa função em outras instituições, como o acolhimento institucional. Para exercer essa função, consideramos importante a instituição de acolhimento reconhecer as fragilidades familiares, para a construção de práticas ou intervenções cotidianas às mães adolescentes, entre outros elementos do contexto psicossocial⁵ da acolhida.

O entendimento de contexto psicossocial está fundamentado na construção política do campo da Atenção Psicossocial em Saúde Mental, que entende o processo social como uma atividade complexa e atravessada por múltiplas dimensões, que ora estão em harmonia e outrora em intensos conflitos (Amarante,

⁵ O contexto psicossocial está baseado em um princípio, construído no campo da saúde mental, que apresenta uma atenção mais ampliada para o sujeito atendido em um serviço de saúde integral. Visa avaliar a situação do atendido em seu ambiente como um todo, respeitando sua singularidade e seu território subjetivo, com o objetivo de expandir o acesso, fazendo com que esse encontro entre o serviço e o usuário tenha sentido.

2007); além de estar relacionado ao atendimento no cotidiano do habitante de um ambiente urbano, afetado por sofrimentos psíquicos e sociais, considerando seus mais diversos papéis e ambientes subjetivos. Como afirma Delgado (1999, p. 118), “um mundo num universo de mil mundos subjetivos e políticos”.

A dissertação tem como foco dimensionar quais são as práticas cotidianas contextualizadas e descontextualizadas, para, por meio dessa dimensão, apresentar sugestões que possam contribuir para a construção de uma dinâmica de acolhimento que promova a instrumentalização da acolhida para uma melhor qualidade de vida e a continuidade dos projetos iniciados na instituição que atende a jovem mãe com seu(s) filho(s).

Ao propor a ideia de práticas contextualizadas e descontextualizadas, não se busca limitar as práticas a rótulos dicotômicos, mas, sim, identificar a partir dos elementos contextuais encontrados quais as ações mais frequentes no processo de acolhimento para mães adolescentes e seus filhos, que possibilitam ou dificultam a proteção e a instrumentalização das acolhidas após a experiência de acolhimento institucional.

Esta dissertação apresenta algumas dicotomias, que podem parecer simplistas, mas que foi o caminho encontrado nesse momento para sistematizar e facilitar a compreensão do tema e a conjuntura atual que se encontra o acolhimento institucional para mães adolescentes. Os profissionais que atuam no acolhimento institucional pesquisado foram divididos em dois grupos, e as práticas, em duas categorias.

O percurso escolhido para sistematizar as práticas cotidianas consiste em realizar um levantamento, dos elementos psicossociais da vida das acolhidas, que permita uma aproximação com sua atual situação social. Busca-se, assim, compreender quais as suas principais necessidades, perspectivas de futuro e suas condições para superá-las e alcançá-las. Concomitantemente a essa atividade, pretende-se analisar as concepções de reinserção sociofamiliar dos profissionais e quais as práticas cotidianas mais frequentes em suas atuações.

O resultado dessas investigações dará a esse estudo uma compreensão com maior propriedade sobre a vida da acolhida e sobre as intervenções dos

profissionais, o que levará o pesquisador e o leitor a compreender quais são as práticas contextualizadas e descontextualizadas, nesse angulo específico.

1.1

Apresentação da proposta de estudo

Antes de mais nada devo dizer que a complexidade, para mim, é o desafio, não a resposta.

(Edgar Morin)

O ponto de partida que norteia esta dissertação consiste em algumas das questões levantadas durante a observação participante do pesquisador enquanto atuante, profissional psicólogo no Projeto Mães Adolescentes, que funciona em uma instituição de acolhimento⁶ ainda não reordenada⁷, de acordo com as políticas vigentes do município do Rio de Janeiro.

O pesquisador, a partir de sua atuação privilegiada, podendo adentrar-se ao ambiente institucional de acolhimento, além de poder observar, atuava intervindo no cotidiano da instituição. A observação do cotidiano no processo de acolhimento de mães adolescentes e as construções de projetos de ação e de intervenção nesse campo permitiram contribuir para uma aproximação do objeto pesquisado, promovendo certas inflexões nos posicionamentos e atuações dos

⁶ Esta instituição de acolhimento, denominada Unidade de Reinserção Social Ayrton Senna, de acordo com mandato judicial realizado pela 1ª VIII da Capital, no mês de março de 2016, o magistrado Pedro Henrique Alves determinou o fechamento da instituição no prazo de 30 dias devido à superlotação e a transferência das crianças para outras unidades. “A má gestão e o descaso do Poder Público Municipal acabaram por tornar a instituição em comento absolutamente imprópria para o acolhimento de crianças e adolescentes, que são ali submetidos a condições indignas, insalubres e até mesmo perigosas, afirma o juiz, que detalha os problemas encontrados no local: abuso sexual contra jovens, presença de traficantes, uso de drogas por acolhidos e até tentativa de homicídio cometida por adolescentes contra funcionários” (PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016).

⁷ O reordenamento dos serviços de acolhimentos no Brasil está instituído pelo documento legal “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009). Enfatiza que nenhum novo serviço de acolhimento para crianças e adolescentes deverá ser criado sem atender aos parâmetros apresentados nesse documento e que, gradativamente, a infraestrutura dos serviços já existentes deverá ser adequada para o cumprimento dessas exigências. Esse documento apresenta as diferentes modalidades, como deve ser sua estrutura física e quais as tecnologias fundamentais para o seu funcionamento.

envolvidos nesse processo e levantando relevantes questões que culminaram na construção desta dissertação.

Assim, pode-se afirmar que o processo de coleta de dados foi realizado a partir de uma inserção ecológica, “que propõe um engajamento no ambiente ecológico no qual os participantes da pesquisa vivem, com o objetivo de conhecer a sua realidade” (Brito et al., 2014, p. 405). Durante o período de inserção no campo, foi possível localizar dois grupos de profissionais, os denominados como “atuantes complexos” e os “atuantes burocratas”.

O primeiro grupo se caracteriza por aqueles profissionais que demonstram se permitirem circular entre os saberes e informações das jovens acolhidas, capaz de elaborar com elas ações mais eficientes e que atendam, de maneira mais estabilizada e menos danosa, aos protocolos institucionais e as demandas trazidas pelas acolhidas; esse grupo está fundamentado em políticas democráticas, em modelos sistêmicos horizontais e de arranjos complexos. O segundo grupo consiste em profissionais mais rígidos identificados com os protocolos impostos pela gestão, por eles próprios e por outros setores, que constroem diretrizes que são seguidas de modo comum a todas as acolhidas, sem se permitirem articulação como os saberes de outros envolvidos nesse processo. Tais saberes e deveres são fixados em formalidades e normas construídas a partir do conhecimento perito e conservador, fundamentados em um modelo hierárquico e vertical.

A partir das intervenções dos atuantes burocratas, constata-se uma das principais limitações para a continuidade da proteção integral da mãe adolescente e de seu bebê após a saída do acolhimento institucional. Essas ações geralmente buscam a reinserção familiar forçada da mãe adolescente, para cumprir com os mandatos institucionais e as metas estabelecidas pela Secretaria responsável pelo equipamento. Outra ação desse grupo está focada na antecipação da separação entre a mãe adolescente e seu bebê, para proporcionar à criança recém-nascida a possibilidade de ser adotada e garantir a esta uma família capaz de promover um ambiente seguro e saudável para o seu desenvolvimento.

A partir de um olhar mais complexo, fundamentado na teoria de Edgar Morin (2012), em seu livro *Introdução ao pensamento complexo*, compreendem-se essas ações dos atuantes burocratas como simplificadoras e limitadoras da

capacidade do sujeito em superar a condição de vulnerabilidade que vivencia. O pensar complexo relaciona-se às práticas dos atuantes complexos, não se limita à atual conjuntura social da mãe adolescente e nem aos padrões hegemônicos de atuação profissional. Essa prática possui outro modo de fazer e de interpretar a situação, reconhece o processo histórico de violações de direitos das acolhidas e as fragilidades nas relações familiares e sociais da jovem mãe. Consiste em intervenções que se aproximam mais do contexto, valorizando todas as possibilidades encontradas e investindo na construção de resiliência (Cyrułnik, 2005).

As práticas dos profissionais denominados como atuantes complexos convocam o olhar observador e participante do pesquisador, por estar mais relacionado ao paradigma da complexidade, aos planos e orientações legais vigentes no país.

O que mais provoca o interesse do pesquisador em discutir as relações entre as práticas cotidianas e as concepções de reinserção sociofamiliar consiste não apenas na contradição entre as práticas observadas nos dois diferentes grupos, mas nos caminhos distintos que cada ação pode promover nas histórias de vida das acolhidas e de seus filhos.

Outro elemento que motivou esta pesquisa foi a percepção de que as intervenções simplificadoras são formalizadas e legitimadas na instituição como mandato principal do acolhimento institucional; enquanto a maior parte das práticas complexas, contextualizadas, estão na ordem da informalidade⁸, realizadas por um grupo que não circula nos cenários de gestão e construção de protocolos.

Esta dissertação propõe, inicialmente, a existência de dois grupos distintos de práticas, as contextualizadas e as descontextualizadas. Essas categorias foram identificadas por estarem mais latentes no cotidiano do processo de acolhimento, e não faz parte da intencionalidade desta dissertação conceber a disjunção entre

⁸ Essas práticas contextualizadas, que estão sendo apresentada nesta dissertação, são previstas pelas orientações legais vigentes no país, mas não foram ainda implementadas e sistematizadas nas práticas institucionais, o que faz delas atos informais e sem aparatos que provem sua existência. Como exemplo, é possível citar as pesquisas do Módulo Criança e Adolescente (MCA), entre outras, que não demonstra em seus resultados as redes de apoio social construídas para muitas das mães e crianças acolhidas no âmbito da informalidade, das relações sociais e afetivas construída em uma instituição pública.

intervenções, porém, a rotina de uma instituição induz à dicotomia, da qual ainda não foi possível escapar.

Importante enfatizar que não se pretende desconsiderar outras práticas que, paralelas às aqui levantadas, podem ser evidentes, assim como outras que, de acordo com cada caso, transitam entre as categorias contextualizadas *versus* descontextualizadas. Porém, esta dissertação se propõe a lançar luz sobre aquelas práticas cotidianas que, durante a experiência de inserção ecológica, foram marcantes e relevantes na construção das questões levantadas e que, por algum motivo, são passíveis de categorização.

Muitas vezes, para desordenar é necessário categorizar. É a partir dessa categorização que se consegue perceber que as práticas contextualizadas fazem alusão ao paradigma da complexidade, por conceberem as transições e articulações entre os diferentes contextos.

Segundo Morin (2011), o modelo hegemônico do pensamento ocidental está fundamentado em características e problemas essenciais, o qual chamou de “paradigma da simplicidade”. Este paradigma consiste em um pensamento simplificador que separa os saberes em categorias independentes. Esse modelo de pensamento é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo, e, conseqüentemente são norteados pelo princípio de redução, que:

[...] restringe o diverso e o complexo dos processos humanos e planetários ao simples, quer seja por meio de uma lógica mecânica e determinista de exclusão de tudo aquilo que não seja quantificável e mensurável, como as paixões, as ideologias, as emoções e o inconsciente, quer seja pelo determinismo que oculta o imprevisto, o novo e a invenção (Vasconcelos, 2009, p. 61).

Esse princípio reducionista Morin (2012) também nomeou de inteligência cega e pensamento simplificador; ou ele unifica abstratamente ao anular a diversidade ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade. Na inteligência cega não é possível conceber um olhar contextualizado. É a partir do entendimento relacionado ao paradigma da simplificação que se identificou as práticas descontextualizadas e os atuantes burocratas.

A simplificação é a disjunção em entidades separadas e fechadas, a redução a um elemento simples, a expulsão do que não entra em um

esquema linear. Eu parto com a vontade de não ceder a estes modos fundamentais do pensamento simplificador (Morin, 2008, p. 36).

Edgar Morin contrapõe o paradigma da simplificação ao que denominou paradigma da complexidade. Entende-se por complexidade

[...] o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (Morin apud Vasconcelos, 2009, p. 62).

O pensamento complexo está fundamentado na dependência mútua. Assim, não há um conhecimento verdadeiramente objetivo se tratando de um sistema de interdependência. Há um ciclo que não permite que nenhuma parte do saber tome o conhecimento completo. A busca por um conhecimento completo elimina as contradições e recai no princípio da redução/simplificação do qual se quer escapar nesta análise. Com o paradigma da complexidade identificam-se as práticas contextualizadas e os atuantes complexos.

É a partir desse referencial teórico que inicialmente foram classificadas as práticas cotidianas como contextualizadas ou descontextualizadas. Sendo a primeira fundamentada pelo que se denominou paradigma da complexidade, tratando-se de relacionar o que está “separado” por um princípio de interdependência. Dessa maneira, as questões psicológicas, sociais, econômicas, culturais, afetivas, são consideradas como norteadores das escolhas e dos contextos psicossociais das mães adolescentes acolhidas. Práticas baseadas nesse princípio estão mais evidentes no grupo de atuantes complexos, que buscam, dentro do possível, o máximo de informações e elementos para propor uma intervenção. Estão abertos aos novos saberes e às diferentes alternativas para promoverem a reinserção mais apropriada, de acordo com o contexto psicossocial da mãe adolescente.

[...] as crianças e os adultos devem ser vistos em sua multiplicidade de seres em formação, incompletos e dependentes, e é preciso superar o mito da pessoa autônoma e independente, como se fosse possível não pertencermos a uma complexa teia de interdependências (Moreira & Macedo, 2009, p. 647).

As práticas cotidianas descontextualizadas são aquelas relacionadas às práticas reducionistas, que não contemplam as multifaces dos contextos psicossociais em que vivem as mães adolescentes acolhidas, simplificando e naturalizando as ações e mutilando as escolhas e possibilidades de novas perspectivas de vida. Essas práticas são mais frequentes no grupo de atuantes burocratas, estão legitimadas pelos protocolos da instituição, buscando seguir rigidamente as normas para todas as acolhidas; parece estar fundamentada por um pensamento simplista que defende o direito de proteção do bebê sem perceber que podem estar ignorando e negligenciando os direitos das mães adolescentes. São ações reducionistas por estarem respaldadas por um sistema fechado para a participação de outros participantes do processo e fixados em verdades conservadoras.

Em meio a essa disputa entre as práticas estão as mães adolescentes que, em sua maioria, não possuem perspectivas favoráveis ao seu retorno à família de origem, devido às inúmeras violações que essas jovens vivenciaram em seus núcleos familiares. É a partir desse dado inicial que se levanta a questão: a instituição de acolhimento pode exercer a função de proteção e sociabilidade às mães adolescentes, quando essas possibilidades foram esgotadas em suas famílias de origem? A partir da experiência junto à instituição de acolhimento institucional na cidade do Rio de Janeiro e dos dados levantados nas entrevistas com as profissionais e com um casal de jovens pais, que passaram pela instituição como acolhidos, pretende-se responder a essa pergunta.

É importante mencionar que a centralidade desta discussão na reinserção sociofamiliar se construiu a partir da evidência de expressiva frequência na tentativa dessa prática. Como se o retorno para a família de origem fosse a mais eficiente e consolidada ação de uma instituição de acolhimento, sem considerar outros possíveis caminhos.

Ao buscar identificar quais as práticas cotidianas mais eficientes para contribuir com a função do acolhimento institucional, foram analisados os elementos do contexto psicossocial das acolhidas. A partir da análise do contexto psicossocial da mãe adolescente acolhida é possível identificar quando a reinserção sociofamiliar favorece ou não a ela, além de ajudar a compreender

quais os modelos de intervenção são mais eficientes para o processo de acolhimento institucional para esse público.

No âmbito acadêmico, esta dissertação pode contribuir para ampliar a discussão sobre um problema grave, porém pouco visível e conhecido no Rio de Janeiro, e provavelmente em outras partes do país. Desse modo, entende-se que os benefícios desta pesquisa são os de contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade de mães/gestantes adolescentes vulneráveis, assim como o atual modelo de proteção social relacionado a essa população. Este estudo poderá, também, proporcionar maior conhecimento das políticas que orientam as práticas de acolhimento institucional e do público que faz uso desse dispositivo, além de ampliar o debate em relação às questões que atravessam a adolescência, minimizando a negação das questões reais que as adolescentes, mulheres e mães vivenciam.

1.2

Caminhos metodológicos: o processo para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa

O projeto é construído artesanalmente por um artífice através do trabalho intelectual.

(Suely Ferreira Deslandes)

A pesquisa é considerada uma atividade intensa do campo acadêmico e pode ser repleta de criatividade e vida. Os trabalhos mais admiráveis são aqueles que o autor constrói uma afinidade inseparável de sua vida (Deslandes, 2011). É muito importante a relação do autor com o tema e o campo a ser pesquisado, o trabalho vai sendo construído em um processo de interlocução contínua entre o campo empírico e o teórico, sendo o pesquisador o mediador desse encontro, o que o possibilita deixar suas características pessoais registradas na arte intelectual (Gondim & Lima, 2006).

Esta dissertação está relacionada à experiência de trabalho na instituição que o pesquisador atuou como psicólogo. As ferramentas de análise foram

inspiradas na metodologia avaliativa e operativa⁹ e se relacionam ao contexto social encontrado. Esse projeto consolidou-se de acordo com as questões surgidas no campo de atuação profissional do pesquisador. Este estudo está fundamentado nos princípios de interdependência global, do qual se entende que o todo não se constitui sem as partes e estas não se estabelecem sem o todo, sendo a principal ferramenta de análise e inspiração o paradigma da complexidade *versus* paradigma da simplificação de Edgar Morin (2012) e a Teoria do Desenvolvimento Ecológico de Urie Bronfenbrenner (1996).

A ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos (Bronfenbrenner, 1996, p. 18).

Em busca de um olhar mais complexo e menos simplificador, pretendeu-se construir um método de pesquisa que contribuísse para observar e analisar o contexto psicossocial de mães adolescentes acolhidas e as práticas cotidianas exercidas pelos profissionais que atuam em uma instituição pública de acolhimento. Esse método considera o contexto ecológico, que se importa com a investigação do momento e do ambiente atual do objeto de estudo, assim como considera as mudanças que podem ocorrer no objeto e nos contextos cotidianos que o circunda (Bronfenbrenner, 1996).

Foram utilizados como ferramentas para análise os relatos de profissionais e de um casal de jovens acolhidos, adquiridos em entrevistas semiestruturadas, além de elementos do contexto psicossocial das mães adolescentes registrados em diário de campo do pesquisador e sistematizados em gráficos quantitativos durante a experiência ecológica do autor na instituição (entre janeiro de 2014 a janeiro de 2015).

O *objetivo geral do projeto*, para esta dissertação, consistiu em:

⁹ Metodologia avaliativa e operativa, de acordo com Vasconcelos (2009), consiste em um modo de fazer pesquisa não convencional, através das relações existentes entre os diferentes componentes de uma intervenção. Avalia a influência das condições contextuais, das condições e processo de trabalho, dos atores envolvidos, dos dispositivos de participação e decisão. Afim de não colocar o homem real em parênteses, criticando os métodos exatos e clássicos da ciência que reduz os sujeitos a meros objetos.

a) analisar as relações entre as concepções de reinserção sociofamiliar com as práticas cotidianas e compreender como as principais práticas contribuem ou não para promover a função socioprotetiva do acolhimento institucional e o desenvolvimento social das acolhidas.

Os *objetivos específicos* pretenderam:

- a) fazer pesquisa bibliográfica e leitura crítica da produção acadêmica no período de 2005 a 2015 sobre a questão do acolhimento institucional para mães adolescentes;
- b) analisar o contexto psicossocial das mães adolescentes acolhidas entre o período pesquisado, utilizando a experiência ecológica do pesquisador e os dados coletados nas entrevistas, buscando compreender como se dá suas vivências familiares, necessidades, perspectivas de futuro e as condições de alcançá-las;
- c) realizar, a partir das entrevistas com profissionais e jovens que passaram pela experiência de acolhimento institucional, uma análise das concepções de reinserção sociofamiliar e identificar as práticas mais frequentes no cotidiano do acolhimento institucional, classificando-as por contextualizadas ou descontextualizadas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia foi composta por uma pesquisa bibliográfica¹⁰ com ênfase nos últimos dez anos — entre 2005 e 2015 — e por duas etapas empíricas, que consistiram na observação participante e em uma entrevista semiestruturada. A finalidade das etapas empíricas consistiu em localizar elementos do contexto psicossocial das adolescentes e em analisar as concepções de profissionais e acolhidas em relação à reinserção sociofamiliar e às práticas cotidianas na instituição de acolhimento.

O primeiro momento de contato com o campo empírico, a observação participante, foi concretizado durante o período de janeiro de 2014 a janeiro de 2015, quando o pesquisador atuou como profissional do acolhimento para mães

¹⁰ A pesquisa bibliográfica é apresentada no primeiro capítulo, que contém as informações das bases de dados pesquisadas. No Anexo IV, é apresentada uma tabela que elucida como a pesquisa bibliográfica foi realizada, assim como as palavras-chave utilizadas.

adolescentes. A partir dessa relação, foi construído um diário de campo abordando os temas que pareceram mais frequentes e importantes no processo de acolhimento. Nesse modelo de investigação, “o pesquisador participa ativamente na vida do grupo ou situação” (Vasconcelos, 2009, p. 218) e é denominado como método de observação ativa ou participante. De acordo com a Teoria do Desenvolvimento Ecológico (Bronfenbrenner, 1996), essa participação pode ser considerada uma ação ecológica, que respeita e valoriza os processos ambientais, sendo realizada num ambiente da vida real dos participantes.

Um experimento ecológico é uma tentativa de investigar a progressiva acomodação entre o organismo humano em crescimento e o seu meio ambiente, através de uma comparação sistemática entre dois ou mais sistemas ambientais ou seus componentes estruturais, com uma cuidadosa tentativa de controlar outras fontes de influência, quer por designação aleatória (experimento planejado), quer por comparação (experimento natural) (Bronfenbrenner, 1996, p. 29).

Esse tipo de análise consiste em uma observação sistemática com ênfase qualitativa, também conhecida como etnografia (Vasconcelos, 2009). O destaque maior está na dimensão cultural, psicossocial e simbólica, ressaltando o contexto do objeto pesquisado. Para melhor compreensão do pesquisador e do leitor, os elementos adquiridos no processo de observação participante foram quantificados e organizados em gráficos simplificados, apresentando os dados que foram eleitos para essa discussão. Foi elaborado um gráfico para cada elemento, facilitando a visualização e o debate relacionado ao contexto psicossocial das mães adolescentes acolhidas.

A partir da sistematização dos elementos do contexto psicossocial das acolhidas, foi realizada uma análise que relacionou esses elementos com os dados internacionais, nacionais, estaduais e municipais encontrados na pesquisa bibliográfica. Em seguida, os dados foram consolidados com as informações adquiridas nas entrevistas semiestruturadas, produzindo, assim, resultados mais concretos.

Na segunda etapa empírica, a das entrevistas semiestruturadas, participaram quatro profissionais — duas educadoras, uma pedagoga e uma assistente social — e dois jovens que passaram pelo acolhimento durante o período de experiência ecológica do pesquisador — uma jovem de 18 anos e um

jovem de 19 anos, pais de um bebê de aproximadamente um ano e seis meses. Os participantes foram convidados para essa etapa da pesquisa empírica e tiveram a liberdade de não aceitar o convite, assim como desistir em qualquer etapa do processo.

Entre aqueles voluntários que aceitaram participar, não houve negação em momento algum em responder às questões feitas pelo pesquisador. Esses participantes também se mostraram à vontade para opinar em relação ao seu processo de trabalho cotidiano e outros assuntos que surgiram no momento da entrevista; porém, há um número significativo de trabalhadores que, ao serem convidados, negaram-se a participar da pesquisa, a maior parte deles apresentava certo receio de serem expostos.

Os dados produzidos nas entrevistas semiestruturadas foram interpretados segundo a técnica de análise de conteúdo, inspirada em Bardin (2011). Nessa análise, buscou-se identificar aquilo que está por trás do significado das palavras mencionadas pelos entrevistados, em uma análise do discurso (Bardin, 2011). Inicialmente, foi analisada a interação estabelecida nas entrevistas, alguns símbolos como suspiros, silêncios e pausas na fala. Após essa análise, realizou-se uma escuta livre, para, em seguida, transcrever¹¹, ou seja, houve escuta e leitura fluante do material, que incidem na primeira observação mais ampla e sem muitos critérios de avaliação, contribuindo para afirmação da análise do discurso. Nessa pré-análise, buscou-se uma ideia geral do conteúdo adquirido para que se iniciasse a responder a algumas questões relacionadas à pesquisa, a partir da denominada análise do conteúdo (Bardin, 2011).

Em seguida, foram estabelecidas três categorias de análise, para localizar no material físico, as entrevistas transcritas, as informações pertinentes ao tema desta dissertação. Essa etapa pretendeu uma maior exploração do material e o tratamento dos resultados, processo pelo qual os elementos adquiridos passaram a ser compreendidos na medida em que foram relacionados com os outros achados.

A categorização foi organizada da seguinte forma: I) elementos do contexto psicossocial das acolhidas; II) concepções dos profissionais e do casal acolhido em relação à reinserção sociofamiliar; e III) concepções dos profissionais

¹¹ A transcrição das entrevistas está disponível no ANEXO III.

e do casal acolhido relacionadas às práticas cotidianas no acolhimento, ou seja, as intervenções mais frequentes no acolhimento institucional para mães adolescentes.

Para a análise mais aprofundada, foi realizado, no material digitalizado, um recorte das partes que mais expressam as categorias analisadas. Esses recortes foram analisados, relacionados e sistematizados para a construção do presente texto, sendo citadas algumas partes para melhor compreensão do leitor. O material completo está disponível para outras análises nos anexos.

Com a categorização dos conteúdos adquiridos nas entrevistas, buscou-se esgotar todo o assunto, de acordo com as categorias, sem omissão de nenhuma parte. Os elementos encontrados, ou a ausência deles, podem trazer contribuições importantes para esta discussão. Os conteúdos foram colhidos a partir da mesma técnica de entrevistas semiestruturadas, metodologia que possibilita o participante trazer outras colocações além das questões realizadas pelo pesquisador.

Os participantes voluntários foram todos partes do processo de acolhimento institucional de mães adolescentes entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015. Quando necessário, ocorreram adaptações para possibilitar o entendimento do entrevistado e o alcance do interesse da pesquisa.

No desenvolvimento desta dissertação foram atendidas as exigências éticas e científicas para pesquisas envolvendo seres humanos, tendo sido o projeto aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio sob o protocolo de número 2015/62. A etapa que envolveu seres humanos foi desenvolvida com sujeitos em plenas condições cognitivas e psíquicas, garantindo sua escolha de contribuir e permanecer, ou não, nessa atividade. A partir desse aspecto ético, assegura-se que essa pesquisa garante o respeito à mulher — mãe e/ou gestante adolescente —, entendendo-se sua condição atual de vida. Por isso, optou-se por não entrevistar as adolescentes menores de idade que estão acolhidas, e, sim, um casal, cuja jovem mãe e o jovem pai passaram pela instituição e hoje são maiores de idade.

Esta dissertação está subdividida em três capítulos. O primeiro apresenta a contextualização do tema, os estudos desenvolvidos e os resultados relacionados ao tema, a partir da pesquisa bibliográfica. Destaca-se, neste capítulo, o modelo

ecológico de entender o desenvolvimento da criança e do adolescente em instituições de acolhimento e as reinserções familiares malsucedidas de adolescentes.

Os dados sistematizados do diário de campo, entre outros elementos das entrevistas semiestruturadas, referentes ao contexto psicossocial das mães adolescentes acolhidas, constituem o conteúdo principal da discussão do segundo capítulo. Entre os elementos do contexto psicossocial, além da situação de rua associado à precariedade de vida, o acolhimento institucional é apresentado como o principal dispositivo de sociabilidade na vida das acolhidas, e não mais a família e origem.

Para conclusão das análises, o terceiro e último capítulo versa sobre as relações entre as práticas cotidianas mais frequentes no acolhimento e as concepções sobre reinserção sociofamiliar dos entrevistados. Nesta análise, é apresentada a ideia de práticas contextualizadas e descontextualizadas, a partir do paradigma da complexidade *versus* paradigma da simplificação de Edgar Morin (2012). As primeiras, contextualizadas, estão relacionadas a práticas cotidianas que favorecem o acolhimento institucional em proteger e dar subsídios para o desenvolvimento pós-acolhimento para a mãe adolescente e seu(s) filho(s). As segundas, descontextualizadas, fazem parte das práticas, que, por não considerarem a situação atual da acolhida, não favorecem seu desenvolvimento, intervindo de maneira reducionista e simplista.

2

Acolhimento Institucional, reinserção sociofamiliar e práticas cotidianas: afinal do que se trata?

Os estudos relacionados ao modelo de proteção social a crianças e adolescentes, como outros temas que envolvem as questões sociais, estão sempre em transformação e necessitam de permanente discussão para a implementação dos avanços pretendidos. No Brasil, a partir das orientações legais, crianças e adolescentes foram reconhecidos perante a lei como sujeitos psíquicos e com prioridade na garantia de direitos (Brasil, 1988).

Após mais de quarenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que proclamou todas as pessoas livres e iguais em dignidade e direitos, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), tributário da Constituição Federativa do Brasil, foi solidário ao pacto da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989. A partir desse momento, a base legal brasileira afirma que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, não fazendo distinção alguma de classe, gênero ou condição social (Brasil, 1990).

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, após mudanças sociais e políticas, ainda se encontra em fase de reordenamento. Desde o ECA e as consequentes atuais políticas há uma busca por diferenciar a medida asilar da medida protetiva. A primeira está atrelada ao processo histórico de asilamento e criminalização da pobreza de crianças e jovens nos antigos abrigos; a segunda se constitui para substituir e desconstruir a primeira, objetivando prover condições de vida nos acolhimentos institucionais, oferecendo aos acolhidos proteção, cuidado e oportunidades de desenvolvimento (Luvizaro & Galheigo, 2011). Vinte e seis anos após a promulgação do ECA, ainda há muitos desafios a serem vencidos.

Importante destacar os movimentos que antecedem essas reformas políticas. As Constituições anteriores a de 1988, como a Constituição Política do Império do Brasil, de 24 de março de 1824, e as demais (1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969) não davam subsídios para a assistência à criança e ao adolescente, o

que justifica a falta de um modelo central e legal que valorizasse a singularidade da demanda de cada criança.

No final do século XX, grandes transformações e construções relacionadas à assistência social, atenção em saúde e educação, são instituídas a partir do marco legal da Constituição Federal de 1988. As novas políticas e direcionamentos para a assistência à infância, adolescência e juventude deram um salto de qualidade e ampliou o acesso à democracia.

A infância brasileira no século XX foi marcada por uma demanda de cumprimento de ideais normativos, moralistas e pedagógicos, que contribuíram para naturalizar a institucionalização das crianças provenientes de famílias pobres ou entendidos como anormais, fora dos padrões sociais estabelecidos na época. As mudanças para a construção de uma política democrática foram iniciadas, teoricamente, a partir do marco da Constituição Federal de 1988, priorizando a criança como um sujeito em desenvolvimento, com singularidades e direitos plenos.

Em 1993, a assistência social, ao dar fim à Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (FUNABEM), cria o Departamento Geral de Ação Socioeducativa (DEGASE), que era específico para atendimento de crianças e adolescentes que praticassem atos infracionais. Porém, o DEGASE acabou por seguir o modelo do Instituto Padre Severino, criado em 1954 (Oliveira & Assis, 1999). Esse fato histórico parece demonstrar que a tentativa de desconstruir o modelo tipo asilar esbarra em resistências que o mantém, forças que obstaculizam a reformulação das instituições que atendem crianças e adolescentes no Brasil.

Para garantir a assistência integral da criança e do adolescente, também foram instituídos abrigos e modelos específicos de atendimento às diversas demandas em relação à criança em situações de vulnerabilidades e problemas mentais. Após a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005b) são instituídos os dispositivos de Acolhimento Institucional, que acolhem crianças e adolescentes em situação de fragilidades e/ou rompimento dos vínculos familiares.

Em praticamente todas as áreas de atenção à população houve intensas transformações políticas instituídas a partir da Constituição de 1988, como a Reforma Psiquiátrica iniciada em 1970 e, que em 2005 formulou um documento denominado *Caminhos para uma Política de Saúde Mental InfantoJuvenil* (Brasil, 2005a), que foi fundamentado em seis princípios¹², sendo o primeiro aquele que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos psíquicos e de direitos.

Dentro da concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos psíquicos e de direitos, há uma responsabilização da criança por sua demanda, seu sofrimento, seu sintoma. Essa noção de sujeito também inclui a singularidade de cada pessoa e se compromete com a saúde mental de crianças e adolescentes mais vulneráveis e não somente daquelas que apresentam algum diagnóstico de transtorno mental (Couto, 2012).

As políticas instituídas no Brasil, após o marco da Constituição de 1988, propõem-se a assegurar a proteção de toda criança, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989). A partir dessa proposição busca-se a construção e o reordenamento das instituições de assistência a crianças e adolescentes vulneráveis. Entre os dispositivos de proteção que atendem às necessidades especiais de crianças e adolescentes, o acolhimento institucional prevê a nova medida de proteção, com o objetivo de substituir a medida asilar, de institucionalização, para o modelo da garantia dos direitos¹³.

O acolhimento institucional consiste em uma medida socioprotetiva, fundamentada pelas seguintes leis e políticas: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005b); Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil, 2006a); Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

¹² “I) a criança e o adolescente como sujeitos psíquicos e de direitos; II) acolhimento universal, III) encaminhamento implicado; IV) construção permanente da rede; V) território e VI) intersetorialidade” (Brasil, 2005a).

¹³ As políticas instituídas legalmente preveem uma mudança de paradigma, do modelo institucional para o modelo de garantia de direitos. O primeiro responde às situações de vulnerabilidades a partir da institucionalização de longa permanência, cuidados massificados. O segundo responde às situações de vulnerabilidades por meio do apoio sócio-familiar, acolhimento institucional somente em casos excepcionais, provisoriedade do atendimento e respeito à individualidade da acolhida.

(Brasil, 2009); Orientações para Elaboração do Plano de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens (Brasil, 2013).

O acolhimento institucional, segundo Rizzini (2007), pode ocorrer em instituições de acolhimento, governamentais ou não, que recebem crianças e/ou adolescentes que estão vivenciando grande vulnerabilidade social e/ou tendo seus direitos violados. Muitos vivenciam conflitos e dificuldades no contexto familiar e laços fragilizados ou rompidos.

O reordenamento, das instituições que acolhem crianças e adolescentes, está proposto pelos novos princípios políticos e legalmente descrito pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006b), o que implica sistemáticas mudanças nas ações das instituições. Enfatiza, também, a necessidade da incorporação de trabalho com as famílias, a adequação dos espaços físicos que acolhem as adolescentes, a qualificação dos profissionais, a avaliação contínua do projeto político pedagógico, a importância da articulação entre os diferentes setores que atendem o acolhido, além de mudanças orçamentárias.

As modalidades de acolhimento, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), consistem em quatro dispositivos: Abrigo Institucional, Casa-Lar, Acolhimento em Família Acolhedora e República.

O Abrigo Institucional deve estar inserido na comunidade e ter características de uma casa, oferecer ambiente acolhedor, mesmo sendo uma instituição, disponibilizando atendimento com “padrões de dignidade”¹⁴. Atender à faixa etária de 0 a 18 anos, sendo o número máximo de usuários vinte crianças e/ou adolescentes. Prevê atendimento especializado, quando houver necessidade, que deve se justificar pela vulnerabilidade específica dos casos¹⁵ e não deve prejudicar a convivência e vínculos das crianças e dos adolescentes acolhidos com parentes e comunidade. Outras especialidades, como questões de transtornos

¹⁴ A política apresenta algumas características dos elementos que constituem o termo “padrões de dignidade”, entre eles estão os seguintes: viver em um ambiente seguro de convivência, que favoreça seu processo desenvolvimento, que respeite sua autonomia e privacidade, que permita exercícios de corresponsabilidade e a participação da criança e adolescente em todos os processos referentes à sua vida.

¹⁵ A importância de se especificar as vulnerabilidades da(o) acolhida(o) para poder personalizar cada atendimento de acordo com seu contexto psicossocial e o interesse da(o) acolhida(o).

mentais devem, ser atendidas a partir da articulação intersetorial; nesse caso seria com o Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Juventude (CAPSi).

A Casa-Lar apresenta um diferencial. É previsto que essa unidade seja uma residência, na qual uma pessoa ou casal trabalhe como educador e resida junto com os acolhidos. De acordo com o documento legal (Brasil, 2009), essa modalidade de acolhimento visa promover uma relação mais próxima do ambiente familiar, “promovendo hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade” (Brasil, 2009, p. 74). Também se destina a crianças e adolescentes afastados de seu convívio familiar por meio de medida socioprotetiva, entre a faixa etária de 0 a 18 anos. Ainda, prevê a garantia de cuidados específicos a partir de ações intersetoriais. O número máximo de usuários desse serviço é de 10 crianças e adolescentes.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é um modelo inovador e pouco difundido no Brasil, por requerer avaliação multidisciplinar e preparação da criança/adolescente que será acolhida e da família acolhedora para esse fim. O documento legal prevê o acompanhamento contínuo desse processo. Essa modalidade se organiza a partir de residências de famílias acolhedoras cadastradas, que se voluntariam para receber a guarda de crianças e adolescentes que necessitam de acolhimento provisório. Cada família deve receber no máximo uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos. Em todos os casos deve haver uma avaliação técnica realizada pelos profissionais técnicos de diversos setores envolvidos na socioproteção, como as autoridades judiciárias da infância e juventude e os serviços de proteção social especial de alta complexidade.

A República prevê um apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens entre 18 e 21 anos em processo de desligamento do acolhimento institucional decorrente de terem completado a maioridade¹⁶, que não tenham possibilidades de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam condições socioeconômicas de se autossustentar. Essa modalidade objetiva a “construção de autonomia pessoal e possibilita o desenvolvimento de autogestão, autossustentação e independência” (Brasil, 2009, p. 94). O número

¹⁶A República pode garantir a continuidade do processo de sociabilidade e maior independência de adolescentes acolhidos.

máximo de usuários por república consiste em seis jovens, a característica do espaço deve possuir estrutura de uma residência privada, porém recebendo supervisão técnica. Importante ressaltar que não há implementação desse tipo de apoio aos jovens na cidade do Rio de Janeiro, que ainda é pouco difundida no Brasil.

As instituições de acolhimento estão orientadas por uma política que prevê a brevidade do acolhimento, sendo ilegal a permanência por mais de dois anos de crianças e adolescentes nas instituições. Esse tipo de medida versa em “serviços que acolhem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo” (Brasil, 2009, p. 18), ou seja, “em situação de abandono ou afastados do convívio familiar pela autoridade competente” (Brasil, 2009, p. 18). Essa ação faz parte da política de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Brasil, 2005b) e tem como característica o rompimento com a institucionalização de crianças e adolescentes, priorizando a convivência familiar e compreendendo que o abrigamento consiste em uma ação excepcional e provisória, que visa à garantia do direito de proteção social integral para o acolhido até que este retorne para sua família de origem, ou incluído em família substituta. Porém, o que fazer quando a adolescente não deseja retornar à sua família de origem ou quando o modelo de intervenção não é capaz de atender às suas necessidades singulares?

Algumas práticas cotidianas em acolhimentos parecem estar fundamentadas em ações que rejeitam as singularidades e os contextos sociais das adolescentes, seguindo apenas o que convém das orientações previstas pelas políticas que direcionam as atuações dos acolhimentos institucionais. As instituições tendem a potencializar fragmentos das políticas públicas, que geralmente já estão estabelecidos desde o antigo modelo. Os acolhimentos precisam desconstruir suas raízes asilares para poder fazer desse espaço um lugar de morada, proteção, oportunidades e desenvolvimento pleno (Luvizaro & Galheigo, 2011).

Geralmente, as ações dos educadores estão relacionadas aos seus modos cotidianos de lidar com suas famílias, pois a função desempenhada pelos educadores independe de uma formação específica (Fernandes, 2012). Transformar o instituído legalmente em realidade cotidiana está entre um dos principais desafios das políticas para a infância e a juventude no Brasil.

De acordo com Daffre (2012), as experiências de acolhimento precisam estar fundamentadas em princípios reparadores, a fim de minimizar os danos da mãe/gestante adolescente. “O futuro dessas jovens é um problema social e mais uma das funções dos abrigos” (Daffre, 2012, p. 48). Com essa citação, a autora corresponsabiliza o acolhimento institucional pelo futuro das jovens mães, assim como as políticas públicas (Brasil, 1988), que compartilha a responsabilidade pela proteção social da criança entre a família, a sociedade e o Estado. Apesar dos imensos desafios que é projetado para o acolhimento institucional, este começa a ser considerado como mais um espaço capaz de contribuir para a sociabilidade e a proteção de jovens que estão em situação de rua, podendo ser considerado como uma instituição que complementa a função social da família de origem, que por algum motivo foi insuficientemente boa no processo de proteção e cuidado de suas crianças.

A sociabilidade, para fins desta dissertação, é uma das características que pode ser adquirida no processo de desenvolvimento social (Moreira & Macedo, 2009; Dayrell, 2005) e está inteiramente relacionada à interação e a realidade social, capaz de fazer o sujeito entrar em contato com as possibilidades e limites em suas relações, de acordo com as formas que cada uma encontrou ou escolheu vivenciar sua adolescência e gestação. É o conjunto de elementos físicos, ambientais e afetivos que contribui positivamente para o desenvolvimento de habilidades sociais no sujeito, para que este tenha condições de conviver em sociedade, de forma menos danosa a ele próprio e ao coletivo.

Para a sistematização das ideias e melhor compreensão do que se pretende construir nesta dissertação, diferenciou-se o entendimento relacionado à definição de socialização e sociabilidade. Para esse estudo, a partir dos significados encontrados em dicionários diversos e decorrentes da leitura inicial sobre a temática (Moreira & Macedo, 2009; Dayrell, 2005) define-se socialização como a capacidade de se adaptar ao ambiente social em que se vive, sendo mais associado às diferentes formas de adaptação do sujeito aos modos apresentados para ele nos contextos sociais em que interage. Assim, qualquer sujeito, de acordo com o seu ambiente, relaciona-se com a sociedade a partir de modos preestabelecidos pelas instituições sociais que fazem parte de seu contexto, sendo

as principais a escola e a família; reproduzindo os hábitos e costumes na maioria das vezes.

A sociabilidade está atrelada à construção de habilidades para se relacionar de maneira benéfica, ou não danosa, ao coletivo. Com essa habilidade, o sujeito terá condições de construir autocontrole para não ser hostil e nem ser hostilizado no espaço coletivo. Na sociabilidade, o sujeito participa mais de sua construção a partir de um papel social de ator, no qual ele percebe que é transformador e transformado pelo contexto que o rodeia. Em outras palavras, o sujeito encontra em seu processo de socialização condições favoráveis para compreender a multiplicidade coletiva que está em constante desenvolvimento e formação, interagindo, dentro do possível, de maneira reciprocamente respeitosa na sociedade.

O acolhimento institucional aparece na vida das mães adolescentes acolhidas como um instrumento de organização social que as possibilitam construir habilidades para interagir socialmente, superando hostilidades e violações encontradas em seus iniciais contextos sociais. As instituições sociais, a partir do acolhimento, são entendidas como instrumento cultural de transmissão de valores e de construção de sociabilidade.

A reinserção sociofamiliar está relacionada aos princípios norteadores das políticas que garantem o direito à convivência familiar e comunitária. A partir desse direcionamento, os dispositivos que promovem a proteção social de crianças e adolescentes, assim como a maioria dos profissionais, entendem o princípio da reinserção sociofamiliar como o mais eficiente.

Para fins desta dissertação, define-se reinserção sociofamiliar a saída da instituição de acolhimento institucional de uma mãe adolescente acolhida, juntamente com seu filho, para a família de origem. Essa saída para a família de origem, caracterizada como a principal intervenção dos acolhimentos institucionais, está norteada pela política vigente que orienta as intervenções nessas instituições e parece estar relacionada à idealização de que a família nuclear consiste no melhor espaço para a proteção da mãe adolescente. Todavia, pode significar certa dificuldade nesses dispositivos em interpretar a realidade das jovens na situação de acolhimento.

O pressuposto da reinserção sociofamiliar parece estar associado à ideia de retorno à casa ideal, apresentada nos comerciais e que o modelo de sociedade contemporânea idealiza, um lar, que, para muitas mães adolescentes, parece não existir. Outro termo que se utiliza com frequência nas intervenções do acolhimento institucional consiste na reinserção social. Se há necessidade de reinserção social para as acolhidas, estas não estão sendo entendidas como parte da sociedade desde o momento em que se deslocaram da principal instituição de estruturação social, a família.

A partir dessa concepção, entende-se que todas as instituições — família, escola, acolhimento — são construções sociais, e que todos os sujeitos, independentemente de seu território, estão inclusos no sistema social, mesmo que de forma diferenciada. A acolhida dentro de seu contexto social está de certa maneira marginalizada nesse processo, fato que pode ser amenizado com a reintegração, dessa acolhida, às instituições sociais. Apesar da marginalização, uma pessoa acolhida está dentro de um sistema social, que se utiliza de símbolos muito bem definidos, de diferenciação e separação entre grupos. Portanto, não será utilizado o termo reinserção sociofamiliar, mas, sim, reinserção familiar, que representa a saída da jovem da instituição para retornar ou (re)construir sua família.

Quando a reinserção está direcionada exclusivamente para a retomada ou construção do vínculo com a família de origem, a singularidade e o contexto psicossocial da acolhida parecem não estar sendo considerados, pois ambas as práticas, reinserção social e familiar, ficam, nesse caso, norteadas por princípios fechados a modos de ser ancorados em uma ordem das coisas que se apresentam como naturais.

Em relação às práticas cotidianas, estas abordam os principais aspectos que se observam na rotina de certa localidade. Neste projeto, foram nomeadas de práticas cotidianas as ações, as atividades, ou seja, os modos de fazer, que são mais frequentes em um grupo, uma instituição ou em um estabelecimento, seja por imposição, cultura ou qualquer outro modelo de construção. Tais práticas estão arroladas com poderes locais circunscritos em um território específico, que podem, por meio dos discursos e ações, apontar os saberes e os valores que fundamentam as escolhas mais corriqueiras. Assim, cada território — grupo,

família, instituição — pode ser conduzido por práticas preestabelecidas ou construídas a partir dos atravessamentos e contextos que o compõem (Certeau, 1994).

2.1

Acolhimento institucional para mães adolescentes: conhecendo essa modalidade de acolhimento

Para ampliar o escopo analítico, em relação ao específico tema discutido, buscou-se a produção acadêmica desenvolvida nos últimos dez anos, sem descartar estudos que chamaram a atenção, para além desse recorte. Foi construído para este capítulo um panorama das produções relacionadas ao acolhimento institucional para mães adolescentes.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em diversas fontes e períodos, sendo priorizado o período entre 2005 e 2015. Foi utilizado como principal meio de pesquisa o Sistema de Pesquisa Integrada da Divisão de Bibliotecas e Documentos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sistema que dá acesso a múltiplas bases de dados nacionais e internacionais, acessando aproximadamente 90% dos trabalhos publicados. Entre as bases de dados disponíveis, foram acessadas: CAPES; SciELO; *American Academy of Psychiatry and the Law*; *Social Services Abstracts*, *Directory of Open Access Journals*, entre outras.

Nesse levantamento bibliográfico foram encontrados 133 resultados de estudos relacionados ao tema acolhimento institucional, que promovem olhares diferenciados e inovadores para a proteção da criança e do adolescente, porém poucos enfatizam a especificidade da adolescente gestante ou mãe em acolhimento institucional.

Uma pesquisa relevante e atualizada, realizada pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, na escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), foi publicada recentemente e apresenta resultados importantes para o tema acolhimento institucional no Brasil.

A partir dessa pesquisa, Iannelli et al. (2015), analisam o acolhimento institucional na perspectiva da reintegração familiar. Apesar de não trazerem dados específicos de adolescentes gestantes ou mães acolhidas, as autoras apontam números significativos de Serviços de Acolhimentos Institucionais (SAI) e de acolhidos em todo o Brasil.

Ainda, há muitos impasses a serem superados para que as políticas públicas de proteção às crianças e aos adolescentes sejam garantidas nos Serviços de Acolhimento Institucional. Pouco se conhece sobre as ações, para reinserção familiar, realizadas pelo SAI nos municípios brasileiros. Ainda, há instituições que não fazem trabalho algum com as famílias dos acolhidos. Há, também, ausência de informações confiáveis sobre o número de instituições e de acolhidos no Brasil, e a municipalização do atendimento não tem sido satisfatória por parecer não ser uma prioridade dos municípios (Iannelli et al., 2015).

Em 2004, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou o Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC), tendo sido encontradas 20 mil crianças e adolescentes acolhidos em 626 instituições pesquisadas (IPEA, 2004). Esse levantamento objetivou discutir e analisar o Direito à Convivência Familiar de crianças e adolescentes acolhidos em instituições inscritas na Rede SAC (Assis & Farias, 2013).

No estudo realizado pela Fiocruz, entre 2009 e 2010, que objetivou efetuar um levantamento sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes existentes no país e das crianças e adolescentes neles abrigados, foram encontrados 36.929 acolhidos em 2.624 instituições. Essa pesquisa parece a mais atualizada e completa, trazendo um panorama significativo das instituições pesquisadas, como as atividades executadas por esses acolhimentos e elementos sobre a formação dos membros das equipes. O estudo ainda apresenta informações associadas aos acolhidos, como os casos em que o abrigado tem trajetória de rua; os motivos documentados dos acolhimentos e desligamentos; as situações dos vínculos familiares registrados em documentos e entrevistas com profissionais e membros da família, entre outras informações (Assis & Farias, 2013).

Em 2012, dados do Sistema Único de Assistência Social revelaram 33.456 crianças e adolescentes acolhidos em 2.380 instituições (Iannelli et al., 2015). Ainda, segundo os autores, o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos do Conselho Nacional de Justiça, em 2013, informa a presença de 43.585 acolhidos em 4.029 entidades¹⁷.

É perceptível a “inconstância” dos dados, podendo ser interpretados por diferentes ângulos. Todavia, entende-se que há diferentes metodologias e objetivos, fatores que, se observados, levarão o leitor a encontrar em cada estudo a sua relevância. Também é evidente a necessidade da criação de um banco de dados interligado e atualizado entre as diferentes instâncias e instituições, fato que contribuirá para a organização e planejamento de ações nacionais para a implementação das políticas públicas (Iannelli et al., 2015).

O Conselho Nacional do Ministério Público junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) têm estudado, desde 2013, a unificação das bases de dados sobre abrigos para crianças e adolescentes em todo o Brasil¹⁸, porém, tal proposta ainda não foi efetivada.

Dados atualizados do 16º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro¹⁹ (Módulo Criança e Adolescente — Ministério Público do Rio de Janeiro) revelam que o número de instituições de acolhimento tem diminuído, sendo que em 2010 no estado do Rio de Janeiro havia 240 entidades, em 2015 caiu para 200. Na cidade do Rio de Janeiro, em 2010, havia 90 instituições de acolhimento; em 2015, esse número reduziu para 49. No estado do Rio de Janeiro em 2010 havia 2600 crianças e adolescentes acolhidos; enquanto

¹⁷ Dados disponíveis no *site* do Conselho Nacional de Justiça. Cf.: FREIRE, T. CNJ discute unificação de dados sobre abrigos para crianças e adolescentes. Conselho Nacional de Justiça. [publicado em: 18 jan. 2013]. 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/59724-cnj-discute-unificacao-de-dados-sobre-abrigos-para-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 05 out. 2015.

¹⁸ Cf.: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNMP, CNJ e MDS estudam a unificação de dados sobre abrigos para crianças e adolescentes. [publicado em: 22 jan. 2013]. 2013. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/todas-as-noticias/1834-acao-integrada?highlight=WyJlbmlmaWNhXHUwMGU3XHUwMGUzbyJd>. Acesso em: 05 out. 2015.

¹⁹ Cf.: MCA. Módulo Criança e Adolescente. 16º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://mca.mp.rj.gov.br/16o-censo-2/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

que na capital acolhiam 1165. Em 2015, o número de crianças e adolescentes acolhidos diminuiu significativamente, no estado havia 1983 acolhidos, e a cidade do Rio de Janeiro atendia 697 crianças e adolescentes (MCA, 2016).

O 16º Censo em relação ao estado do Rio de Janeiro ainda aponta que 57,4% das crianças e adolescentes acolhidos estão na faixa etária de 10 a 18 anos. Entre as 1983 crianças e adolescentes acolhidos no estado, 1434 estão na faixa etária de 7 a 18 anos, destes 330 (23%) não estudam. Na cidade do Rio de Janeiro, das 697 crianças e adolescentes acolhidos, 59,3% têm entre 10 e 18 anos; entre o total de acolhidos 555 têm entre 07 e 18 anos, e destes 127 (29,9%) estão fora da escola (MCA, 2016).

Enfatizam-se esses números por se ter um elevado índice de adolescentes acolhidos e fora da escola. Esse fator poderá prejudicar ainda mais a chegada da maioridade e o desligamento da instituição. Muitos não poderão retornar para suas famílias de origem, pois, entre os 697 acolhidos na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2015, 81 têm de 07 a 18 anos e destituídos do poder familiar, sendo alguns órfãos. Além de todas essas fragilidades, a longa permanência na instituição faz parte da história de vida dessas crianças e adolescentes, sendo necessário um suporte continuado em seu desligamento. A ação de proteção continuada ainda na juventude para esses acolhidos é de extrema importância.

Outros pesquisadores do tema acolhimento institucional produziram trabalhos relevantes com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (ROSA et al., 2012; Brito et al., 2014) na Universidade Federal do Espírito Santo. Essa teoria está fundamentada em uma visão sistêmica do desenvolvimento humano e considera todas as suas mudanças contínuas, como as transformações socioculturais e intergeracionais, valorizando os múltiplos contextos nos quais o desenvolvimento ocorre. É enfatizada a necessidade de superação da visão de família nuclear e ampliação do princípio da brevidade, para promover com maior eficiência a reinserção.

Brito et al. (2014) enfatizam que as famílias mais pobres se organizam por uma rede de confiabilidade, e não por um núcleo homogêneo, caracterizado por relações de consanguinidade. Os autores apresentam uma situação que interferiu na visão dos profissionais em relação ao acolhimento institucional, que consiste

na valorização da instituição pelas famílias de classes populares. Ainda nos dias atuais, muitas famílias entendem a instituição de acolhimento como o local que proporcionará o melhor desenvolvimento para os filhos, por possuir vários benefícios que se encontram escassos nessas famílias. Estas, por sua vez, esperam o retorno dos filhos quando eles estiverem em condições de contribuir com o sustento da família.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner, apresentada pelos pesquisadores Brito et al. (2014) e Rosa et al. (2012), aponta que contextos além do familiar podem, sim, garantir o desenvolvimento de maneira saudável. A família pode ser o primeiro contexto de socialização e desenvolvimento, mas não o único. De acordo com a pesquisa de Brito et al. (2014), de 123 acolhidos no ano de 2009, apenas 13 foram reinseridos na família, e que a falta de investimento na autonomia da adolescente e a ausência de interesse das famílias são consideradas os maiores empecilhos para a reinserção familiar. Essa pesquisa ainda enfatiza que na fase da adolescência, as meninas têm maiores aderências ao acolhimento institucional que os meninos, pois estes são mais fascinados pela rua, por outro lado, as meninas vivenciam em maior proporção situações de violência.

Rosa et al (2012), em estudos que enfatizam o procedimento de reinserção bioecológica, discutem a importância da participação da criança e do adolescente acolhido em seu processo de saída da instituição. Sendo de grande relevância esse momento, pois a adolescente pode, por meio da conversa, entrar em contato com suas histórias e aprender mais sobre si. A promoção de diálogos ajuda aos acolhidos compreender sua real condição naquele momento, além de contribuir para que eles assimilem suas próprias mudanças no decorrer da experiência do acolhimento.

Ainda destacando o modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner, discutido por Cavalcante et al. (2010), entre outros autores citados anteriormente, as relações são compreendidas como o motor do desenvolvimento humano. Essas relações estão destacadas nas interações entre a pessoa, o processo, o contexto e o tempo. O modelo bioecológico considera a família como o principal contexto de desenvolvimento humano, devido ao fato de seu processo histórico, sua existência

e sua configuração permanecerem estáveis por muito tempo; o que não significa que ele seja o único.

A família, como sistema ecológico, está associada a um modo dinâmico, que envolve reciprocidade entre seus membros, interdependência, entre outros elementos importantes para o desenvolvimento social e a constituição da subjetividade dos sujeitos (Cavalcante, et al., 2010). Os autores ressaltam que contextos considerados substitutos da família geram controvérsias em diferentes áreas do saber acadêmico, principalmente aqueles que discutem e apontam o desenvolvimento humano dentro dos padrões sociais tradicionais, colocando na família uma responsabilidade, quase que exclusiva, na socialização dos sujeitos. Qual seria a surpresa, se uma criança ou adolescentes percebesse que a instituição de acolhimento atende mais suas necessidades para o desenvolvimento, proporcionando-lhe maiores oportunidades que sua própria família de origem?

Cavalcante et al. (2010, p. 1.155) provocam seus leitores ao observarem o acolhimento institucional do ponto de vista ecológico, afirmando que:

[o] abrigo pode e deve ser reconhecido então como um contexto abrangente de desenvolvimento para a criança e o adolescente institucionalizados, pois materializa as condições reais onde realiza o seu viver e desenvolve competências decisivas para a formação de personalidade e sociabilidade próprias.

A experiência do acolhimento pode promover modos diferenciados de se construir e se relacionar com o contexto social à sua volta. Apesar de os acolhimentos terem o objetivo de garantir uma atenção integral, há muitas ações asilares, recorrentes ainda nos dias de hoje, que recolhem e confinam crianças e adolescentes. Essas intervenções persistem e limitam o novo modelo, de atenção integral, previsto pelas políticas instituídas.

Entre as maiores dificuldades dos acolhimentos pode-se citar: a massificação dos procedimentos de cuidado; a falta de pessoal qualificado para o trabalho; a ausência de monitoramento e avaliação das ações realizadas; a institucionalização precoce e prolongada de crianças e adolescentes; e, ainda, a negligência perpetrada pelas instituições que deveriam proteger (Cavalcante et al., 2010). Será possível perceber nuances desse sistema ecológico no acolhimento institucional às mães adolescentes?

Estudos relevantes também foram encontrados na produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Santa Maria (Siqueira et al., 2011). Entre os diversos enfoques pesquisados pelo grupo foram encontradas discussões inovadoras associadas à reinserção familiar de adolescentes. Segundo os autores, esse processo é complexo e só pode ser efetivado com ações contextualizadas e planejadas, para que não sejam malsucedidas (Siqueira et al., 2011). Há muitos impasses que ainda precisam ser superados nas instituições e nas famílias atendidas.

Nas instituições, observa-se a falta de ações direcionadas às famílias dos acolhidos e um trabalho de articulação fragilizado com outros setores envolvidos. Nas famílias, percebe-se a falta de relações estáveis e, conseqüentemente, ausência de engajamento familiar no processo de reinserção, assim como relações atravessadas por conflitos, na maioria das vezes, permeados por violência física e psíquica, fragilizando, cada vez mais, os vínculos afetivos.

Azôr (2005), ao discutir a reinserção familiar, destaca que esta ação não é o final do processo de acolhimento institucional, mas uma nova etapa que necessita de um acompanhamento dos agentes envolvidos nesse procedimento.

Siqueira et al. (2011), nos estudos relacionados às tentativas de reinserção familiar malsucedidas, revelam que as adolescentes, ao retornarem para a instituição de acolhimento, apresentavam percepção satisfatória, pois entendiam que no espaço do acolhimento é possível crescer como “cidadãs”. Segundo as autoras, as acolhidas “apresentavam um desejo de independência, ao planejarem realizar cursos e terem um emprego que lhes remunerasse” (Siqueira et al., 2011, p. 389).

Esses mesmos estudos alertam para a necessidade de intensificar a atenção nos casos de reinserção familiar de adolescentes, compreendendo que os jovens vivenciam momento peculiar do desenvolvimento, caracterizado, na maioria das vezes, por múltiplos processos de adaptação e transformação, exigindo preparação e engajamento específico dos profissionais e das famílias (Siqueira et al., 2011). Quando a adolescência está associada a uma gestação/maternidade é ainda mais evidentes as dificuldades de reinserção social, pois se trata de um momento ainda mais delicado.

A gravidez na adolescência é um tema muito estudado, porém, a recorrência desse fenômeno é pouco discutida. Em uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2005, pelo Instituto Fernandes Figueira e Fundação Oswaldo Cruz (Silva et al., 2011), é revelado que o índice de natalidade caiu notavelmente em todos os grupos etários, entre as décadas de 1970 e 2000, exceto no de 15 a 19 anos. De acordo com a pesquisa, a taxa de fecundidade nas jovens cresceu 14%, enquanto nas outras faixas etárias houve redução de 43% a 93% (Silva et al., 2011). Há também indícios apresentados pelas Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2002, 2004 e 2006, que previram o declínio das taxas de fecundidade de adolescentes para os próximos anos.

Ainda, o estudo apresenta o perfil das adolescentes residentes na cidade do Rio de Janeiro que tiveram filhos nascidos vivos no ano de 2005 (Silva et al., 2011), sendo possível identificar que a baixa escolaridade, a falta de uma ocupação no mercado de trabalho e a dificuldade em acessar a saúde são fatores que permaneceram associados à gravidez na adolescência e sua recorrência. Há também uma proporção maior de filhos da cor parda ou preta no grupo com gravidez, com recorrência de 63%. Isto é, quanto maior a escolaridade menor é o índice de gravidez na adolescência, sendo o grupo mais afetado por esses fatores os menos favorecidos economicamente.

Na cidade do Rio de Janeiro, a recorrência da gravidez na adolescência (29,2%) se aproximaria mais daquelas encontradas nas populações do Norte e Nordeste (entre 26,2% e 46,2%) e bastante superior aos encontrados em estudos realizados nas regiões Sul e Sudeste, que variaram de 9,5% a 19,7% (Silva et al., 2011).

A taxa de fecundidade, considerando todas as faixas etárias, nos últimos 55 anos, caiu significativamente no Brasil. Em 1960, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) era de 6,3 filhos por mulher; em 1970 a TFT caiu para 5,8; chegando a 2,4 filhos por mulher no ano de 2000. Em 2010, a TFT chegou a 1,9 (IBGE, 2013), e a projeção da população brasileira para o ano de 2015 revelou que a TFT chegaria a 1,72 filhos por mulher.

A fecundidade no Brasil em mulheres adolescentes também teve queda, porém pouco significativa. Em 2004, 18,4% das que davam à luz eram

adolescentes entre 15 e 19 anos. Em 2014, essa proporção caiu para 17,4%, o que, de acordo com o Portal Brasil (2015), ainda permaneceu alta. Segundo dados compilados por Alves (2014), em análise entre os anos de 2000 e 2010, o Brasil, mesmo com a queda da fecundidade de adolescentes e jovens (15-19 anos), continua apresentando taxa específica para esse grupo etário, a qual é mais elevada em relação a outros países menos desenvolvidos e urbanizados.

Em dados levantados pela Organização Não Governamental (ONG) *World Population Prospect*, em 2012 (Alves, 2014), realizando uma projeção entre 2010 e 2015, destaca-se que na Líbia, por exemplo, enquanto a TFT foi de 2,38 filhos por mulher, e a fecundidade de adolescentes chega a 2,5 nascimento por mil jovens (15 a 19 anos); no Brasil, a TFT foi de 1,82 filhos por mulher, mas chegou a 70 nascimento por mil adolescentes (15 a 19 anos).

De acordo com o Portal Brasil (2015), entre 2004 e 2014, a fecundidade específica para mulheres de 15 a 19 anos caiu de 78,8 para 60,5 filhos por cada mil mulheres adolescentes. No entanto, a participação deste grupo na fecundidade total permaneceu alta (17,4%). Dentre as jovens de 15 a 19 anos que tiveram algum filho nascido vivo, 35,8% residiam na região Nordeste; 65,9% tinham 18 ou 19 anos; 69% eram pretas ou pardas; e a média de anos de estudo foi de 7,7 anos, sendo que somente 20,1% ainda estavam estudando e 59,7% não estudavam e não trabalhavam.

Esses dados contribuem para o esclarecimento em relação aos avanços e desenvolvimento social, bem como promovem a motivação para uma discussão mais avançada a favor da promoção da saúde sexual e reprodutiva na adolescência, do aumento da autonomia feminina e em direção a debates que promovam reflexões sobre o livre exercício da sexualidade para os jovens, com clareza de suas consequências e condições de opinar e escolher sobre seu corpo, sua sexualidade e seu direito à reprodução.

Na experiência ecológica do pesquisador e nos dados apresentados em outros estudos (Williamson, 2013), foi observado que o alto índice de gravidez na adolescência está intrinsecamente ligado aos seguintes fatores: a pobreza; a falta e/ou dificuldade de acesso à saúde sexual; o baixo nível de escolaridade ou analfabetismo; a desigualdade de gênero que atravessa as sociedades. De acordo

com o documento produzido pelo Fundo de População das Nações Unidas (Williamson, 2013), muitas sociedades naturalizam e reforçam a negação de escolha das adolescentes, as desigualdades entre gêneros, o lugar de menor prestígio social pelas meninas/mulheres, a irresponsabilidade e o empoderamento de homens e meninos, fator que enfatiza as questões de gênero que atravessam o contexto psicossocial dessas meninas-mulheres.

Concernente às práticas cotidianas nos acolhimentos da atualidade, Luvizaro & Galheigo (2011) vêm promovendo a discussão sobre o reordenamento das instituições. Afirmam que ainda há muita carência de programas e instituições que visam à proteção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. As autoras também trazem considerações que destacam o atual processo de mudanças como iniciado, ainda que lento, mas que fomenta a qualidade do cuidado para as crianças e os adolescentes que vivem nessas condições.

Daffre (2012), em meio a diversos apontamentos relevantes relacionados à realidade de abrigos da cidade de São Paulo, apresenta a dificuldade econômica da família como o principal fator entre os impasses para a reinserção social de mães adolescentes acolhidas. Todavia, a política pública vigente garante que a situação econômica da família não pode ser um empecilho para a convivência familiar e comunitária, fator que se caracteriza como mais um desafio a ser superado.

São poucas as impressões e discussões centradas no campo específico do acolhimento institucional para mães adolescentes. Outra lacuna está na formulação das ações de instituições de acolhimentos que objetivam acolher crianças e adolescentes, por não atentarem para situações específicas associadas à sexualidade dos acolhidos, como a especificidade da gravidez na adolescência. Busca-se com esta dissertação contribuir no sentido de apresentar algumas singularidades e especificidades a serem priorizadas nesse campo.

Ao considerar os direitos sociais preconizados pelas políticas públicas após a Constituição Federal de 1988, nota-se a proteção social da maternidade como parte dos direitos e garantias fundamentais de todos os cidadãos e cidadãs do país (Brasil, 2000). Esse fator, entre outros, justifica a preocupação com a situação do acolhimento institucional para adolescentes gestantes ou mães.

São notórios os avanços alcançados pelos movimentos sociais, das políticas públicas e dos esforços acadêmicos para a atuação no campo da proteção social. É em nome da continuidade desse processo que se realizou este estudo, com o intuito de chamar a atenção para a parcela da população acolhida em todo território nacional que pouco é mencionada nos estudos e políticas públicas vigentes. Parcela essa, composta por mulheres, adolescentes, pobres, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, e cuja conjuntura é associada à ocorrência da gestação.

2.2

O Projeto Mães Adolescentes

Durante os meses de janeiro de 2014 e janeiro de 2015, o pesquisador esteve atuante como psicólogo e, concomitantemente, pesquisador participante do processo de acolhimento institucional de mães adolescentes no único projeto que acolhe esse público, na cidade do Rio de Janeiro. No decorrer desse percurso foi possível ao autor dialogar com 28 meninas que passaram pela entidade e com mais de 100 educadores de todo o conjunto de abrigos que ali se instalava.

O Projeto Mães Adolescentes (PMA) é um serviço de acolhimento institucional voltado exclusivamente para acolher adolescentes mães, gestantes e/ou com seu(s) filho(s) e se vincula, atualmente, ao organograma do conjunto de serviços de acolhimento que compõem a Unidade de Reinserção Social Ayrton Senna, situada na cidade do Rio de Janeiro, que, no período pesquisado, acolhia aproximadamente 110 crianças e adolescentes, sendo 10 vagas para adolescentes gestantes ou com seus filhos.

O PMA está localizado em um espaço específico, mas que faz parte da instituição como um todo, no bairro de Vila Isabel, bairro central da cidade. Porém, o acolhimento foi estabelecido em uma parte periférica do bairro, entre duas áreas de intensos conflitos, com facções diferentes e de difícil acesso para a população que não conhece o território.

Fernandes (2012) realizou sua pesquisa nesta instituição e confirmou que há quatro anos não há outras instituições de acolhimento institucional na cidade do Rio de Janeiro que se proponham a acolher meninas gestantes ou mães com seus filhos em situações de vulnerabilidade. Essa informação garante com mais precisão a ausência de ofertas de espaços para a promoção de proteção e sociabilização para as mães adolescentes nessas condições.

A instituição foi inaugurada em agosto de 1994, com o objetivo de substituir o antigo modelo de assistência — que previa o reparo social e a segurança da parcela privilegiada da população — para aquele preconizado pelas novas políticas a partir da Constituição Federal, como o ECA, que prevê o direito social de toda criança e adolescente e, conseqüentemente das(os) acolhidas(os). Trata-se de um serviço de acolhimento institucional de gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, com gestão conjunta à ONG denominada CEACA VILA, que presta serviços terceirizados para essa prefeitura.

O PMA está inserido em uma instituição modelo de abrigo institucional, caracterizando-se como:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (Brasil, 2009, p. 67).

Essa modalidade de acolhimento institucional se constitui como uma proteção especializada, contendo um atendimento a uma especificidade que perpassa a vida de muitas famílias, a gravidez na adolescência. A equipe principal de profissionais de um acolhimento institucional divide-se entre técnicos, profissionais com nível superior de escolaridade, como assistente social, psicólogos e pedagogos; e educadores sociais, profissionais com nível médio de escolaridade.

O Projeto Mães Adolescentes se justifica como uma estratégia para promover a atenção integral a jovens mães e seus filhos, considerando a gravidez

na adolescência um fator que acentua a vulnerabilidade na vida dessas famílias. O projeto recebe adolescentes gestantes e/ou mães encaminhadas para acolhimento institucional pela Vara da Infância da Juventude e do Idoso da Capital, pelo Conselho Tutelar e outros órgãos públicos. Recebe, também, adolescentes de todo o município, por ser o único, na esfera pública, na cidade do Rio de Janeiro, que atende mães adolescentes juntamente com seus bebês. Esse projeto também recebe adolescentes de outros municípios, haja vista a carência de instituições para o público atendido.

Devido à ausência de instituições territorializadas, muitas vezes pela falta de recursos financeiros para transporte, e a distância entre os bairros e municípios de grande extensão, as acolhidas se afastam ainda mais de sua comunidade e de sua família.

Durante a experiência ecológica do pesquisador, percebeu-se que a implementação das políticas públicas já instituídas no Brasil não tem sido significativa para atender às demandas específicas de mãe adolescentes acolhidas, principalmente quando estas estão prestes a completar a maioridade. As orientações legais que garantem a proteção social para adolescentes e jovens (Brasil, 2013), e a que promove o direito de cuidado preferencial e diferenciado para a gestante (Brasil, 2000) ainda não foram implementadas na íntegra, não estando interligadas pelas instituições que fazem parte desse processo.

De acordo com as informações adquiridas na observação participante, nota-se que as adolescentes mães que já foram acolhidas em instituição pública de acolhimento, dificilmente, após saírem da instituição, conseguem dar prosseguimento em seus projetos de vida construídos no momento do acolhimento institucional. Poucas dessas mães adolescentes conseguem construir suas próprias famílias ou mesmo garantir o direito de cuidar de seus filhos, principalmente pela falta de apoio de instituições sociais e/ou de uma rede de apoio solidário e intersetorial.

Apesar das lacunas e imperativos existentes no acolhimento institucional, assim como em toda sociedade, é reconhecido o papel fundamental dos múltiplos agentes envolvidos no processo de proteção social. Todavia, as ações de

reinserção familiar para a jovem e para o seu filho falham quando as etapas e situações sociais dos acolhidos não são respeitadas e consideradas.

Na modalidade de acolhimento estudada, abrigo institucional voltado para atender mães adolescentes, constata-se certa precariedade das condições de trabalho. Os técnicos assistentes sociais são servidores públicos, enquanto os psicólogos, pedagogos e educadores, na maioria das vezes, são contratados por empresas privadas denominadas como Organizações Sociais (OS), que prestam serviços para o Estado. Com essa situação, os direitos e benefícios trabalhistas são completamente distintos entre os integrantes de uma mesma equipe, desmotivando muitos profissionais e provocando contínuo desfalque nas equipes, além do clima de tensão. Alguns profissionais, sensibilizados pela necessidade de acolhimento das mães adolescentes, encontram em seu relacionamento diário com as acolhidas a motivação para permanecerem nesse trabalho.

De acordo com Penna et al. (2010), que pesquisaram instituições de acolhimento para meninas no Rio de Janeiro, há atrasos frequentes no pagamento dos educadores e de outros profissionais contratados (privatizados), caracterizando um desrespeito ao profissional que se prontifica a atuar em um cenário com tamanha complexidade e fragilidades. A continuidade de projetos fica comprometida por haver alta rotatividade de profissionais.

Em meio ao crescente número de produções relacionadas aos acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes, após o Estatuto da Criança e do Adolescente, foram encontrados poucos estudos, no âmbito nacional, que abordassem a discussão associada ao acolhimento específico para as mães adolescentes acolhidas. O Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem desenvolvido estudos recentes voltados para essa temática e parece ser o departamento de pesquisa acadêmica que mais produziu sobre o tema, além de trazer informações muito pertinentes a esta dissertação, por pesquisar a mesma população no mesmo município e na mesma instituição.

A partir da ampla pesquisa bibliográfica que está sendo realizada pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância (CIESPI), encontrou-

se estudos produzidos pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UERJ, acima citado, que versam sobre diversas temáticas. Destacam-se os seguintes temas: as perspectivas das adolescentes acolhidas em relação aos serviços de saúde pública que acessam (Penna et al., 2012); a relação entre mães e seus filhos em unidade de abrigamento (Fernandes, 2012); a violência vivida pelas adolescentes em situação de rua na ótica da equipe de profissionais educadores do abrigo (Penna et al., 2010); a concepção de profissionais de unidades de acolhimento sobre a maternidade em adolescentes abrigadas (Penna et al., 2012); e a violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas a partir da visão das mesmas (Carinhanha & Penna, 2012).

Em relação ao cuidado em saúde para as acolhidas, na pesquisa de Penna et al. (2012), os resultados mostraram aspectos positivos e negativos da atenção prestada, evidenciando que os serviços de saúde têm potencial para ser referência de apoio à maternidade para adolescentes abrigadas. Porém, as falhas ainda são grandes, principalmente pelo preconceito e falta de sensibilidade dos profissionais às situações de abrigamento e de maternidade vividas por essas jovens. O estudo apresentou a discriminação dos profissionais do serviço prestado nos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e a dificuldade de consolidação dessa política, essas questões estão atreladas às concepções e qualificação dos profissionais.

As queixas foram no sentido da desvalorização da saúde materna pelo profissional, da necessidade de convocar o profissional para atender suas demandas, da discriminação pelos profissionais sobre a situação em que elas se encontravam — adolescentes, grávidas e abrigadas, além da falta de espaço para esclarecer dúvidas (Penna et al., 2012, p. 125).

A partir do cenário vivenciado pelas mães adolescentes acolhidas, evidenciou-se a reprodução de preconceito e da valorização pelo modelo de uma família nuclear e tradicional, desconsiderando ou desconhecendo os principais elementos psicossociais da gestante/mãe adolescente acolhida.

Penna et al. (2010), em uma pesquisa qualitativa na qual objetivaram analisar a violência vivenciada por meninas adolescentes em situação de rua na ótica dos profissionais educadores do acolhimento institucional, apresentam uma

configuração de complexa trama de violência que atravessa intensamente o contexto social dessas adolescentes. Esses fatores comprometem a construção de projetos e perspectivas de vida, uma das exigências sociais para essa etapa da vida.

Nesse estudo, as autoras examinam as raízes da violência vivenciada por meninas em situação de rua, a partir de um modelo ecológico, no qual os fatores individuais e contextuais se relacionam em diversos níveis (social, comunitário, relacional e individual). Constataram como resultado a exclusão social que essas meninas estão cotidianamente expostas. A exclusão social está entre as características da categoria violência coletiva e consiste em um dos principais tipos de violência que as crianças e adolescentes do sexo feminino estão expostas.

De acordo com Penna et al. (2010), ao se associar todos os níveis de violência, considerando a importância dessa interlocução, a violência familiar está entre os principais fatores desencadeadores da saída do lar. Conforme a percepção dos profissionais educadores, parcela expressiva das acolhidas tem família, mas que não consegue conviver com ela. Outra violência destacada pelas autoras consiste naquela relacionada ao gênero, que foi estabelecida historicamente e que determina os direitos dos homens superiores aos direitos das mulheres.

A violência de gênero é um tipo de violência invisível que, apesar de ser percebida pelos profissionais cuidadores, parece ser mais difícil de ser trabalhada junto às adolescentes. Questionar a postura de submissão das adolescentes de forma mais sistematizada e fundamentada pode ajudar na reflexão sobre a realidade, promovendo o potencial transformador na adolescente. Isto requer dos cuidadores sensibilidade e disponibilidade interna para lidar com estas situações, pois a invisibilidade da violência de gênero não atinge apenas o outro, está inscrita também nas suas próprias relações. Quer dizer, o papel de facilitador do processo de reflexão pode mobilizar nos cuidadores suas experiências pessoais, daí a dificuldade de trabalhar no outro o que pode ser um impasse para si mesmo (Penna et al., 2010, p. 306).

Os profissionais de unidades de acolhimento entendem a maternidade na adolescência como um fenômeno precoce na vida da mulher, justificando que a jovem ainda está imatura e que ser mãe nessa etapa da vida pode acarretar dificuldades psicossociais e econômicas (Penna et al., 2012). As educadoras ressaltam que as jovens mães abrigadas abandonam seus estudos e dificilmente os retomam, fator que influenciará na construção de seu futuro e da vida do filho.

Com isso, terão maiores dificuldades para serem reinseridas no mercado de trabalho. A evasão escolar também irá interferir negativamente em sua perspectiva e qualidade de vida, principalmente após sair da instituição de acolhimento.

O estudo de Penna, et al. (2012) releva que os acolhimentos acabam por assumir a referência de família que a mãe adolescente em situação de abandono não tem. Afirmação um tanto arriscada, uma vez que cada instituição poder ter um papel complementar no desenvolvimento e nenhuma entidade tem condições de assumir a função da outra. Essa tentativa pode estar fadada ao fracasso.

O investimento e instrumentalização dos profissionais, para potencializar suas habilidades em lidar com esse grupo e poder facilitar esse processo complexo de acolhimento de uma mãe adolescente com seu filho, pode contribuir para a criação de ações que fortalecem a instituição de exercer sua função, reconhecendo o mandato de outros dispositivos, inclusive o da família, mesmo quando esta não foi capaz de exercer sua função idealizada.

Fernandes (2012), ao discutir a maternagem em unidade de acolhimento institucional, enfatiza a relação entre mães adolescentes e seus filhos. Destaca também a importância da construção de uma rede de apoio social, uma vez que o vínculo afetivo com a família muitas vezes está rompido e há uma incidência relevante nesses casos da falta de apoio do pai do bebê. De acordo com a autora, o acolhimento institucional é caracterizado como um espaço que oferece estrutura física e afetiva — principalmente por meio das educadoras — por meio de ações integradas entre diferentes dispositivos intersetoriais.

Importante destacar uma das lacunas apresentadas por Brito et al. (2014), que pouco se discute e que não foi abordado pelo estudo de Fernandes (2012) ao analisar a maternagem no acolhimento institucional: “a tendência jurídica a destituir o poder familiar o mais rápido possível quando se trata de crianças pequenas para não se perder a chance de uma adoção” (Brito et al., 2014, p. 407). Essa tendência parece crescer no acolhimento institucional para mães adolescentes, modo de intervenção que se relaciona a uma visão higienista e que desautoriza, principalmente, a população mais pobre na sua função parental (Rizzini, 2007), além de se caracterizar como um ato violento dentro da própria instituição de acolhimento institucional.

Pouco se discutiu nos trabalhos mencionados sobre a dura realidade da separação das mães adolescentes de seus filhos, tema que merece ser desenvolvido por outros estudos relacionado ao contexto do acolhimento institucional a essa população específica.

Carinhanha & Penna (2012) ao estudarem a violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em uma casa de passagem na cidade do Rio de Janeiro, apresentam um cenário muito frágil, no qual as adolescentes em situação de rua ou acolhidas, que participaram da pesquisa, percebem a violência de forma pontual e bastante concreta, dentro de suas experiências. As jovens referenciam as famílias, as comunidades e até as instituições de acolhimento como espaços que vivenciaram as violências mais tangíveis. Esse quadro pode representar uma história de violações de direitos na vida dessas jovens.

Em sua pesquisa exploratória, Carinhanha & Penna (2012) constatam contradições, uma das adolescentes relata não ter vivenciado situações em que se sentia agredida na família, mas em outro momento afirmou que o irmão sempre lhe batia. Pode-se afirmar que há dificuldade em assumir a vivência de situações de violência, dificuldade que pode estar relacionada ao fato de que a violência foi perpetrada por aqueles que deveriam proteger (Carinhanha & Penna, 2012). Outro fator que precisa ser considerado consiste na naturalização do lugar de vítima de violências, pois, na maioria das vezes, o ambiente violento faz parte de toda trajetória da vida de crianças e adolescentes em situação de rua.

A violência intrafamiliar se caracteriza por um fenômeno que na maioria das vezes a sociedade tende a esconder, dado o constrangimento social que essa revelação pode promover. Esse imperativo, construído historicamente, em que a família é vista e idealizada como um espaço unicamente de cuidado e incapaz de promover atos violentos, potencializa a banalização e a naturalização da violência, assim como fomenta violações de direito contra milhares de crianças e adolescentes.

De acordo com Carinhanha e Penna (2012), a violência contra a mulher ainda é legitimada socialmente. Este fenômeno está na ordem do imperceptível, tanto para o homem, que na maior parte das vezes é o perpetrador dos atos violentos a partir da crença coletiva no direito de posse sobre o sexo oposto,

quanto para a mulher, que naturaliza esse imperativo social e não se percebe violentada. As autoras afirmam que as adolescentes entrevistadas não percebiam a violência nos espaços que conviviam. “A naturalização da violência diz respeito a uma ordem injusta que cria um clima de aceitação da violência, considerando-a um dispositivo de negociação” (Carinhanha & Penna, 2012, p. 70).

Ainda segundo esse estudo, as adolescentes muitas vezes reconhecem os efeitos negativos do uso de substâncias psicoativas e até da criminalidade, que muitos de seus familiares estão envolvidos. Contudo, tais comportamentos e envolvimento com grupos de risco fazem parte do cenário diário de seu contexto social e parece naturalizado pelo grupo. A socialização dessa adolescente e sua constituição como sujeito estão intrinsecamente associadas a essa realidade. A violência e a ausência de muitas necessidades que são consideradas básicas pela maior parte da sociedade fazem parte de seu cotidiano.

É fato que todo esse cenário apresentado, nesses últimos estudos, interfere diretamente na relação entre mães e seus filhos em unidades de acolhimento, porém o que aqui se prioriza é analisar o contexto psicossocial que circunda ou circundou essa mãe adolescente acolhida. Antes do ambiente familiar não ser suficientemente bom para esse bebê, ou filho da jovem, parece ter sido insuficientemente bom para a acolhida (Nasio, 1995).

De acordo com as abordagens das teorias psicanalíticas, Nasio (1995) aponta em seus estudos a mãe suficientemente boa e a mãe insuficientemente boa como para com os primeiros ambientes de um bebê. A primeira é capaz de oferecer um ambiente adaptado à necessidade do bebê, e a segunda está inserida em um contexto que dificulta identificar as necessidades do recém-nascido.

Ao decorrer do estudo, em uma perspectiva desenvolvimentista, o autor sinaliza que o ambiente exerce uma influência “na criança que cresce, no adolescente e até no adulto” (Nasio, 1995, p. 195). Em concordância com a psicanálise winnicotiana, Nasio apresenta a teoria afirmando que a mãe suficientemente ou insuficientemente boa está relacionada a uma mãe real, uma situação ou contexto social em que uma pessoa está inserida. O desenvolvimento psíquico e social se encontra intrinsecamente associado a essa exposição do

sujeito ao ambiente, sendo o sujeito capaz ou não de promover a introjeção de confiabilidade.

O contexto psicossocial da mãe acolhida na instituição pesquisada consistirá a discussão central do segundo capítulo, que levará o leitor a conhecer outras faces da experiência de vida dessas jovens.

3

O contexto psicossocial de mães adolescentes acolhidas: a família e o acolhimento institucional como espaços de proteção e sociabilidade

O contexto psicossocial, de acordo com estudos e documentos originários da Saúde Mental (Brasil, 2001; 2002; 2004), consiste em tudo que envolve e contribui para o desenvolvimento integral de uma pessoa; é a relação de todos os elementos físicos, simbólicos, psicológicos e sociais que fazem ou fizeram parte da vida de alguém. Essa noção caracteriza-se pela complexidade do processo social, que se constitui como uma tecelagem, na qual diversas linhas se entrelaçam continuamente; processo este, que está em movimento o tempo todo e, conseqüentemente, agrega valores, sentidos, elementos de múltiplas composições, fazendo emergir diferentes sujeitos, novas visões de mundo e outras ideologias. “Essas simultâneas dimensões ora se complementam, ora são conflitantes, produzindo pulsações, paradoxos, tensões, consensos” (Amarante, 2007, p. 63).

A concepção de atenção psicossocial, que fundamenta a nova política de Saúde Mental no país (Brasil, 2005a), oferece uma dimensão de cuidado mais ampliada a crianças e adolescentes mais vulneráveis e fragilizados nesta sociedade. Essa concepção substitui a palavra “clínica” pela palavra “atenção”, oferecendo nova dinâmica de cuidado à população fragilizada. Por utilizar esta concepção, o pesquisador alterna o uso das palavras cuidado e atenção. A noção psicossocial

[...] vem da percepção de que qualquer ‘cuidado’ que se pretenda ‘atenção’ deve tentar lidar com duas dimensões de nossa moderna existência, numa tentativa incessante de vê-las de modo mais complexo, de reintegrá-las uma à outra e de conceber o sujeito como uno: a dimensão psíquica e social (Venancio et al., 1997, p. 7).

A dimensão psíquica é compreendida de acordo com a subjetividade, criatividade e diversidade do sujeito. A dimensão social deixa de estar centrada apenas no contexto familiar da pessoa para ampliar-se para toda a sociedade, sendo menos excludente. Leva em consideração tudo que é possível ser conhecido

sobre o contexto social, que faz parte da vida da acolhida, como escola, bairro, praças, círculo de relações interpessoais, interferindo direta ou indiretamente no modo de uma pessoa se relacionar com o mundo, em um processo dinâmico, contínuo e interdependente.

A dimensão social, ou seja, o ambiente ou contexto que cada sujeito está inserido, que inclui as múltiplas instituições e dispositivos de proteção e cuidado, quando somada às questões singulares da pessoa — nesse caso, da acolhida —, configura-se como um contexto psicossocial. A partir dessa concepção, buscou-se compreender mais a vida da mãe adolescente acolhida nos aspectos em que se encontrou abertura no decorrer da realização da observação participante e das entrevistas.

3.1

Caminhos para a busca de elementos do contexto psicossocial das mães adolescentes acolhidas: metodologia de análise no campo empírico

A análise do contexto psicossocial da adolescente acolhida centrou-se em um estudo exploratório, que “constitui uma pesquisa temática com foco mais amplo e aberto para a investigação de fenômenos e processos complexos e principalmente pouco conhecidos e/ou pouco sistematizados” (Vasconcelos, 2009, p. 158). Essa fase exploratória cumpriu com o objetivo da observação participante, ajudando a avaliar de forma ampla o campo a ser analisado e construindo registros aleatórios e diálogos informais com acolhidas e profissionais.

Essa primeira fase consistiu na construção de um diário de campo, que incide em um conjunto de informações que foram coletadas a partir do relacionamento cotidiano do pesquisador com as mães adolescentes, os profissionais no acolhimento institucional e os dispositivos intersetoriais do município, no período que corresponde de janeiro de 2014 a janeiro de 2015. Esse material foi construído no percurso profissional do pesquisador, com objetivo de

compreender o contexto social das mães adolescentes acolhidas na instituição em estudo.

O pesquisador não tinha a clareza do que realmente poderia ser utilizado, pois o objeto de pesquisa ainda não havia sido definido. O processo de relacionamento entre o pesquisador e as jovens, os profissionais e as instituições e, conseqüentemente, o registro das observações e diálogos entre os mesmos, foi nomeado de observação participante, inspirado em Vasconcelos (2009) e Minayo (2011, p. 70).

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

É nesse espaço de proximidade e troca com as acolhidas e interventores que se deu a escolha do tema, considerando as demandas apresentadas no território da instituição de acolhimento como legítimas e complexas. Por meio desse procedimento foi possível conhecer de modo mais amplo a realidade do campo empírico, delimitar o objeto de pesquisa e definir alguns possíveis caminhos necessários para uma análise mais fidedigna. Assim, os elementos encontrados abrem um leque de informações que contribuem para o entendimento do contexto psicossocial da acolhida, que consiste na primeira categoria de análise das entrevistas, que também serão utilizadas neste capítulo.

Os dados levantados nesse percurso são denominados como fontes primárias: aquela que não recebeu um tratamento analítico e faz parte do cotidiano do processo de trabalho de certo profissional (Vasconcelos, 2009). É a partir dessa exploração do objeto que se encontrou os elementos para a elaboração de um material mais concreto.

Vasconcelos (2009) compreende essa etapa importante quando o fenômeno envolve processos subjetivos e culturais. A pesquisa exploratória é entendida como uma primeira etapa, para, posteriormente, realizar uma intervenção mais estruturada. Esse processo mais estruturado foi iniciado a partir da sistematização das informações coletadas, para em seguida se fazer uma

relação com os elementos relacionados ao contexto psicossocial adquiridos nas entrevistas semiestruturadas.

O documento construído está embasado no registro oral, que foi coletado de maneira informal e transcrito no diário de campo do profissional pesquisador. Essa nota foi sistematizada para análise desta pesquisa a partir das seguintes informações das adolescentes e categorias: a) escolaridade; b) idade da primeira gestação; c) paternidade do bebê; d) motivo do acolhimento; e) perspectiva de futuro; f) a família, da mãe adolescente acolhida.

Para cada categoria foi construído um gráfico simplificado, que será apresentado e relacionado com outros dados. Essa etapa contribuiu para iniciar um levantamento e uma análise das características psicossociais das mães adolescentes. As informações adquiridas na etapa inicial foram coletadas em um espaço institucional, fato que pode ter interferido e limitado as respostas das adolescentes. As participantes estavam cientes de que os processos realizados naquele espaço institucional seriam parte de um arquivo de informação do pesquisador e que poderiam ser disponibilizados para estudos.

Para compreender o desenvolvimento psicossocial da mãe adolescente, é importante, *a priori*, ter conhecimento referente aos ambientes nos quais essas jovens estão inseridas e, posteriormente, como funciona sua interação nesse contexto, no qual acontecem os processos de desenvolvimento (Brito et al., 2014).

De acordo com diversos estudos que discutem a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano (Rosa et al., 2012; Cavalcante et al., 2010; Brito et al., 2014; Cecconelle & Koller, 2003), o contexto se refere aos múltiplos ambientes, podendo estes estarem mais próximos ou mais distantes do sujeito, conforme o desenvolvimento e interação construída pelo mesmo. Bronfenbrenner (1996) subdividiu esses ambientes em diferentes processos, são eles: microssistema, exossistema e o macrossistema.

A partir dessa teoria, compreende-se que o microssistema consiste em ambientes mais próximos, que a jovem frequenta e convive diariamente, face a face. Essa experiência está associada à forma com que a pessoa percebe esses espaços e se permite ser influenciada por eles, ao mesmo tempo em que o afeta com suas ações. A família pode ser o primeiro microssistema, seguido da escola e

outras instituições sociais. O acolhimento institucional pode ser considerado um microsistema para uma criança ou adolescente que vivencia a experiência de ser acolhido.

O exossistema consiste em ambientes que não envolvem a pessoa como uma participante ativa ou assídua, mas que desempenham importantes influências, mesmo que indiretas, em seu desenvolvimento, além de também ser influenciado pelos eventos que acontecem com a pessoa. O exossistema na vida das mães adolescentes pode ser representado por diversos dispositivos, tais como as Unidades de Atenção Básica, os Centros de Referências de Assistência Sociais (CRAS) e os Consultórios na Rua. Para aqueles que vivem em suas famílias, o exossistema pode ser a rede de relacionamento da família com outras, como os vizinhos, amigos que frequentam a sua casa.

O macrosistema é composto por uma série de arquétipos universais, como valores, crenças, religiões, ideologias, formas de governos, culturas e subculturas presentes na sociedade, e conduz a formação e a sustentação dos sistemas de outra ordem (micro e exossistema). Na interação psicossocial com as mães adolescentes, percebe-se que os valores, as crenças, entre outros paradigmas contemporâneos e dominantes na sociedade, orientam seus interesses, interferem em seus modos de agir socialmente e contribuem para o seu desenvolvimento “individual” e coletivo.

Nesta dissertação o termo contexto psicossocial envolve todos esses sistemas, configurando-se como um sistema complexo e dinâmico, uno e múltiplo, ordenado e desordenado ao mesmo tempo. Um conjunto de dispositivos vivos, em movimento, repleto de ondas e molas que são interdependentes, que se completam e se repelem concomitantemente em atravessamentos cotidianos.

A seguir, serão apresentados os elementos do contexto psicossocial, de mães adolescentes acolhidas, encontrados no trabalho de campo. Esses achados fazem parte da primeira categoria de análise²⁰ das entrevistas.

²⁰ As categorias de análise foram mencionadas na página 29. “A categorização foi organizada da seguinte forma...” (p. 29).

3.1.1

Escolaridade

A baixa escolaridade consiste em um problema crônico para a população que vivencia situação de rua. Resultados de pesquisas internacionais apontam essa lacuna na vida de mães adolescentes, principalmente em países em desenvolvimento (Williamson, 2013). Estudos revelam que o alto índice de gravidez na adolescência está intrinsecamente ligado aos seguintes fatores: a pobreza, a falta e/ou dificuldade de acesso à saúde sexual, o baixo nível de escolaridade ou analfabetismo e a desigualdade de gênero que atravessam as sociedades (Williamson, 2013).

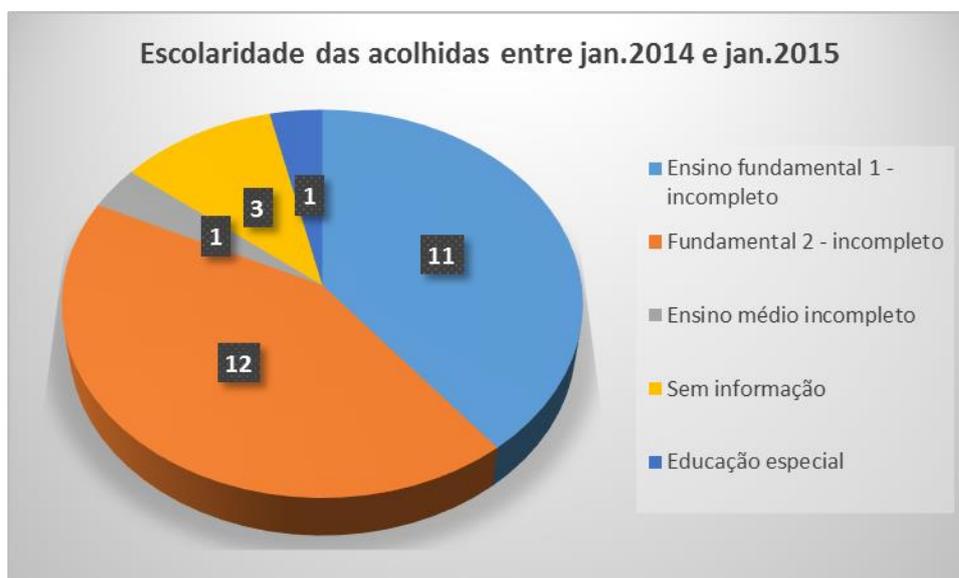
Confirmando os dados apontados por Williamson (2013), no relatório elaborado para o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), Rossetto et al. (2014) apontam, nos resultados de suas pesquisas, a maior prevalência de gravidez na adolescência em classes econômicas menos favorecidas. Nesse grupo, também são evidenciados maiores índices de sofrimento psíquico, como a depressão. Rossetto et al. (2014) ainda sinalizam indicadores atrelados à escolaridade e revelam que mais de 70% das adolescentes gestantes já haviam reprovado o ano letivo em algum momento de sua trajetória escolar.

As adolescentes que repetiram o ano letivo possuem 2,5 vezes maior prevalência de pouca ou nenhuma expectativa de futuro. Em outros estudos empíricos, também têm sido apontadas as questões da baixa escolaridade como fator de risco para a gravidez na adolescência ou como consequência da gestação/maternidade.

Uma das primeiras características do contexto psicossocial das adolescentes acolhidas, que se busca saber em sua chegada ao acolhimento, é a escolaridade. Pois é por meio dessa informação que é possível inseri-las na instituição de educação pública, além de a maioria dos profissionais ajudarem a fomentar a inserção da jovem no mercado de trabalho logo após o bebê desmamar.

De acordo com o convívio diário e anotações das experiências de campo, entre as 28 acolhidas pode-se afirmar que, como demonstrado no Gráfico 1: uma estava cursando o ensino médio, uma, educação especial, 12 estavam cursando o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) e 11 ainda estavam cursando o Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano). Ainda há três casos em que se denominou sem informações, que são situações em que as jovens passaram por inúmeras escolas e abrigos durante sua infância, além de terem vivido a maior parte de suas vidas em situação de rua. Essas acolhidas ainda não haviam regularizado sua situação escolar. Desse modo, é possível afirmar que somente uma das acolhidas concluiu os dois ciclos da educação básica (Fundamental I e II), sendo a única a cursar o ensino médio. Assim, como se pode depreender, apenas 12 findaram o primeiro ciclo, estando matriculadas no segundo ciclo (Fundamental II).

Gráfico 1 - Grau de escolaridade das acolhidas



Fonte: Diário de Campo

A baixa escolaridade também aparece nas entrevistas, com os profissionais e com o casal de pais, como um dos empecilhos para a construção de uma vida mais “autônoma” após a institucionalização; além de, estar associada com a ausência de cuidados básicos, negligências e/ou abandono, por falta de

esclarecimento. Muitas vezes as histórias dessas famílias estão atravessadas por situações tão vulneráveis que a educação não chega a ser uma prioridade.

De acordo com a experiência da observação participante foi possível perceber que há certa resistência de muitas meninas em aceitarem a educação escolar como parte de seu projeto de socioproteção, pois há uma lacuna profunda que se caracteriza com a falta de acesso aos seus bens sociais, desde sua primeira infância.

A dedicação de muitos profissionais está em apontar para essas acolhidas os benefícios que podem ter a partir da educação escolar, pois quanto maior a escolaridade, maior as possibilidades de estágios, de trabalhos, que as ajudam a terem cada uma o seu próprio sustento após a saída do acolhimento.

Outra dificuldade, sinalizada pelos profissionais entrevistados, está nos modelos de assistência prestados às adolescentes, principalmente nas instituições educacionais. As escolas não incluem a gestação como uma possível situação da adolescente estudante. Esse fator também pode potencializar a desistência e a evasão escolar das mães adolescentes.

A escola, por mais que seja moderna em projetos pedagógicos, ainda não se apresentou com uma composição capaz de receber a mãe adolescente com seu(s) filho(s). Esse dispositivo ainda apresenta ações excludentes para uma das fases, entendida, culturalmente, como a mais complexa da vida. A adolescência, como declara Saggese (2001), está compreendida socialmente como uma etapa de decisões e posicionamentos, mas enquanto isso não se estabiliza, pois as (os) adolescentes não são adultos nem crianças, não se localizam nem dentro e nem fora da família. Assim, esse momento consiste na passagem de criança para adulto, passando pela busca de seu “eu”, e sentindo-se desafiado pela sociedade a construir um projeto individual.

No caso das adolescentes mães e acolhidas, entende-se que, em sua maioria, não podem contar com uma rede de apoio social para o cuidado de si e de seus filhos. Situação esta que fragiliza ainda mais essa fase. A implementação e o reordenamento das instituições de acolhimento, conforme prevista na legislação vigente, podem ampliar o acesso qualificado das mães adolescentes à escola. Quando a adolescente mãe e acolhida frequenta a escola, aquela passa a fazer

parte da rede de apoio social, que dará suporte para o desenvolvimento psicossocial da adolescente e de sua família.

3.1.2

A primeira gestação

Segundo Williamson (2013), a gravidez na adolescência consiste, atualmente, em um dos maiores desafios a serem superados, dentro daqueles relacionados à política para crianças e adolescentes nos países em desenvolvimento — nesses países ocorrem 95% dos partos de adolescentes. Cerca de 20 mil meninas dão à luz a cada dia, perdendo a oportunidade educacional e a construção de melhores perspectivas. Outras 70 mil adolescentes morrem por ano devido a complicações no parto, e 3,2 milhões de abortos inseguros acontecem a cada ano entre adolescentes (Williamson, 2013).

Entre as características comuns aos países subdesenvolvidos, quando se trata da gravidez na adolescência, estão, principalmente, a pobreza, a residência em moradias localizadas em áreas rurais ou remotas — consideradas subúrbios — e a baixa escolaridade. “A região da América Latina e Caribe é a única onde o número de partos de meninas com menos de 15 anos de idade aumentou. Nesta região, projeta-se que tais nascimentos devem aumentar ligeiramente até 2030” (Williamson, 2013, p. 5).

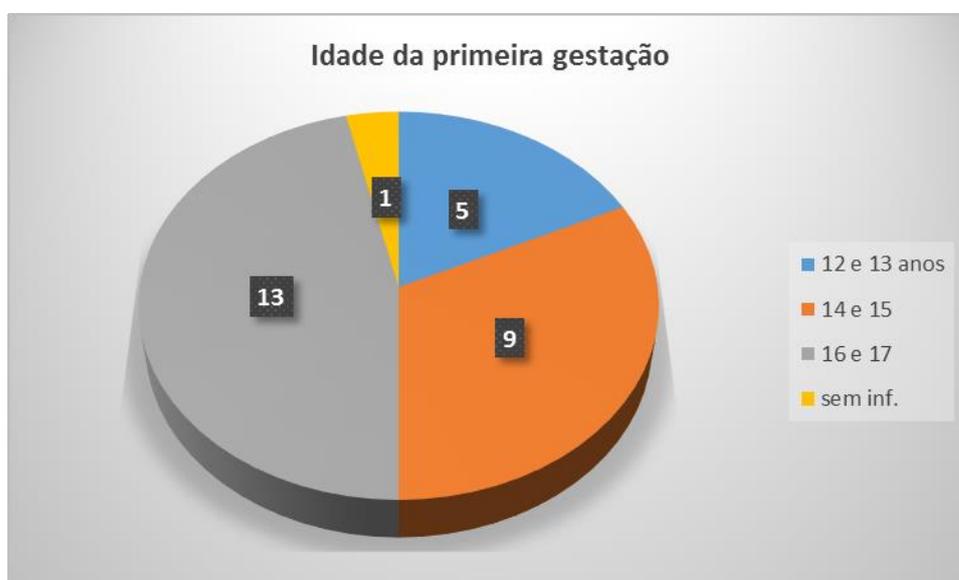
De acordo com os dados do IBGE já apresentados no primeiro capítulo, a TFT tem diminuído significativamente no decorrer dos últimos 55 anos. Porém, entre as mães adolescentes a fecundidade permanece alta. Essas informações, quando associadas às informações que a ONU (Williamson, 2013) projeta até 2030, causam preocupações, pois a primeira gestação pode vir a acontecer ainda mais cedo, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil.

Em relação à primeira gestação das acolhidas foi verificado que há maiores índices de gravidez após os 14 anos, principalmente entre a faixa etária dos 16 aos 17 anos. Essa situação aparece como uma das principais preocupações dos profissionais e constituem as ansiedades das adolescentes, pois, quanto maior

a idade da acolhida, menor será o tempo que essa adolescente ficará no acolhimento, menor as possibilidades de construir um projeto contínuo, menor o tempo para ela se adaptar ao modelo instituído pelo abrigo e menores serão as chances de ela se estruturar para seguir sua vida fora da instituição protetora.

Das 28 acolhidas, 5 engravidaram entre 12 e 13 anos de idade, 9, entre seus 14 e 15 anos, 13, durante a fase que se aproxima da maioridade entre 17 e 18 anos e, 1 não havia informação por não possuir qualquer tipo de documentação, estar em situação de rua e não ter construído relação na instituição por evasão.

Gráfico 2 - Idade da primeira gestação



Fonte: Diário de Campo

É notória a angústia das acolhidas ao se aproximarem da maioridade. Os profissionais, para apontar o sofrimento das jovens ao chegar à maioridade, utilizam do termo “síndrome dos dezoito”. Esse sofrimento se dá por não terem opções de continuidade da proteção recebida no acolhimento institucional, principalmente por estarem com seus vínculos familiares rompidos.

Há maiores possibilidades de “autonomia” quando a jovem tem mais tempo para ficar na instituição. De acordo com os relatos dos profissionais e casal de jovens entrevistados, para se consolidar o acompanhamento e a instrumentalização oferecidos na instituição de acolhimento, é necessário um longo processo de vinculação e adaptação, o que permite o (re)estabelecimento da

relação das adolescentes com as instituições que promovem os seus direitos sociais, além de as motivarem à resiliência.

Quanto mais perto da maioridade, menor o tempo para buscar superar as vulnerabilidades vividas. Ao entender que essa jovem não tem apoio social, sabe-se que, ao completar seus 18 anos, de acordo com as normas preestabelecidas, ela precisará ser desligada compulsoriamente da socioproteção infantojuvenil. Obrigatoriamente, a jovem será transferida com seu filho para uma central de recepção que a direcionará ao acolhimento de famílias. Assim, a jovem não é automaticamente acolhida, ou seja, inicia-se outro processo.

Para uma mulher maior de idade ser acolhida com seu(s) filho(s) ela precisará esperar a disponibilidade de vagas. Essa espera pode durar meses, podendo promover a descontinuidade da proteção conjunta e do vínculo que ainda está se estabelecendo entre a mãe e o bebê, além de ser um dos fatores que potencializa a interrupção de projetos construídos no processo do acolhimento mãe-bebê.

Esses dados são preocupantes, pois a partir do modelo de proteção existente para mães adolescentes na cidade do Rio de Janeiro, a separação entre a mãe e o bebê acaba sendo indiretamente potencializada. A maioria das jovens mães, ao completarem a maioridade, perdem, de modo compulsório, praticamente todas as referências que vinha construindo no percurso do acolhimento institucional para adolescentes. Não há continuidade do que está sendo realizado no acolhimento quando as mães menores de idade completam seus 18 anos e são transferidas. A chegada da maioridade acaba sendo o esgarçamento de seus vínculos em seu contexto atual, além de consistir em uma interrupção do seu processo de desenvolvimento.

A espera por uma vaga em acolhimento para famílias se caracteriza um retrocesso no projeto iniciado. Essa situação, na maioria das vezes, coloca as mães acolhidas em uma posição de completo despejo social. Consequentemente, a jovem é inserida em um processo de intenso sofrimento psíquico que tira toda e qualquer capacidade de lidar com a situação de forma “racional”. Muitas acabam por perder a guarda de seus filhos nesse momento.

Ter ou não ter filhos pequenos e completar a maior idade dentro de um acolhimento institucional é sinônimo de saída imediata da instituição e se caracteriza uma situação de conflitos e frustrações, tanto para as meninas como para os profissionais. Não há um protocolo diferenciado para as jovens com bebê(s) e as jovens sem bebê(s), caracterizando as ações oficializadas e protocoladas da instituição que acolhe mães adolescentes no município do Rio de Janeiro como descontextualizadas com a especificidade desse público, o que impede o suporte a essas jovens. Essa lacuna demonstra claramente a necessidade de maiores interlocuções entre as políticas e as instituições.

O tempo curto de intervenção e de convivência reduz ainda mais as possibilidades de certa organização psicossocial para uma saída mais planejada, principalmente quando há ausência de interlocução entre os setores envolvidos — nesse caso entre o acolhimento institucional para mães adolescentes e o acolhimento para famílias. A idade da primeira gestação é um fato muito importante e que precisa ser valorizado para proteção, instrumentalização e continuidade do processo de atenção integral a essa mãe e ao seu(s) filho(s).

3.1.3

Paternidade do bebê

De acordo com o documento produzido Williamson (2013) para o Fundo de População das Nações Unidas, como mencionado anteriormente, muitas sociedades naturalizam e reforçam a negação de escolha das adolescentes, as desigualdades entre gêneros, o lugar de menor prestígio social pelas meninas/mulheres, a irresponsabilidade e o empoderamento de homens e meninos.

Ainda hoje, as mulheres negras e pobres estão entre os indivíduos mais subjugados e rejeitados pela sociedade. As mães/gestantes adolescentes acolhidas fazem parte desse grupo. Os fatores mencionados pela ONU (Williamson, 2013) apresentam relevâncias sociais para o aprofundamento deste debate, na produção de conhecimento, na promoção de movimentos de prevenção e combate à

discriminação e de garantia de direitos à população mais atingida pela desigualdade social (Williamson, 2013).

De acordo com a observação ecológica e as entrevistas, foi verificado que a construção familiar com ausência ou frágil presença da figura masculina faz parte da situação social do grupo de adolescentes mães e acolhidas, entre os meses de janeiro de 2014 a janeiro de 2015, na instituição pesquisada. Muitas meninas não tiveram apoio do pai durante seu processo de desenvolvimento. A maior parte das jovens quando menciona o pai, em seus diálogos, é para apresentar as violações perpetradas por ele.

Outros elementos do contexto psicossocial da mãe acolhida, que se busca saber no cotidiano do serviço e que também aparece nas entrevistas realizadas, consistem em conhecer mais informações sobre a paternidade do bebê e como se dá a relação da mãe adolescente com esse pai. Esse tema sempre pareceu muito delicado entre as acolhidas, causando certa inquietação nas adolescentes; quando abordado, algumas respondiam que não havia necessidade de pai para a criação de seus filhos, outras criavam histórias idealizadas sobre um pai que não existia, por não saber quem era.

A maior parte das acolhidas foram criadas, juntamente com seus irmãos(ãs), apenas por suas mães. Fato que contribuiu para a naturalização da monoparentalidade. Outro fator importante a ser considerado consiste na violência vivenciada pelas adolescentes e perpetradas por vários outros homens, inclusive o pai do seu(s) filho(s). Geralmente, o pai de seu bebê usou de muitas estratégias para seduzir essa jovem, provocando o ato de violação sexual que gerou a criança.

Outra característica da relação entre as mães adolescentes acolhidas com o sexo oposto consiste na escolha por homens mais velhos como parceiros sexuais, por exemplo. Situação que parece apontar um maior índice de abandono das mães jovens, por serem menores de idade e esses parceiros parecem temer ser responsabilizados juridicamente. Entre os pais dos bebês, no período pesquisado, apenas três realizavam visitas esporádicas para a adolescente acolhida e para o(a) filho(a). Todos os três eram adolescentes ou jovens que haviam alcançado a maior idade recentemente. Entre eles, dois já haviam sido acolhidos. Um deles tinha 16 anos, outro, 18, e o mais velho, 19. Todos aqueles pais que as jovens relataram ser

“bem mais velhos” não procuraram estar com as jovens e com os filhos. Havia tentativas das adolescentes em fazer contato com o pai de seu filho, porém, poucas vezes recebiam apoio e/ou retorno.

O mais jovem dos três pais mencionados acima, durante a observação participante, trabalhava com um tio em construções, como servente de pedreiro, havia passado pelo acolhimento, morava com sua mãe e não frequentava mais a escola. Após o término da experiência ecológica é de conhecimento que a namorada desse jovem, uma mãe adolescente acolhida, evadiu da instituição levando seu filho e foi morar com o pai do bebê na casa dos pais do rapaz, que, em seguida, pediram a guarda da criança, concedida pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso (VIJI) da Capital.

Os que já haviam completado a maior idade trabalhavam formalmente. Um deles estava estudando e morava em um cômodo cedido por uma educadora e aguardava a companheira e o filho saírem do acolhimento para poderem morar na casa deixada pelo pai falecido da mãe adolescente acolhida. Esse casal participou da pesquisa como voluntário e acaba de ser contemplado pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Em breve estarão em casa nova.

O outro pai trabalhava e morava com a mãe, estava providenciando moradia para residir com a companheira acolhida e com sua filha. Antes do término da pesquisa, entre idas e vindas, a mãe adolescente e a filha foram desligadas do acolhimento para viverem com a família do rapaz.

Entre as acolhidas no PMA, foi possível encontrar maiores possibilidades de construção de uma relação entre a mãe, o pai e o(s) filho(s) quando as idades do pai e da mãe não destoavam muito. A maioria dos pais que não visitavam, nem prestavam qualquer tipo de assistência aos bebês e às mães adolescentes, eram mais velhos. Geralmente, esses pais eram presos ou envolvidos diretamente com o tráfico de drogas, outros eram casados e evitavam contato com a mãe acolhida.

Os dois jovens pais que já haviam sido acolhidos conheceram as adolescentes no espaço comum da instituição, sendo que um deles tornou-se pai ainda durante o momento em que estava acolhido. Essa situação, de acordo com muitos profissionais, nem sempre é possível de evitar, pois eles não estão em um

regime fechado, como o de uma prisão; os acolhidos têm a liberdade de ir e vir, correndo os mesmos riscos como qualquer outro adolescente não acolhido.

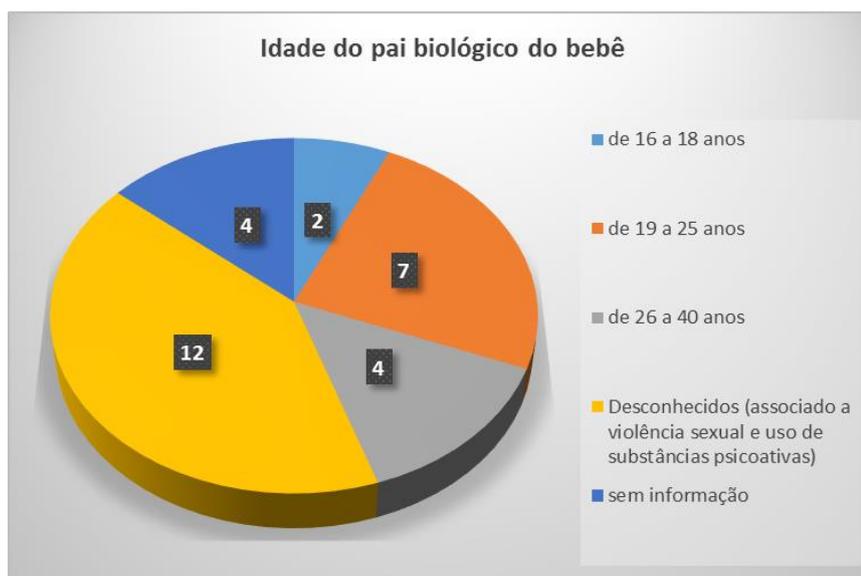
Uma grande instituição de acolhimento, que acolhe praticamente todas as idades de crianças e adolescentes em espaços muito próximos, promove encontros mais intensos entre os acolhidos, aumenta a dificuldade dos educadores e profissionais na proteção de todos, principalmente dos adolescentes, o que amplia as possibilidades de estes iniciarem suas relações sexuais na instituição.

De certa maneira, as relações de namoro desses casais adolescentes estavam sendo acompanhadas pelos profissionais da instituição de acolhimento. De acordo com educadores, os jovens recebiam orientações e eram incentivados, sempre que possível, a pensar sobre a relação com responsabilidade. Fato que pode ter contribuído para que a relação entre o pai, a mãe e o bebê fosse garantida até o momento de conclusão desta pesquisa.

Importante ressaltar que há um tabu ao se falar sobre a paternidade do bebê pelas mães adolescentes. A partir da convivência, entendemos que há certa preocupação das acolhidas com a rejeição e a discriminação, percebida pela vergonha de falar que o parceiro estava supostamente preso, envolvido com o tráfico ou até em situação de rua.

Por inúmeras razões, há fragilidades nas relações dessas jovens com os pais de seus filhos, eles não podiam ou não queriam estar presentes no processo gestacional no acolhimento. Um dos empecilhos estava na idade do parceiro sexual delas, pois eram mais velhos. Outra situação apontada pelas participantes consiste na relação de submissão e violência física construída com esses homens, e parece que isso promovia, ao mesmo tempo, o afastamento deles, por se sentirem ameaçados por um órgão público, devido à revelação do “segredo” da relação sexual com uma criança/adolescente para seu ciclo social.

Muitas vezes, falar que o companheiro estava preso era uma ferramenta para se proteger das outras meninas, ou, ainda, para justificar a não participação dele no processo de acolhimento. Nas entrevistas, os profissionais relatam que a maioria das relações dessas adolescentes era com homens bem mais velhos, e que os casos de meninas que tiveram relações e filhos com meninos de mesma faixa etária eram poucos.

Gráfico 3 - Idade do pai biológico do bebê

Fonte: Diário de Campo

De acordo com o Gráfico 3, e com as informações coletadas, das 28 mães adolescentes que passaram pelo acolhimento, 3 conseguiram se estabelecer fora da instituição com seus respectivos companheiros e pai dos seus filhos, com idades entre 16 e 19 anos. Outras 6 declararam ter se relacionado e engravidado de homens com idade entre 19 e 25 anos; 4 das jovens afirmam que os pais de seus filhos têm a idade entre 26 e 40 anos; outras 12 meninas não reconhecem a paternidade do(s) filho(s) e afirmam querer seguir o cuidado deste(s) sozinhas, por terem sido vítimas de violações severas. Com 4 mães adolescentes não foi possível construir diálogo sobre o assunto, ou as colocações apresentadas eram imprecisas, e permaneceu-se sem as informações sobre a paternidade do bebê.

3.1.4

Motivos do acolhimento das mães adolescentes

Há imperativos sociais direcionados às meninas pobres, acolhidas e gestantes/mães, como a discriminação e a criminalização da pobreza; o lugar de submissa, que a mulher ocupou durante muitos anos na sociedade; a ideia de que

adolescentes não fazem sexo, entre outros arquétipos. Essa condição social contribui para a manutenção da desigualdade.

A gravidez na adolescência tem sido considerada um problema social em todo o mundo, sendo um tema discutido pela ONU, em 2013. Está entre os problemas que interferem significativamente na vida de 7,3 milhões de meninas menores de 18 anos em países em desenvolvimento (Williamson, 2013).

É de conhecimento, de acordo com as pesquisas e relatos dos participantes desta pesquisa, que a maior parte das mães adolescentes acolhidas vive em precárias situações de vida. Conforme as políticas vigentes no Brasil, a mulher gestante, as crianças e os adolescente têm prioridades. É coerente que, a partir dessas políticas, sejam construídas ferramentas para levantamento e avaliação sobre os serviços e as situações que atendam a essa parcela da população, objetivando a implementação das legislações instituídas.

No âmbito do estado e do município do Rio de Janeiro (MCA, 2015), verificam-se dados referentes ao motivo do acolhimento de crianças e adolescentes. É evidente a fragilidade das relações familiares nas razões que culminaram no acolhimento institucional de crianças e adolescentes. A partir de embrionários sistemas de registros, no decorrer dos avanços tecnológicos, tem sido possível decodificar de maneira mais real as condições que crianças e adolescente estão vivendo, tanto com suas famílias como nas instituições que os recebem. Ainda há muitas dificuldades em compreender alguns dados, por serem descritos de forma muito ampla e não unificada.

Em um panorama ampliado, verifica-se que os dez principais motivos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro, em 2015, foram: 1) negligência (31,6%); 2) abandono pelos pais ou responsáveis (11,04%); 3) devolução por tentativa de colocação familiar malsucedida (7,92%); 4) situação de rua (7,87%); 5) conflitos no ambiente familiar (7,82%); 6) pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas (7,46%); 7) abusos físicos ou psicológicos (6,2%); 8) abuso sexual ou suspeita de abuso sexual (4,19%); 9) em razão de sua conduta (3,23%); 10) uso abusivo de drogas ou álcool (3,13%).

A atuação no campo pesquisado provocou-nos uma discussão para a construção de ferramentas específicas e que consideram a condição humana

(Arendt, 2007) dessas meninas adolescentes, principalmente no aspecto da sexualidade, que, ao vivenciarem suas relações sexuais e heteroafetivas sem o devido cuidado, expõem-se a grandes possibilidades de engravidarem, além de haver o risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

A gravidez na adolescente que está vivenciando situação de acolhimento pode ser considerada uma situação muito peculiar, que exige um olhar mais delicado e singularizado das políticas públicas, das instituições e dos profissionais. Assim, constroem-se práticas cotidianas e mais direcionadas a essa mãe e ao seu contexto psicossocial.

Alves & Brandão (2009), por meio de seus estudos sobre a vulnerabilidade no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes, relatam que a iniciação sexual ainda é um processo repleto de silêncios, mitos e reprovações morais. Sinalizam, também, pesquisas realizadas na Holanda e Estados Unidos, indicando que no primeiro país a política pública promove a aceitação da sexualidade dos adolescentes (Alves & Brandão, 2009). A Holanda está entre os países que possuem as menores taxas de gravidez na adolescência. O contrário acontece nos Estados Unidos, que apresentam altos índices de gravidez e aborto, mesmo valendo-se da promoção da abstinência sexual e o medo das consequências do sexo.

As pesquisas apresentadas por Alves & Brandão (2009) também revelam fatores muito importante relacionados à vulnerabilidade de métodos contraceptivos entre adolescentes. De acordo com as autoras, há imposições dos papéis de gênero na maioria das relações entre jovens, tais como: a falta de conhecimentos prévios, de diálogo com os pais e com as instituições de saúde e educação, que potencializam a gravidez na adolescência; o baixo nível de escolaridade de pais e adolescentes, que aparece como um dos fatores que minimizam a chance do uso de contraceptivos na relação sexual corrente; maior nível de escolaridade de mulheres mais velhas, que culminam em maiores possibilidades de iniciarem sua “vida sexual” mais tarde; a ideia de que quanto mais velha a mulher ter iniciado suas relações com atos sexuais, mais chances ela terá de usar métodos contraceptivos. Desse modo, o imaginário social está impregnado de concepções morais e de gênero que interferem nas práticas cotidianas dos agentes sociais envolvidos com essa temática (Alves & Brandão,

2009). Assim, entende-se que os imperativos sociais que atravessam as famílias potencializam ainda mais a discriminação à menina adolescente que inicia em suas relações o ato sexual.

Uma análise específica no grupo de mães adolescentes acolhidas no PMA, durante a vigência desta pesquisa, revela que: das 28 mães adolescentes acolhidas, 14 foram acolhidas por estarem em situação de rua, sendo a principal causa dessa situação a violência intrafamiliar; outras 9 foram diretamente acolhidas, sem irem para as ruas, por vivenciarem violência intrafamiliar; depois, a falta de referência familiar e/ou o uso abusivo de substâncias psicoativas de familiares também aparecem entre os motivos do acolhimento ou da situação de rua de duas adolescentes, que se denominou como negligência familiar no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Motivo do acolhimento



Fonte: Diário de Campo

Esses dados foram construídos a partir do diálogo diário do pesquisador na instituição, não sendo desconsiderados aqueles dados já protocolados pelas instituições que encaminharam a adolescente para o PMA. Assim, foram encontradas limitações para se entender o motivo do acolhimento de duas jovens, os quais foram apresentados no Gráfico 4 como “sem informações”, pois se entende como vago o motivo de negligência apontado nos relatórios e sem dados específicos da situação. Identificou-se apenas uma acolhida, que foi encaminhada

à instituição por ter se envolvido em conflitos entre vizinhos, a consequência desse fato se caracterizou como uma ameaçada de morte pelo “dono” da favela. Nesse caso, denominou-se a fundamentação do acolhimento como risco de vida em território vulnerável, porém, nos documentos de encaminhamento constava apenas negligência.

É notório que, ao analisar especificamente as questões que motivaram o acolhimento institucional de mães adolescentes no PMA, encontram-se dados que se relacionam com as análises apresentadas por outros estudos e levantamentos, porém parece que os imperativos sociais que colocam a mulher em uma posição social inferior levam as famílias menos favorecidas a violar ainda mais os direitos dessas acolhidas.

As condições sociais, ou seja, a situação estrutural coletiva, podem gerar obstáculos para ações que promovam a mulher, a criança e o adolescente, como sujeitos psíquicos e com os mesmos direitos que toda a sociedade, independentemente de sua cor, crença, localidade de moradia e situação econômica, além daqueles direitos especiais reservados para cada situação e/ou condição do cidadão, como a gestação.

De acordo com as entrevistas, há relatos de violência perpetrada pelo pai, o genitor da acolhida entrevistada surrava os filhos com um pedaço de madeira. Nesse mesmo caso, após o falecimento da mãe, a participante da pesquisa, por ser a filha mais velha, foi colocada como a pessoa responsável por todos os seus irmãos. Ao presenciar o ato violento do pai com um de seus irmãos, um menino de quatro anos, a jovem não suportou a situação, denunciou o pai. A adolescente e seus irmãos foram acolhidos, a jovem engravidou durante o processo de acolhimento após iniciar o namoro com outro acolhido. Essa entre outras condições sociais precisam ser consideradas.

O motivo de acolhimento institucional relacionado às violações perpetradas no ambiente familiar surge também como o maior empecilho para a saída da jovem. A violência e as fragilidades das relações intrafamiliares parecem ser um dos principais fatores que respondem à causa do enigma das impossibilidades de reinserção familiar, que aparece como almejada pela instituição e pelos dispositivos de cuidado integral da infância e da adolescência

envolvidos na proteção integral. Contudo, a maior parte das mães adolescentes não pretende retomar o convívio diário com suas famílias de origem.

A reinserção familiar seria para promover uma proteção maior à adolescente acolhida ou simplesmente para seguir um protocolo formal em nome do cumprimento da brevidade de dois anos de acolhimento? Ou ainda para realizar a idealização de muitos profissionais, que acreditam na família nuclear como a única instituição capaz de promover o cuidado integral para crianças e adolescentes?

A motivação em promover direitos, princípios e protocolos políticos, sem uma contextualização, pode implicar ações descontextualizadas, não valorizando as problemáticas sociais das acolhidas e mantendo o processo de vulnerabilização.

Durante a pesquisa empírica exploratória, verificou-se que a maioria das mães adolescentes, acolhidas na instituição pesquisada, não planejava retornar para suas famílias de origem. Essa afirmação das acolhidas desorganiza a rotina de ações que promovem a inserção familiar e convocou o pesquisador a avaliar o objetivo das intervenções traçadas e orientadas legalmente (Brasil, 2006b) para o funcionamento de um acolhimento institucional.

As atuais diretrizes propõem o respeito às diversidades de arranjos familiares, o que possibilita outros caminhos que não seja a família de origem. Essa proposição parece simples, mas abre um “leque” de possibilidades e arranjos para o enfrentamento aos imperativos sociais e aos modos de intervenção estabelecidos como verdades. E quando se enfrenta os modelos protocolados e rígidos, conseqüentemente se questiona o sistema de proteção que pode estar fragilizando ainda mais, uma vez que este negligencia as orientações legais.

3.1.5

Perspectivas de futuro

Entre os principais fatores subjacentes à gravidez na adolescência encontram-se o casamento precoce, a desigualdade de gênero, os obstáculos para

o alcance aos direitos humanos, a pobreza, a violência e a coerção sexual, as políticas nacionais que restringem o acesso à contracepção e à educação sexual apropriada à idade, a falta de acesso à educação e aos serviços de saúde preventiva e a falta de investimentos em capital humano das adolescentes (Williamson, 2013).

Ainda de acordo com a Williamson (2013), são mais susceptíveis à gravidez na adolescência meninas pobres, com baixa escolaridade e residentes no meio rural. Muitas meninas não têm escolhas e oportunidades de vida por pertencerem a minorias étnicas ou a grupos marginalizados, tornando-se mais vulneráveis. As adolescentes mais ricas, urbanas e com mais escolaridade são menos expostas ao casamento e/ou maternidade precoce.

Rossetto et al. (2014), em relação às expectativas de futuro, revelam que as adolescentes que iniciam sua vida sexual entre 13 e 14 anos apresentam maior prevalência na falta de expectativa em relação ao futuro do que aquelas que tiveram a primeira experiência sexual entre 15 e 16 anos. Sabroza et al. (2004), em uma pesquisa realizada no município do Rio de Janeiro, com 1.228 mães, entre 12 e 19 anos, sinaliza que 28,8% apresentam sofrimento psíquico, angústias que podem acarretar danos, tanto para a mãe adolescente quanto para o bebê.

Todas essas questões psicossociais interferem na construção da perspectiva de futuro da mãe adolescente acolhida. Um dos fatores que atravessa essa perspectiva na jovem acolhida no PMA, entre o período pesquisado, consiste na ruptura do vínculo entre a acolhida e sua família de origem.

De acordo com o conjunto de informações coletadas na pesquisa de observação participante, apenas 3 das 28 mães adolescentes acolhidas tinham em suas perspectivas de futuro a saída da instituição por meio da reinserção na família de origem; 14 acolhidas objetivavam construir outro núcleo familiar a partir delas próprias e não retornarem às suas famílias, pois valorizaram os vínculos comunitários que adquiriram em seu percurso de vida, principalmente as relações internas do acolhimento. Das outras 11 meninas 9 não souberam responder por não considerarem a família de origem um espaço com vínculos significativos que poderiam protegê-la com o seu bebê, situação que, de certa forma, desorganizou o pensamento das acolhidas em relação ao futuro.

Das 28 acolhidas, somente duas estavam se organizando para serem inseridas em famílias substitutas, uma sendo a família de seu companheiro e a outra com 14, anos de idade, sendo adotada, junto com sua filha, por um casal de irmãos que não tinham filhos. Cabe ressaltar que a adoção tardia é muito mais difícil quando se trata de uma jovem com filho.

Gráfico 5 - Perspectiva de futuro



Fonte: Diário de Campo

Ao se realizar a sistematização desses dados, percebeu-se a pluralidade das questões existentes nos elementos encontrados durante a pesquisa. O contexto psicossocial das mães acolhidas está marcado por uma série de histórias de precariedades, caracterizando-as como um grupo que necessita de acolhimento institucional como todas as outras crianças e adolescentes que vivenciam esse tipo de situação. As mães adolescentes, para além dessas vulnerabilidades, encontram-se em um lugar social de discriminação, que pode ter sido potencializado em suas famílias. Essa conjuntura parece produzir na adolescente certa apatia pelo grupo familiar que pertence ou pertenceu, principalmente quando inicia certa elaboração das situações que viveram em suas casas. Assim, como perspectivas e planos para o futuro, a maior parte delas compreendem que não cabe mais retornar à família de origem.

3.1.6

A família

Confirmando os dados apontados por Williamson (2013), bem como Rossetto et al. (2014) descrevem nos resultados de suas pesquisas, a maior prevalência de gravidez na adolescência se concentra nas classes econômicas menos favorecidas. Nesse grupo, também são evidenciados os maiores índices de sofrimento psíquico, como a depressão. Geralmente, as famílias dessas adolescentes vivem em situações precárias de vida, com ausência de esclarecimento em relação aos seus direitos e de acesso à saúde e à educação de qualidade.

O abandono familiar por motivos de preconceitos e não aceitação da sexualidade das adolescentes também está entre um dos motivos de acolhimento devido a vínculos familiares fragilizados ou rompidos, dados que vão ao encontro de contextos internacionais das mães adolescentes, revelando que as crenças e dogmas tradicionais das famílias nucleares afetam milhares de meninas no mundo (Williamson, 2013).

A violência intrafamiliar é muito expressiva pela violência de gênero, do homem para a mulher. Essa expressão brutal é visível na maioria dos casos e parece estar naturalizado entre as mães adolescentes e no grupo social a que elas pertencem. As mulheres do convívio social das jovens mães, na maioria das vezes, submetem-se a essas relações parecendo acreditar que a agressividade do sexo masculino é uma característica da diferença entre homens e mulheres e uma condição para estar se relacionando. O lugar estabelecido à mulher é de inferior ao homem na força física, fato que condiciona essas mulheres a se submeterem em outras áreas da vida como inferiores, potencializando a cultura do “sexo frágil”.

O convívio no grupo social ao qual as mães adolescentes pertencem parece estar fundamentado numa educação a partir da força física e da punição. O convívio contínuo desde a infância em uma família e/ou em uma comunidade com padrões de relacionamentos fundamentados nos diversos tipos de violência potencializa a aceitação de diversas hostilidades como ferramentas para a educação e para as relações interpessoais. Essa experiência ecológica, no contexto em que vivem, direciona as mães adolescentes a se imporem a partir de sua força

física. Assim, a agressividade física é percebida como uma das mais notáveis características das mães adolescentes acolhidas. Esse tipo de comportamento torna-se o modelo naturalizado de resolver seus problemas e conflitos na vida. Sendo essa realidade também encontrada em outros estudos (Carinhanha & Penna, 2012).

De acordo com os relatos das entrevistas, o envolvimento com o tráfico de drogas e o uso abusivo de substâncias psicoativas pelos responsáveis estão entre os maiores causadores de negligências para com a vida das acolhidas. Durante a maior parte da vida, essas adolescentes não tiveram a experiência de proteção continuada das instituições e grupos que fazem parte de seu cotidiano. Em outras palavras, o ambiente não foi suficientemente bom para a sua sociabilidade. A condição de vulnerabilidade dessas famílias apresenta-se como potencial para interferir no desenvolvimento de seus membros.

De acordo com o jovem casal entrevistado, um dos sentimentos muito latentes que eles e seus colegas de acolhimento vivenciavam era o de solidão. Em uma das entrevistas, uma profissional educadora relata que as acolhidas constroem, desde muito cedo, uma relação de “igual para igual” com os adultos, necessitando diversas vezes ir para o enfrentamento, em nome de sua sobrevivência nos territórios mais adversos do subúrbio e dos guetos. De acordo com a educadora, as acolhidas “não tiveram infância”, no sentido de terem sido negligenciadas em seus direitos básicos, como educação, saúde, lazer, brincar em um ambiente saudável.

A partir dessa pesquisa, percebe-se que o processo de socialização, maneira como se adaptou ao ambiente, dessas mães adolescentes está marcado por experiências que potencializam comportamentos agressivos, fator que impossibilita uma convivência social satisfatória. Ao chegarem ao acolhimento, de acordo com os depoimentos dos profissionais, elas necessitam de uma “faxina geral” na vida. Muitas não possuem documentos, não têm noção de higiene pessoal e muito menos de organização doméstica. Na maioria das vezes, não tiveram a experiência de aprender a preparar uma comida e nem tiveram quem a preparasse, viviam comprando coisas de preparação instantânea; fatores que fazem dessa jovem um sujeito que não possui as características dominantes e idealizadas socialmente para promover cuidados domésticos. É perceptível que a

ausência das características dominantes aparece como um fator que causa certo desconforto em alguns profissionais.

A noção de cuidado recíproco com o outro parece estar ausente na maior parte das mães adolescentes acolhidas que chegaram no PMA, o que parece ser reflexo da precariedade afetiva e econômica vivida sistematicamente pela família. A estadia das mães adolescentes no acolhimento institucional pode possibilitar contatos com outras experiências em suas relações, por meio do relacionamento com os profissionais e voluntários da instituição de acolhimento, que também é um espaço que possibilita a inserção das acolhidas em instituições sociais que contribuem para a garantia de seus direitos. É nesse sentido que se faz uso da palavra reinserção social, quando os direitos instituídos por lei para crianças e adolescentes são garantidos a partir da interação dela com as instituições legitimadas pelas políticas públicas.

A assistência oferecida pelo acolhimento, que apesar das limitações apresenta outras possibilidades de vida social para a acolhida, potencializa seu desenvolvimento para uma vida em sociedade e a superação de suas vulnerabilidades. Denominou-se esse processo de instrumentalização e condução à sociabilidade, prática que conduz o sujeito a obter qualidades que o faça sociável, que o ajude a compreender a importância de suas ações e posicionamentos para viver em sociedade. É a partir da proteção recebida no acolhimento que as mães adolescentes vislumbram novas possibilidades de vida social.

3.2

Para além da família hegemônica: acolhimento institucional como dispositivo de proteção e instrumentalização social

Ao se refletir sobre a família na sociedade, considerando a história e as transformações sociais, percebe-se que a família e a sociedade estão em uma relação ininterrupta, interferindo uma na outra e fazendo parte de um único sistema de operações contínuas. A família, e dentro desta a mulher como mãe, foi colocada no centro das políticas de gestão da vida, principalmente quando se diz

respeito ao cuidado de crianças e adolescentes, ainda que nem sempre tenha sido assim.

No modelo de sociedade feudal, observa-se outras formas de a instituição familiar se relacionar e cuidar de seus membros, suas atividades estavam voltadas mais para a esfera do coletivo. Nesse contexto, não havia valorização da privacidade familiar; o cuidado estava expandido para o social e não centrado na figura da mãe ou de um núcleo privado específico, como nos tempos atuais. No modelo de sociedade feudal, a família estava configurada a partir de um modelo de comportamento mais relacionada a um aspecto coletivo (Oliveira, 2011), principalmente quando se tratava das instruções de “bons modos”, fazendo com que as crianças frequentassem outros núcleos para serem educadas.

Segundo Tiradentes (2014), há um modelo que parece universalizado que perpassa as famílias durante a história, o *pater familias*, da antiga Roma. A família do Direito Romano era patriarcal, patrimonialista e matrimonializada. Sendo a Igreja Católica uma responsável, durante séculos, por sua tutela. Somente os católicos estavam autorizados a construir famílias, pois o matrimônio sagrado estava condicionado aos membros da Igreja. Esse modelo ainda interfere significativamente nas ações cotidianas dos grupos sociais, mas não pode mais ser considerado estático e único.

A família constitui-se uma instituição presente na sociedade desde épocas pretéritas e se apresenta com novas configurações de acordo com cada momento histórico. Essa instituição não pode ser considerada a partir de uma estrutura cristalizada, mas entendida como um sistema aberto²¹ e constituída por ciclos vitais que se movimentam constantemente em seu interior (Miotto, 1998).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, Art.227).

²¹ Entende-se como sistema aberto o tipo de organização que permite que seus organismos se comuniquem ininterruptamente, a partir de um processo contínuo e mútuo de desenvolvimento, relacionando-se com o paradigma da complexidade que valoriza o dinamismo, as múltiplas facetas de uma superfície que parece natural e única. Entende o todo a partir das partes e as partes a partir do todo (Morin, 2012).

Na atualidade, a corresponsabilidade de assegurar os direitos de crianças e adolescentes, apresentada pela Constituição Federal, pode ser uma das portas de abertura para novas configurações de lugares capazes de oferecer proteção e instrumentalização para uma vida em sociedade. As transformações políticas e sociais modificaram o lugar e a maneira de se conceber família. O Estado, por exemplo, chamou para si a função de regulador do matrimônio, que hoje também é entendido como um fator social e jurídico, e não mais apenas como religioso. Outros acontecimentos sociais também interferiram nas relações sociais internacionais, como a Revolução Industrial e a expansão do capitalismo, que ainda provocam mudanças significativas na formação de grupos sociais, incluindo a família.

A partir do século XIX, foi se naturalizando a família como o centro de estruturação da sociedade, que passa a se posicionar como lugar de proteção e cuidado por excelência (Meyer et al., 2012). Segundo Saggese (2001), a família constitui um espaço importante na sociedade quando se fala da adolescência. “A mediação entre o nascimento biológico e a socialização primária do ser humano parece ser uma função para qual a família ainda é insubstituível” (Saggese, 2001, p. 62). Porém, o autor afirma que a família se encontra cada vez mais sem condições de mapear e orientar a trajetória de seus filhos, principalmente no espaço social externo, no qual o jovem está exposto às pressões cada vez maiores e acumulativas.

As reconfigurações do papel e do lugar social de cada indivíduo, assim como as percebidas transformações sociais, são interdependentes e contínuas, sempre vão convocar os modelos monumentais e “estabelecidos” para se desmonumentalizar. As políticas públicas, paralelas a todas as mudanças, também estão em constantes mudanças, que podem ser mais ou menos significativos, dependendo do contexto político de cada momento histórico.

A estrutura social está para além da ordem do que é fixado, permanece sendo moldada como uma escultura inacabada, ganhando e perdendo formas continuamente. Exemplo disso é o lugar social da mulher que hoje alcançou, nessa estrutura social, novos contornos, mas que já esteve condicionado a restritas

realizações, como a de submissão ao homem representada pelo casamento e, conseqüentemente, pela maternidade. O modelo de submissão da mulher, já foi compreendido como tradicional, mas vem a cada dia perdendo seu delineamento que parecia tão inutável, sinais de movimentos e flexões.

Como resultado dessas remodelações, a mulher, como figura materna, é hoje considerada a maior autoridade nos lares brasileiros. Ou seja, as famílias são chefiadas por mulheres, esse lugar não está mais concentrado na figura paterna (Oliveira, 2011). Com isso, a permanência unicamente da família como lugar de proteção e sociabilidade irá colocar tanto na figura da mulher como em seu entendimento a responsabilidade pelos problemas sociais e econômicos, além de esperar das mulheres as soluções para tais problemas. Em outras palavras, se a sociedade considerar unicamente a família como centro de estruturação social, as famílias e mulheres podem vir a ser colocadas tanto como origem como instâncias de resoluções dos problemas sociais e econômicos.

O Brasil vivenciou grandes transformações sociais, como a industrialização, que incidiram fortes mudanças nas famílias. Estas, até então patriarcais e residentes, em sua maioria, na zona rural, vivenciaram fortes interferências em sua estrutura a partir da urbanização (Tiradentes, 2014). Outro fator que influenciou a transformação da família e, concomitantemente, de toda a sociedade, consistiu na produção da pílula anticoncepcional pela indústria farmacêutica, e, desde então, foi se construindo a legitimidade de a mulher poder escolher engravidar, mesmo entendendo que o maior lucro seria para as empresas farmacêuticas e para os capitalistas.

Com as constantes flexões, os valores psicossociais, as necessidades e as concepções de mundo, assim como uma escultura, vão sendo esculpidos coletivamente no decorrer da história social, provocando um aglomerado de construções complexas: físicas, imaginárias, conscientes e inconscientes.

Em relação ao âmbito das políticas públicas, a entidade família, antes regida apenas pelo matrimônio, que já foi considerado indissolúvel, passou a ser entendida e constituída também por união estável, por construção monoparental, por vínculos afetivos, entre diversos arranjos possíveis.

O principal gerador da família contemporânea está fortemente relacionado ao afeto, contexto emocional, que, segundo Peres (2001), é fundamental para a manutenção dos laços entre os seus membros. A partir dessa conjuntura, verificam-se múltiplos embates doutrinários, além de intensos conflitos intergeracional e de gênero, principalmente quando se referem às famílias constituídas por casais homoafetivos.

De acordo com Campos & Garcia (2006), a prática clínica em Programas Saúde da Família se apresenta preconceituosa quanto ao modo de vida homoafetivo das classes populares ou qualquer outro modelo que destoe do idealizado pela maior parte da sociedade; além de terem uma visão fragmentada do sujeito, que visa a atender às demandas específicas de cada pessoa — criança, adolescente, adulto, mulher, homem, idoso — sem considerar seu contexto psicossocial.

Assim como as famílias homoafetivas não estão dentro dos padrões idealizados e preestabelecidos historicamente, as famílias iniciadas na adolescência também estão fora do quadro “padrão” arquitetado por grande parte da sociedade. Talvez sejam necessários alguns ajustes políticos de implementação para que haja um olhar mais específico para a mãe adolescente, principalmente aquela acolhida, que não possui o apoio de sua família de origem para seguir no desenvolvimento de sua sociabilidade.

Na contemporaneidade, o entendimento de família caminha para ser apenas mais um grupo social concreto, por meio do qual se realizam os vínculos de parentescos ou de afinidades. Esses vínculos de parentescos podem ser variados, tais como relações de afinidade, relações de descendência e relações de consanguinidade (Meyer et al., 2012). Os vínculos de afinidades estão relacionados mais com as amizades, proximidades por identificação identitárias, apadrinhamento, entre outros. O conceito de família nas políticas contemporâneas rompe de várias formas com o conceito hegemônico de família nuclear tradicional, com pai, mãe e filhos.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária reconhece a família, “enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização” (Brasil,

2006b, p. 16). Contudo, distingue que muitas famílias encontram inúmeras dificuldades para proteger e promover uma atenção integral a seus filhos. Nesse contexto, em sua definição legal, e considerando seu contexto sociocultural, a política abre alternativa e discorre que “não importa se a família é do tipo ‘nuclear’, ‘monoparental’, ‘reconstituída’ ou outras” (BRASIL, 2006b, p. 24), o que é valorizado consiste em promover um contexto acolhedor para seus membros.

[...] não se trata mais de conceber um modelo ideal de família, devendo-se ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para enfatizar a capacidade da família de, em uma diversidade de arranjos, exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes (Brasil, 2006b, p. 24).

O entendimento de família contemporânea abre espaço para uma diversidade de arranjos, sendo possível alargar o entendimento limitado de um grupo que convive em um mesmo domicílio para um grupo que se articula em uma rede de vínculos e nem sempre estão residindo sob o mesmo teto. Nem sempre essa estrutura de convívio contínuo se configurou saudável. Em nome de manter a sociabilidade nas relações interpessoais, constroem-se outras configurações e tipos de vínculos que também pressupõem obrigações mútuas de caráter simbólico e afetivo.

De acordo com os elementos do contexto psicossocial das mães adolescentes, já citados anteriormente, a violência parece contornar suas relações interpessoais. Em outras palavras, a hostilidade está entre as principais características das relações sociais e intrafamiliares dessas acolhidas, consequência das diversas vivências contínuas durante a maior parte de suas vidas em situações muito precárias.

Consta na política pública instituída (Brasil, 2006b) diversas maneiras de dar apoio à saída das adolescentes da instituição de acolhimento, entre elas a “rede social de apoio”, que também pode ser denominada como família extensa (Brasil, 2006b, p. 25). Nessa rede, as afinidades se definem por relações de apadrinhamento, amizade, vizinhança e outras correlativas, que são estruturadas por acordos espontâneos e que, na maioria das vezes, revelam-se mais intensos e relevantes para a vivência cotidiana do que muitos graus de parentescos.

É nessa conjunção que o acolhimento institucional aparece como um dispositivo capaz de proporcionar uma experiência significativa de proteção integral e instrumentalização para uma vida em sociedade, reformulando juntamente com a adolescente — além de outros setores, como justiça, saúde, educação — sua maneira de se relacionar socialmente e construir sua rede social de apoio e convivência.

Como se observou, na maioria dos casos, a família não é destacada como um espaço capaz de proporcionar à mãe adolescente acolhida a proteção que esta entende necessitar. A instrumentalização psicossocial e o apoio ao cuidado do bebê são fundamentais para que a mãe adolescente possa prosseguir em seu processo de amadurecimento e desenvolvimento social. A maior parte das famílias das acolhidas não reconhece a sexualidade na adolescência e, conseqüentemente, a nova condição da adolescente gestante ou mãe. Importante enfatizar que muitas dessas famílias nunca tiveram acesso a informações que as instrumentalizassem para administrar esse tipo de situação, que parece ser inesperada.

O acolhimento, para além do espaço precário de institucionalização, é reconhecido nas entrevistas como lugar habitável, que promove o pensamento crítico e a tomada de consciência em relação à realidade que elas estão vivenciando. Essa experiência possibilita que muitas mães adolescentes entrem em contato com sua condição psicossocial e, conseqüentemente, amadureçam para enfrentarem os novos desafios do cotidiano.

Entre os novos desafios políticos sociais aparecem os novos arranjos familiares, fundamentados por jovens mulheres, seus filhos e as relações de afinidades sociais adquiridas na vida. Em outras palavras, a prestação de cuidados alternativos, como a construção de redes sociais de apoio, pode reconhecer outros vínculos afetivos e simbólicos além da família nuclear. Importante destacar que, nem sempre aqueles agentes (profissionais das instituições de acolhimento), que lidam com essa realidade, estão dispostos a renovar suas práticas institucionais.

A partir da fundamentação da rede social de apoio, que vislumbra outras facetas e alternativas para se constituir uma família, reconhece-se a teoria do desenvolvimento ecológico no acolhimento institucional para mães adolescentes.

Desse modo, é permitido que as relações sejam mais dinâmicas e artesanais, interação que admite a pessoa em seu processo, contexto e tempo oportuno.

Em uma das entrevistas para esta dissertação, um casal de jovens pais, apresentaram modos de intervenções no cotidiano do acolhimento, que possibilitam ao jovem refletir e construir seu posicionamento em relação à sua vida e ao seu futuro. Um dos jovens, quando questionado em relação à sua participação nas decisões — sobre a sua vida — tomadas dentro da instituição, respondeu:

[...] vou te falar; o psicólogo foi um dos caras que proporcionou isso pra caramba. Ele perguntava: vocês acham que é melhor isso? Isso que é legal também, ele deixar o adolescente seguro. Pô, ele me deixou escolher cara. Pô, legal, maneiro, eu não fui obrigado a fazer o que ele quer. Então assim, eu participei legal, eu participei sim. Ele me perguntava: ‘você quer morar com F.?’. No caso, ele tem um posicionamento, assim: que participou mais do nosso caso, entrosado. Ele perguntou para gente ‘você tem certeza disso?’. Ele e o tio Felipe [fictício] que era psicólogo também, perguntava: você quer ficar com F.? Você pode registrar o seu filho e seguir a sua vida, não queremos obrigar você a nada, você não é forçado a nada. E aí eu respondi: eu quero, quero ficar com ela, porque eu vi que ela é uma mulher para mim. Não só lá dentro, mas aqui fora também. Se eu não tivesse alguém que me perguntasse eu não saberia. Sei lá cara, até um certo ponto, quando a F. engravidou eu levei um choquinho de leve, assim ‘trim’. A ficha não caiu, entende? No decorrer do tempo eu conversando com os psicólogos e os profissionais, assistentes sociais tudinho... é que a gente entra dentro da unidade com uma mente só cara, igual eu, cheguei de uma vida louca [...].

A partir desse tipo de intervenção, o acolhimento institucional pode ser muito relevante na instrumentalização para a vida social de um(a) acolhido(a). O cotidiano na instituição pode oferecer uma experiência integrada, ampliando as possibilidades de invenção e criação de sentido e desconstruindo as estabelecidas rotinas institucionais (Luvizaro & Galheigo, 2011). Essa experiência integrada é muito distinta daquela que os jovens vivenciaram com sua família, que aparentemente construiu uma relação hostil e agressiva entre seus membros, não possibilitando espaços de elaboração para uma organização da vida em sociedade.

O acolhimento institucional, como um dispositivo que potencializa a tomada de consciência do jovem, permitiu que ele entrasse em contato com os desassossegos das relações sociais e escolhesse seus próximos passos após completar a maioridade, um lugar habitável, onde as desordens aparecem, não

para serem contidas, mas para serem questionadas, elaboradas e, de diversas maneiras, superadas.

Paralelo a esse modo integrado das práticas cotidianas estão as contradições do humano, que fazem com que as ações diárias se tornem repetições pobres e alienantes, são os protocolos seguidos sistematicamente por alguns profissionais, fazendo o sujeito perder sua potência criadora no cotidiano. Pode ser praticamente impossível se criar arranjos e alternativas de proteção e instrumentalização em um ambiente protocolado. É preciso considerar o lento processo político de transformação da atenção e assistência psicossocial, todavia, sem deixar de observar as inflexões que são encontradas nessas instituições de acolhimento.

Implicar o sujeito acolhido em sua história é poder transformar o acolhimento institucional em lugar habitável. O acolhido, quando adquire uma postura ativa, habita a instituição, a casa e o mundo, e não apenas está nele. “Não apenas está”, no sentido de não apenas ocupar um lugar sem o sentimento de pertencimento e participação na organização simbólica do espaço e do cotidiano. “Habitar” representa uma apropriação da vida, transformando o espaço cotidiano em lugar habitável, a partir da construção de trocas simbólicas, materiais e afetivas com o outro (Luvizaro & Galheigo, 2011).

3.3

Os princípios políticos do acolhimento institucional como desafio para o processo de implementação

O acolhimento institucional, no presente momento histórico, não pode ser compreendido se excluída parte da história de sua construção. Ainda há muitos elementos para serem reordenados nessas instituições, porém, há muitos avanços e mudanças já realizadas no decorrer desse processo histórico. Os dispositivos públicos de assistência para crianças e adolescentes em situações precárias de vida sempre estiveram orientados por políticas públicas fundamentadas pelas concepções sociais relacionadas à infância e à adolescência. Essas políticas, na

maioria das vezes, enfrentam um processo lento e hierárquico para serem implementadas. É em meio a esse processo que estão as instituições de acolhimento.

Nem sempre a criança e o adolescente foram vistos como sujeitos de direitos na sociedade. Foram os movimentos sociais e as transformações na concepção coletiva em todo o mundo ocidental que contribuíram para o processo de transformação na assistência às crianças e aos adolescentes no Brasil. E a partir da Constituição Federal de 1988, foi possível promover um salto democrático satisfatório.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, estabeleceu direitos de cidadania para crianças e adolescentes. Hoje, após anos de contínuas modificações, estão instituídas legalmente diretrizes que apresentam a nova concepção relacionada à criança e ao adolescente no Brasil. Há pouco tempo que essa população é considerada como constituída por sujeitos psíquicos e de direitos, substituindo a condição jurídica de “menores” (Couto, 2012).

A doutrina da situação irregular foi substituída pela atenção integral, marcando e interferindo nas construções de políticas e ações direcionadas às crianças e aos adolescentes.

A nova ideia de criança permitiu, de uma certa maneira, que fossem reconhecidos aspectos fundamentais de sua condição de sujeito como questões relevantes para políticas públicas de cuidado, eticamente esclarecidas. Além de um ser vivo e ser social, uma criança é um ser falante agente de sua subjetivação frente a suas experiências no mundo. Um sujeito pleno, portanto, que pode se desenvolver, socializar, mas também ser atravessado por enigmas e vicissitudes subjetivas, inerentes à sua condição humana. Essa criança é passível de sofrimento e adoecimento mental, com direito de ser cuidada quando o sofrimento se fizer insuportável ou quando impossibilitar a construção ou sustentação de laços sociais, sem que o cuidado redunde em correção ou adaptação de comportamentos (Couto, 2012, p. 20).

A constituição de políticas públicas não garante a implementação das mesmas. Entende-se que a política é um mecanismo de promoção de um novo olhar social para a criança e para o adolescente. Com isso, a implementação é um processo que, aos poucos, vai substituindo as antigas práticas pelas novas.

Perante as orientações legais, o acolhimento institucional substitui o antigo abrigo, assim como modelos que se diferenciam em sua nomenclatura e ações. O atual modelo visa ao direito social do sujeito, vislumbra a criança e o adolescente como cidadão de direito e substitui o antigo abrigo, que visava o reparo social, priorizando a segurança da sociedade em relação ao menor — marginalizado, criminalizado e pobre (Almeida, 2012).

A partir da noção de direito, substituindo a ideia de reparo social, as práticas e as políticas assistenciais recebem interferências que as convocam a reordenamentos e reconfigurações de suas instituições e intervenções. Exemplo dessas substituições pode ser observado na própria história das políticas públicas direcionadas às crianças e aos adolescentes. O Código dos Menores de 1927 e o de 1979 foram fundamentados no mesmo paradigma, do menor em situação irregular; o último já apresentou a doutrina da proteção integral, mas continuou sendo alicerçado nos mesmos princípios do primeiro, ou seja, ambos reforçam uma política de contenção institucionalizada.

É somente a partir da Constituição Federal (1988) e do ECA (1990), que buscou contribuir para o cumprimento das preposições da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989, que se inicia o conseqüente reordenamento institucional. Acontece a criação de diversas políticas e instituições que visam ao direito à proteção integral de crianças e de adolescentes. Nessa conjuntura, recentemente se constituiu a política de “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009), política que embasa as intervenções nos acolhimentos institucionais.

A política que orienta os serviços de acolhimento institucional está pautada nos seguintes princípios: 1) excepcionalidade do afastamento do convívio familiar; 2) afastamento provisório do convívio familiar; 3) preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; 4) garantia do acesso e respeito à diversidade e não discriminação; 5) oferta de atendimento personalizado e individualizado; 6) garantia de liberdade de crença e religião e; 7) respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem.

Os três primeiros princípios apontam o direcionamento das práticas com foco na preservação e no fortalecimento do vínculo familiar; que todos os esforços devem ser direcionados para que não haja afastamento da família, mas quando houver que seja provisório. A política ainda afirma que o afastamento acima de dois anos deverá ter caráter extremamente excepcional e “como este afastamento traz profundas implicações, tanto para a criança quanto para a família, deve-se recorrer a esta medida apenas quando representar o melhor interesse da criança ou do adolescente” (Brasil, 2009, p. 23).

Parece que, no caso das mães adolescentes estudadas, a excepcionalidade expressa pela política faz parte de todas as histórias vivenciadas pelas acolhidas. Essa excepcionalidade consiste em uma situação de vulnerabilidade que, na maioria das vezes, é demonstrada por circunstâncias violentas na esfera familiar. A partir desse contexto, a instituição de acolhimento pode ser considerada como o lugar necessário para dar início ao processo de proteção continuada dessa adolescente e seu(s) filho(s).

Há problemas estruturais na sociedade atual, como a precariedade econômica e as condições de trabalho dos familiares adultos. Esses problemas sozinhos não podem ser considerados como condicionalidades para o acolhimento institucional. Muitos casos de adolescentes acolhidos no Brasil não podem ser descritos como excepcionais conforme preveem as políticas instituídas, pois ainda hoje muitas crianças e adolescentes encontram-se acolhidos devido ao fato de suas famílias estarem vivenciando condições socioeconômicas precárias (Cavalcante et al., 2010).

Outra excepcionalidade, expressa na vida da maioria das mães adolescentes acolhidas, consiste em vínculos fragilizados ou rompidos com as famílias de origem. Essa circunstância está caracterizada pelos conflitos intensos nas relações intrafamiliares, como a violência intrafamiliar, caracterizada muitas vezes pela violação dos direitos sexuais da adolescente, o uso abusivo de substâncias psicoativas, o envolvimento com facções criminosas e a negligência dos direitos da criança, que geralmente estão associados à incompatibilidade de crenças, de valores e de princípios entre os familiares e a criança ou adolescente acolhido.

De acordo com as informações encontradas na pesquisa empírica, as condições dessas mães adolescentes se tornam ainda mais excepcionais quando, mesmo em situações de precariedade fora de suas casas, não pretendem retornar ao convívio familiar. Excepcionais por serem diferentes da maioria das crianças e adolescentes acolhidos no mesmo complexo de acolhimento. A maior parte das crianças e adolescentes, mesmo vivenciando situações adversas na relação intrafamiliar, optam pelo retorno ao “núcleo”, pelo fato de encontrarem, ou idealizarem, um contexto emocional suficientemente bom.

As mães adolescentes, em sua maioria, por não estarem de acordo com o retorno à família de origem — modo que está idealizado e preestabelecido — permanecem sem lugar social; em certo limbo. É nessa conjuntura que se encontra uma das especificidades do trabalho com mães adolescentes acolhidas: o processo de saída da instituição, mesmo com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

A naturalização do fazer cotidiano e das ações que atendem ao interesse da maior parte dos acolhidos do complexo de instituições não é capaz de vislumbrar alguns elementos singulares do contexto psicossocial da mãe adolescente. Os quatro últimos princípios²² que orientam os serviços de acolhimento institucional parecem ser os que, no caso do acolhimento de mães adolescentes e talvez em todas as modalidades de acolhimentos, precisam ter o maior destaque no campo da prática de acolhimento institucional.

Esses quatro últimos princípios políticos podem ser o fio condutor para alcançar os três primeiros, já citados anteriormente. São esses princípios que parecem estar associados à ideia de uma assistência integral, que visa e reconhece o interesse da adolescente como fundamental para o seu desenvolvimento, considerando e enfatizando o processo individual. Nisso está o poder reparador e de instrumentalização de uma unidade de acolhimento institucional para mães adolescentes; ter disposição em se implicar no meio social da acolhida, a partir de suas histórias de vida. Nesse sentido, a política de assistência está valorizando o contexto psicossocial das mães adolescentes.

²² Os quatro últimos princípios são: I) Acesso da acolhida (o) ao respeito à diversidade e não discriminação; II) Atendimento personalizado e individualizado III) Garantia de liberdade de crença e religião e; IV) o respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem.

Há diversos arranjos possíveis de ser encontrados na proteção e instrumentalização para uma vida social de uma criança ou adolescente, que não estão atrelados somente à família de origem. A instituição de acolhimento, por exemplo, assim como a família, faz parte da construção coletiva e também pode ser considerada como um espaço de sociabilização da criança e do adolescente, contribuindo para a constituição contínua do contexto psicossocial dos acolhidos e de seu futuro.

O acolhimento institucional foi constituído historicamente como um espaço que recebe os menores “marginalizados”, entendidos socialmente como um risco para a sociedade. Assim, ainda não é concebido socialmente como um lugar habitável, muitas pessoas ainda consideram a população pobre uma ameaça aos “bons costumes”, o que é mais um problema a ser superado. Nem sempre a família será capaz de promover a instrumentalização social e a proteção de suas crianças; quando isso acontecer pode-se utilizar outros arranjos, entre eles o acolhimento institucional.

A família das mães adolescentes, mesmo estando fora dos padrões para o “modelo ideal”, continua sendo, para muitos profissionais, que buscam o modelo idealizado socialmente, a referência para as ações de reintegração do acolhimento institucional. Estudos indicam que nem toda organização de pessoas morando num mesmo espaço físico, como uma casa, pode ser considerada uma família (Meyer et al., 2012). Assim, independentemente dos familiares estarem ou não dentro de um padrão idealizado ou esperado pelos profissionais e pela sociedade, há a necessidade de avaliar se a conjuntura família-adolescente está favorável para a reinserção da adolescente no ambiente intrafamiliar.

Nem sempre as políticas públicas previram um acolhimento institucional que garantisse direitos fundamentais para crianças e adolescentes. As instituições que assistem crianças ainda estão muito relacionadas a um espaço precário de condições higiênicas e estruturais, conduzidas por modelos asilares e de instituições fechadas. Apesar do grande desafio de desconstruir esses modelos, já se vislumbram muitos avanços após os reordenamentos previstos a partir do ECA.

No decorrer da implementação das políticas públicas existem processos inacabados que podem demorar muitos anos para serem concluídos. Há entraves e

empecilhos políticos, econômicos, sociais, culturais, que durante o processo se cruzam, causando paralisação e até mesmo retrocessos daquilo que estava inicialmente previsto.

Há, mesmo em meio a muitos entraves, inflexões que aos poucos vão rompendo com os considerados modos de fazer, protocolos naturalizados. Essas inflexões são nítidas na fala do casal de jovens entrevistados, além de aparecer como contradições na fala dos profissionais. Estes últimos, ao mesmo tempo em que buscam a garantia de um espaço de instrumentalização social e proteção, não conhecem as políticas públicas que orientam a sua atuação e que podem ser uma ferramenta potente para a implementação de práticas mais eficazes.

Na música *A casa*, de Vinicius de Moraes, composta em 1980 em homenagem a “*Casapueblo*”, casa de seu amigo Vilaró²³, nos remete ao modo processual de se implementar as novas políticas públicas. Vilaró construiu sua própria casa inspirado no pássaro joão-de-barro, que constrói sua casa com seu próprio bico. A cada visita, Vinicius de Moraes encontrava uma casa diferente, metade construída e metade em escombros. A casa só foi concluída após um longo período de trabalho, foram mais de trinta anos de muita dedicação e esmero, como menciona a música.

Ao longo de um processo histórico, as políticas vão sendo implementadas a partir dos esforços daqueles que estão ali, dentro delas — dentro da casa — “encarnando suas diretrizes”, como declara Luciano Elia (Brasil, 2005a, p. 50). As políticas públicas associadas à infância e à adolescência em situação de vulnerabilidade, mesmo sendo uma “casa” que ainda falta muita coisa, podem ser construídas com muito esmero²⁴, dentro de um longo processo criador.

É possível que, no decorrer dos anos, a implementação de instituições de proteção social se aproxime dos princípios previstos nos documentos legais. A construção de todas as modalidades de acolhimento, principalmente das

²³ Cf.: FERREIRA, J. Casa muito engraçada da música de Vinicius de Moraes existe de verdade. Folha de S. Paulo, Folhinha, publicado em: 19 out. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folhinha/2013/10/1358732-casa-muito-engracada-da-musica-de-vinicius-de-moraes-existe-de-verdade.shtml>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

²⁴ “Era uma casa muito engraçada; Não tinha teto, não tinha nada; Ninguém podia entrar nela, não; Porque na casa não tinha chão; Ninguém podia dormir na rede; Porque na casa não tinha parede; Ninguém podia fazer pipi; Porque penico não tinha ali; Mas era feita com muito esmero; Na rua dos Bobos, número zero” (*A casa*, de Vinicius de Moraes, 1980).

Repúblicas — que acolhem jovens ao completarem a maioria e que estão vivenciando o processo de acolhimento institucional — seria uma importante conquista, que se configura hoje como um desafio.

Exemplo disso é a experiência da construção de uma Política de Saúde Mental Infantil e Juvenil no Brasil, que apresentou princípios muito eficazes para a promoção de um cuidado integral a crianças e adolescentes vulneráveis. Essa política preza pela articulação entre os diferentes setores que atendem crianças e adolescentes e, em seus últimos três princípios²⁵, coloca a criança e o adolescente como o ponto comum entre os diferentes setores. Esse modelo de assistência contribui para a desconstrução do modelo piramidal tradicional do setor da saúde pública e provoca mudanças no sistema a partir da construção de uma rede “de nós” (Couto, 2012).

A articulação entre os diferentes setores também se caracteriza como um desafio importante para atender às singularidades das demandas de mães adolescentes acolhidas. Seu território indica faces de sua demanda, que um único serviço não poderia dar conta de conhecê-las sozinho. Assim, o encontro entre os setores, discussão de casos e acordos para facilitar a vida do sujeito atendido, contribui para a compreensão e contextualização do profissional e da instituição no seu fazer cotidiano. É a partir desses princípios que tem se construído a Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde, especificamente no campo da Saúde Mental, sendo o ponto comum entre os diferentes setores a própria criança ou adolescente (Couto, 2012).

Assim, a intersectorialidade proporciona um conhecimento ampliado concernente à criança ou ao adolescente atendido em um determinado serviço, pois possibilita o entendimento das formas de existir desse sujeito fora dos domínios de um único dispositivo. Além de produzir, nos diversos profissionais envolvidos, esclarecimento de outras formas de manejos na atenção, contribuindo para que a clínica e a política se encontrem na prática (Couto & Delgado, 2010). Os encontros de profissionais de dois setores, como os da assistência social e os da saúde mental, propiciam que políticas e práticas diferentes entrem em contato para a melhoria da vida de uma criança ou adolescente.

²⁵ Os três últimos princípios, já citados anteriormente no primeiro capítulo na nota de rodapé de número 3, a saber: a construção permanente da rede, o território e a intersectorialidade.

De acordo com Couto & Delgado (2010), a colaboração entre setores contribui para a desmontagem da fragmentação nos serviços de assistência e do paradigma de que muitas crianças com problemas psicossociais e com arranjos diferenciados de convivência social não acessam outras naturezas de instituições, reconhecendo a existência de outros setores de grande relevância para o desenvolvimento psicossocial e sociabilização de crianças e adolescentes.

Sendo o foco do tratamento desse público o próprio meio social, a intersetorialidade favorece o diálogo entre instituições de atenção e a população de maneira geral. A integralidade entre as instituições é um exemplo da construção da rede, assim como a prática da intersetorialidade, que contribui para a ampliação dos laços sociais dos usuários e da corresponsabilização dos setores públicos de atenção integral. Com isso, entende-se que é muito difícil construir o cuidado integral a partir de uma única instituição, ou único profissional, pois se entende o sujeito como múltiplo, complexo e dinâmico, circulando no mundo com diferentes e constantes atravessamentos que afetam seu desenvolvimento.

Para dar conta de uma demanda psicossocial, nada menos que uma atenção psicossocial.

O atendimento psicossocial é uma interferência consentida no cotidiano do habitante da polis, afetado por sofrimento psíquico grave. Assim sendo, tal tipo de cuidado incide sobre uma rede social, uma interligação de subjetividades, um mundo num universo de mil mundos subjetivos e políticos (Delgado, 1999, p. 118).

A rede, o território e a intersetorialidade são princípios fundamentais para a construção da atenção psicossocial infantojuvenil. Não se pode realizar a assistência integral sem que esse triângulo conceitual esteja esclarecido para a instituição, equipe e profissional do campo, pois é a partir desses fatores que o Centro de Atenção Psicossocial se constitui como dispositivo de substituição do manicômio, do hospital psiquiátrico. E é a partir desse tipo de posicionamento que a assistência social, juntamente com todos os outros setores, pode reformular a suas práticas cotidianas para compreender as excepcionalidades das mães adolescentes acolhidas.

É nesse sentido dinâmico e sistêmico, que Morin (2012) destaca a necessidade de um pensamento complexo, contrariando o paradigma da simplificação. Este está relacionado aos modelos de assistência que mutilam a diversidade criadora do humano; faz parte de um sistema fechado, que não valoriza a interlocução entre os organismos para promover desenvolvimento ao todo. O paradigma da simplificação fundamenta-se com verdades sólidas e que parecem imutáveis, por estarem estabelecidas e protocoladas, fazendo parte das práticas naturalizadas e automatizadas no cotidiano de certo grupo (Morin, 2012).

O sistema fechado não reconhece o lugar, a escolha e o tempo singularizados de cada órgão ou parte do conjunto, por não visualizar a complexidade e a amplitude do todo. Assim, esse modelo de funcionamento produz práticas descontextualizadas com o sujeito, que se vê como uma das partes não reconhecida nesse processo.

É decorrente dessa proposição que, no próximo capítulo, dar-se-á continuidade à discussão das seguintes categorias de análise: reinserção familiar e práticas cotidianas, com o objetivo de apresentar as práticas contextualizadas e descontextualizadas encontradas no acolhimento institucional a mães adolescentes, indicando-se caminhos para a ampliação da proteção social dessas jovens.

4

As práticas cotidianas e a reinserção familiar no acolhimento de mães adolescentes

Nos capítulos anteriores, foram apresentados elementos que contribuíram para ampliar o escopo em relação ao contexto psicossocial da mãe adolescente e às funções do acolhimento institucional capazes de promover a socioproteção contextualizada à situação social das acolhidas. O acolhimento institucional, como qualquer outra instituição social não substitui o papel e o lugar social da família, porém, quando esta falta ou não é capaz de promover a atenção suficiente para essas jovens, outras instituições, como as de acolhimento, podem ser um dispositivo que possibilite a instrumentalização da mãe adolescente para a vida em sociedade e para o cuidado e a garantia do direito de seu(s) filho(s); além de ser um equipamento habilitado a oferecer suporte e apoio continuado.

Neste capítulo, pretende-se estudar duas categorias de análise da pesquisa empírica, sendo elas as práticas cotidianas mais frequentes e as concepções dos profissionais em relação à reinserção familiar, relacionando-as com os elementos do contexto psicossocial, apresentado anteriormente. Essas categorias, a partir das análises realizadas, sinalizaram quais são as práticas contextualizadas e as descontextualizadas, ou seja, ressaltam quais ações favorecem e quais dificultam o processo de acolhimento institucional de mães adolescentes.

A análise de conteúdo utilizada para pesquisar tais categorias consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos e conteúdos diversificados (Bardin, 2011). É importante esclarecer que a análise de conteúdo não deve ser confundida com a análise de discurso, embora Bardin (2011) defina a análise de discurso como parte da análise de conteúdo, estas se mostram como métodos diferentes para avaliação e análise do mesmo material, ou seja, apresentam objetivos distintos.

A análise de discurso visa compreender os relatos que os sujeitos fazem a partir de outras expressões que não se encontram no material digitalizado, como,

por exemplos, o posicionamento do entrevistado, o ambiente e as sensações do encontro, a tonalidade da voz do participante, as pausas e os silêncios nas entrevistas. Esse tipo de análise ajuda o pesquisador a ir além do que está óbvio na materialidade das entrevistas digitalizadas.

A análise de conteúdo propostas por Bardin (2011) é caracterizada pelo conjunto de instrumentos que o pesquisador utiliza para observar as informações que são possíveis de adquirir a partir do material da entrevista digitalizado, ou seja, o registro em si, o documento construído a partir da digitalização (transcrição) da gravação da entrevista. Importante apresentar, neste momento, os elementos da análise de discurso, que se iniciou na observação participante e ocorreu durante todo o período de construção desta dissertação, etapa que contribui para entender os limites desta pesquisa.

As relações estabelecidas durante a experiência ecológica do autor pesquisador, que se colocou como analista e interventor, escapando da neutralidade, potencializaram as práticas de grupo de profissionais, sendo denominados “atuantes complexos”²⁶. Percebeu-se, diante das dinâmicas e dos modos de fazer diferenciados, que há certo incômodo e posicionamento rígido e de distanciamento de outros profissionais de um grupo diferente, denominados “atuantes burocratas”.

É a partir dessa distinção que se constitui nesta dissertação a separação entre os grupos, que foram nomeados de acordo com a análise realizada pelo autor. Essa separação objetivou facilitar a relação com o tipo de práticas que esses grupos puderam oferecer durante o percurso da pesquisa no acolhimento institucional.

O primeiro grupo que recebeu uma intervenção do pesquisador foi nomeado como atuantes complexos. O segundo, que apresentou certo fechamento ao diálogo e distanciamento, resistindo à aproximação para discussões e construções de projetos, além de não ter sido, de certa forma, entendido pelo pesquisador como passíveis de possível intervenção, nomeou-se de atuantes burocratas.

²⁶ Conferir definição de “atuantes complexos” e “atuantes burocratas” na página 20 desta dissertação.

O grupo de atuantes burocratas são aqueles caracterizados por suas respostas automáticas ao sistema a que pertencem, sem analisar outras possibilidades de respostas que permitam desenvolvimentos e melhorias mais ampliadas e coletivas. Esse modelo de posicionamento está relacionado ao medo das ameaças sociais, e, de acordo com Arendt (2007), esses tipos de grupos seguem a um sistema que banaliza o mal, que, por sua vez, Morin (2012) denominará de sistema fechado, contrariando o que Bronfenbrenner (1996) denominou de desenvolvimento ecológico.

A banalidade do mal se caracteriza pela incapacidade de superar a burocratização da vida coletiva, de dar lugar a um olhar complexo e dinâmico por apresentar um *status* de verdade estabelecido de obediência a uma lei unilateral, com ideias pré-concebidas e com pouco ou nenhum interesse sobre a história de vida construída por cada sujeito participante do coletivo. Essa banalidade relaciona-se com os sistemas que buscam monopolizar o poder a partir de modos protocolados e instituídos de intervenções que aniquilam a capacidade criadora daquilo que pode se articular em um processo dinâmico e mutável.

É a partir da potência criadora de práticas alternativas ao modelo já estabelecido e instituído, que se fortalece e se apresenta o grupo de atuantes complexos, por valorizar as articulações entre os diferentes saberes, além de se apresentar desprendido, não permitindo ser atravessado de maneira comum pelos mandatos estabelecidos.

A partir da análise de discurso e vivência no campo como observador participante, entende-se, como os dois principais limites para essa etapa da pesquisa:

- a pequena amostra de entrevista com as acolhidas e profissionais e a ausência de entrevistas com outros dispositivos e instituições, principalmente com a família de origem das acolhidas. Porém, esta dissertação abre o caminho para diversas indagações e questões que podem ser pesquisadas em outros trabalhos acadêmicos;
- a falta de acesso ao depoimento do grupo denominado atuante burocrata, que desde a iniciação das intervenções se apresentou distante, sentindo-se ameaçado pelas novas práticas construídas e/ou potencializadas no grupo

dos atuantes complexos. Importante ressaltar que, os atuantes burocratas não são favoráveis às práticas que não são preestabelecidas institucionalmente por eles, dificilmente se colocam disponíveis para suscitar arranjos em rede para promover o cuidado continuado.

Outra ferramenta metodológica utilizada nessa etapa consistiu no levantamento das práticas mais frequentes e suas relações com o contexto psicossocial das acolhidas, a fim de distinguir as práticas denominadas “contextualizadas” das práticas “descontextualizadas”. A partir do material digitalizado, buscou-se identificar os elementos mais pertinentes a serem discutidos, referentes a cada categoria de análise. Esses recortes foram destacados no material produzido nesta pesquisa e relacionados entre si para a construção dos resultados aqui apresentados.

Em um enfoque específico da análise, que buscou saber como a reinserção familiar é entendida, verificou-se na fala de todos os participantes da entrevista uma concepção ampliada referente à reinserção familiar. Esses participantes não a compreendem como uma saída exclusiva para sua família de origem, mas reconhecem que a saída da jovem mãe com seu filho(s) pode ser desenvolvida e amplificada a partir de múltiplos arranjos e situação de cada acolhida. Assim, a família não se restringe apenas ao ambiente de origem.

Os profissionais, seja durante a entrevista ou no processo de observação participante, não reconheceram na mãe adolescente acolhida a capacidade de dar continuidade em seu processo de construção de habilidades para a vida em sociedade e de estruturação para oferecer o cuidado necessário para seu(s) filho(s) sem uma rede de apoio social estabelecida que vá para além do processo de acolhimento institucional.

Um dos fatores que é enfatizado neste capítulo consiste na necessidade da continuidade ao apoio e suporte social para as mães adolescente após saírem do acolhimento, principalmente ao completarem a maioridade. Há múltiplos arranjos pensados e realizados pelos profissionais entrevistados que demonstram práticas contextualizadas, mas no âmbito da informalidade. As outras práticas, aquelas que dificultam ou impedem a função protetiva do acolhimento institucional e a continuidade desse processo, estão entre as ações descontextualizadas, por não

considerarem os elementos e as situações mais latentes do contexto psicossocial da acolhida. Decorrente dessa análise foi possível ampliar a discussão referente aos aspectos que facilitam e/ou dificultam a instituição de acolhimento a exercer sua função social.

4.1

As práticas cotidianas quando contextualizadas

Sempre que uma pessoa em um ambiente presta atenção às atividades de uma outra pessoa, ou delas participa, existe uma relação.

(Urie Bronfenbrener)

As práticas cotidianas consistem em intervenções que são frequentes em certa instituição, podendo ser preestabelecidas e/ou fundamentadas a partir de atravessamentos e contextos presentes na rotina diária. Quando essas práticas são contextualizadas, estão sempre em construção de acordo com o ambiente onde se pretende intervir e com as pessoas presentes nesse estabelecimento.

Em relação às práticas cotidianas dos atuantes complexos, evidencia-se uma concepção ampliada e flexível concernente à reinserção familiar, que potencializa a proteção e a instrumentalização da acolhida. As concepções dos participantes dessa pesquisa alusiva à reinserção familiar, de acordo com as análises de conteúdo e de discurso, não estão restritas ao retorno das mães adolescentes para a família de origem, mas estão abertas para novos fluxos e relações, respeitando as singularidades das acolhidas e seus contextos mais diversificados.

Há uma relação de interdependência entre as concepções e as práticas cotidianas, que facilita o entendimento da proposição de que cada ação está fundamentada por um sistema que pode ou não valorizar a complexidade. A concepção de reinserção familiar ampliada, apresentada pelos atuantes complexos, está relacionada às práticas cotidianas contextualizadas, por reconhecer os múltiplos elementos psicossociais que atravessam a vida da acolhida.

No decorrer da experiência diária no acolhimento institucional, a concepção de reinserção familiar dos profissionais entrevistados, assim como a das acolhidas, vai ganhando outras conotações, diferentes daquela rígida, estabelecida pelos discursos formais e mecânicos dos atuantes burocratas. Assim, a reinserção familiar está vinculada às ferramentas capazes de restabelecer o vínculo com as instituições sociais, como a escola, as unidades de saúde, as instituições sociais públicas e, principalmente, a rede de apoio social comunitária, promovendo a sociabilidade. Esses dispositivos vão se configurando como microsistemas na vida da mãe acolhida.

As práticas fundamentadas por tal concepção, de reinserção familiar ampliada, colocam a mãe adolescente em outro lugar dentro do sistema social. Dessa forma, entende-se que há uma ampliação do conceito de reinserção familiar no campo da informalidade, que, mesmo sendo atravessado por inúmeras contradições, consegue valorizar as complexidades e os contextos psicossociais de cada sujeito.

Nessa perspectiva, após a constatação de que a família de origem não se configura como um espaço de desenvolvimento integral para a mãe e o bebê, os profissionais buscaram alternativas para evitar a saída compulsória, objetivando dar continuidade ao projeto iniciado no acolhimento institucional.

É de extrema relevância destacar que essas práticas foram construídas no decorrer do processo de acolhimento institucional de mães adolescentes e a partir da relação de todos os participantes do processo de acolhimento. O grupo que denominamos “atuantes complexos” se constituiu por meio do questionamento de suas práticas. Ao perceberem que as intervenções de reinserção familiar forçada eram conseqüentemente malsucedidas, por promover o retorno das mães adolescentes e de seu(s) filho(s) ao contexto de violações anteriores ao acolhimento, começaram a criar outras possibilidades não formalizadas e legitimadas pelo grupo que denominamos “atuantes burocratas”.

Outra situação que movimentou os atuantes complexos, a construírem distintas alternativas de intervenções, consistiu no desligamento compulsório de mães adolescentes, que, ao completarem a maioria, saíam da instituição sem apoio algum, em um estado de limbo, ou, se preferir, de indefinição social.

No processo de acolhimento, a mãe adolescente constrói vínculo com a instituição a partir dos cuidados recebidos. O estabelecimento acolhedor passa a ser um ambiente do microsistema que interfere diretamente no desenvolvimento da adolescente e de seu(s) filho(s). A saída compulsória ao se completar dezoito anos se caracteriza como uma interrupção do processo de desenvolvimento iniciado, colocando a jovem mãe e seu bebê em outro contexto, na maioria das vezes, ainda desconhecido e sem apoio para compreensão e elaboração da mudança ocorrida.

Em um dos casos, a rede de apoio social construída pelos atuantes complexos facilitou a elaboração do momento de mudança de ambiente e potencializou a continuidade do processo de desenvolvimento social iniciado na instituição. Como relata o jovem pai, que, saindo do acolhimento, desejava dar continuidade ao processo de organização de sua vida social, mas que não tinha recebido proposta e nem encontrado um lugar de apoio nesse momento.

Como eu te falei, graças a deus eu tive a pessoa que foi muito importante na minha vida e foi fundamental, cara, a tia R. (emocionado). Eu ganhava 639 reais no DETRAN, o projeto que eu fui indicado. Quando eu sai [do acolhimento], acabou. Ela me deu oportunidade de eu ficar lá, ela não me cobrou nada, ela, na casa dela, lá embaixo no quarto, eu não precisei pagar nada, muitas vezes ela me dava um prato de comida, batia na minha porta. E assim, não é todo dia que você encontra uma pessoa disposta a fazer isso por você. E os adolescentes, desses que muita gente fica com medo, de acolher, dar oportunidade, de acreditar, escolher acreditar nesses adolescentes, em prol do passado. De olhar para trás e ver que, pô, como é que um jovem que fez tudo isso, usa droga, roubou, foi preso, vai ter jeito?

A intervenção da profissional citada pelo jovem entrevistado se caracteriza como uma ação periférica, por não fazer parte dos protocolos institucionais preestabelecidos, mas que se consistiu em um apoio necessário para a continuidade da proteção e instrumentalização do jovem, além da construção de sua nova configuração familiar. É por meio do contexto emocional da relação interpessoal estabelecida no cotidiano do acolhimento que se dá a construção de uma reinserção familiar ampliada, que vai além do conceito estabelecido e da concepção dos atuantes burocratas (Peres, 2001).

Quando o contexto psicossocial é valorizado, observa-se a família a partir de uma abordagem mais sistêmica e dinâmica. A intervenção, quando

fundamentada no contexto, considera os elementos da vida psicossocial do acolhido e se caracteriza como prática contextualizada.

A composição do fazer cotidiano contextualizado constrói-se desde o momento em que as relações interpessoais acontecem. Cada intervenção é produzida de forma singularizada, de acordo com cada tipo de vínculo. O relacionamento estabelecido entre as acolhidas, seus territórios subjetivos e os profissionais são os principais elementos que norteiam as práticas. Esse tipo de sistematização está atrelado ao que Morin (2012) denominou de sistema aberto e pensamento complexo, relacionando-se, também, ao que Peres (2001) delineou como contexto emocional satisfatório.

Entre as orientações fundamentais instituídas para o acolhimento institucional está a busca pela reinserção familiar. Essa prática aparece como a principal e mais relevante para promover a socioproteção das acolhidas, porém, no caso dessas jovens, a família de origem não é entendida como espaço de desenvolvimento suficientemente bom. Aqueles profissionais que estão mais próximos afetivamente das acolhidas escutam isso e buscam alternativas para a reinserção familiar da jovem.

Segundo Ceconello & Koller (2003), o processo de interação recíproca entre as pessoas, objetos e ambientes está no centro da constituição do desenvolvimento humano. Esse processo é contínuo e está sempre em atividade, fazendo da interação algo regular e não ocasional. De acordo com o tempo, essas atividades se tornam mais complexas, estimulando ou inibindo, construindo reciprocidades ou parcialidades nas relações interpessoais. São esses elementos que compõem as práticas contextualizadas.

As práticas cotidianas analisadas no acolhimento institucional, a partir desse entendimento processual, colocam as mães adolescentes e os profissionais envolvidos em um processo que se altera de acordo com as características de cada sujeito envolvido, em conjunto com as mudanças e continuidades sociais, naturais e ambientais. Esse processo é fundamental para a construção da resiliência nos casos estudados.

Bronfenbrenner (1996) denomina esse processo de interação como processos proximais, que podem produzir efeitos de competência ou de disfunção.

O primeiro, relacionado à instrumentalização social, que faz com que a pessoa desenvolva conhecimentos, habilidades e capacidade de autogestão, é capaz de gerir seus comportamentos de acordo com cada situação. O segundo está elencado em certa dificuldade em manter o controle e a interação social favorável ao coletivo, compondo, assim, um comportamento hostil ou “antissocial”.

Os participantes do processo de acolhimento podem, em suas práticas cotidianas, potencializar a acolhida para um desenvolvimento competente ou disfuncional. Quando os símbolos do ambiente e dessa interação estimulam a atenção, a imaginação, a exploração de novos saberes na mãe adolescente, essa interação pode vir a ser favorável para seu desenvolvimento competente, promovendo, assim, a sociabilidade e a segurança afetiva. A disfunção e o comportamento hostil, a relação mecânica, que não acolhe a angústia do outro, estão mais frequentes em ambientes violentos, desfavoráveis e/ou desorganizados, sem estímulo para a produção e exploração de novos saberes e experiências.

A partir dos elementos mais evidentes na categoria que analisou as práticas cotidianas, percebeu-se que estas são contextualizadas quando estão fundamentadas em vínculos afetivos construídos na instituição. Esse processo proximal abre possibilidades para que as acolhidas encontrem sentido, identificação e pertencimento a certo contexto. A segurança afetiva e a responsabilização social são fatores primordiais da resiliência, que se constrói a partir de uma relação de vínculo (Cyrułnik, 2005).

De acordo com Boris Cyrułnik (2005), a partir de uma visão existencial, o vínculo e o sentido podem estar entre os principais fatores para se alcançar a resiliência. O autor fala de um lugar muito peculiar, pois, sendo ele de origem judaica, sobreviveu à Segunda Guerra Mundial após ter sido confiado a uma família acolhedora, além de ter utilizado outra identidade e se escondido em banheiros durante toda a guerra.

Na introdução de seu livro, *O murmúrio dos Fantasmas*, Cyrułnik (2005) apresenta dois exemplos de trajetórias de vidas que vivenciaram situações traumáticas. Apresenta Marilyn Monroe como um caso que, durante toda a sua trajetória infantil, teve encontros com famílias adotivas e orfanatos frios e que não proporcionaram a ela segurança afetiva; enquanto Hans Christian Andersen,

mesmo em um contexto intensamente traumático, “nascido da prostituição, na loucura e na morte de seus pais, na violência e na miséria, nunca lhe faltou afeto” (Cyrułnik, 2005, p. 3). Durante a vida de Hans, é percebido que, apesar das precariedades nas relações sociais, devido à composição de sua família, havia um interesse da mãe em fazê-lo estar bem.

Hans foi rodeado de pessoas interessadas em seu desenvolvimento. Após a morte de seus pais, foi morar com a avó paterna, e uma vizinha o ensinou a ler. Seu contexto emocional estava bem contornado, suficientemente bom para possibilitá-lo superar os conflitos de sua família de origem (Cyrułnik, 2005). Esse exemplo ajuda a pensar que a capacidade de resiliência pode ser construída a partir de um contexto favorável, capaz de promover segurança afetiva, sentimento de pertencimento e esclarecimento da realidade social em que se vive. Um acolhimento institucional, para de fato acolher, necessita de profissionais e dispositivos legais capazes de promover esse contorno psicossocial.

O acolhimento quando é afetivo supre certa demanda subjetiva do sujeito e é capaz de proporcionar outras possibilidades de escolhas e, conseqüentemente, pode potencializar o percurso para a resiliência. Esse acolhimento, que de fato acolhe, quando continuado pode garantir uma vida mais elaborada para a nova família que está se constituindo nesse contexto. Em outras palavras, as mães adolescentes no acolhimento institucional recebem minimamente alguns contornos psicossociais voltados para seu processo individual, que se configuram como uma nova composição de elementos sociais para sua vida, inclinando-as a novas elaborações e abrindo um leque de novas experiências. Um dos profissionais entrevistados nos deu o seguinte depoimento:

Eu tenho visto muitas mães que vêm de uma situação de muito risco, de muita vulnerabilidade, mães adolescentes que conseguem, nesse processo de investimento social, criar resiliência. Ou seja, começa a perceber referências positivas para ter a sua família; e ela se torna uma mãe, dentro daquilo que ela pode dar e não dentro daquilo que eu acho o ideal.

De acordo com os profissionais, participantes da pesquisa, há necessidade de uma identificação com o trabalho para se conseguir realizar intervenções que promovam a socioproteção de acordo com a história de vida de cada mãe

adolescente. Essa identificação do profissional com seu campo de atuação contribui para que ele se volte para as necessidades individuais de cada acolhida e, a partir de uma análise das características do contexto psicossocial da jovem, colabore com seu processo de desenvolvimento.

Em alguns diálogos, é possível observar que, muitas vezes, por mais que haja um investimento do profissional e da instituição como um todo, algumas mães adolescentes não conseguem compreender a sua história de vida. Essa situação incomoda os profissionais, pois, ao não compreenderem suas histórias, as acolhidas não se implicam em buscar novos posicionamentos e experiências de interação social. Contudo, cabe aqui entender que nem todas as histórias serão suficientemente contornadas, pois, por mais que haja “boas intensões”, existem situações que parecem incontornáveis.

As adolescentes mais afetadas são as que nunca tiveram e/ou ainda não têm apoio ou suporte para a situação que estão vivenciando, como reflete um dos profissionais entrevistados:

A gente na verdade se sensibiliza, sim, mas a gente sabe que quando chega já vai ser um desafio [...] eu sabia que o desafio era grande, que muitas coisas iriam ter que ser propostas e pensadas, mas muitos profissionais realmente, assim, sofrem muito com essa situação e se sensibilizam muito.

Se agente não acreditar nisso, não faz sentido o trabalho [...] Agora, é claro que para aquelas que tinham algum suporte, mesmo que fosse mínimo, era muito mais fácil, sem dúvida alguma, muito mais fácil. Agora, para aquelas que não têm nenhum suporte é possível, mas é quase que impossível [...] mas [...] é algo que a gente sempre aposta nisso, né?

Se ela não participar alguém vai tomar essa decisão por ela. E aí a gente vê muito isso, a gente tentava conscientizá-la e chamar essa menina para a realidade, tentava trabalhar com ela isso e muitas [...] até por conta de toda a dificuldade de toda, é... como vou te explicar... de toda a dificuldade dela de se dar conta da própria vida, de se conhecer [...] por mais que você buscasse, muitas delas fugiam dessa realidade, como se fosse muito difícil para elas encarar aquilo, né? E então, assim, é muito mais fácil quando você deixa o outro decidir por você, que aí você se exime daquela responsabilidade.

Por meio desse cenário, é possível compreender a necessidade de se considerar as características individuais, tanto do acolhedor quanto da acolhida. A partir da Teoria Ecológica do Desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996), entende-se que o processo social é um sistema de interação complexo e compreende o

sujeito como produto e produtor de desenvolvimento. Importante reconhecer nesses sujeitos seus recursos e suas disposições para esse processo proximal.

De acordo com Bronfenbrenner (1996), as pessoas podem ter disposição ativa ou inibidora. A primeira está vinculada à curiosidade, à tendência para se engajar em atividades progressivamente mais complexas, mais propensas a elaborar, criar e reestruturar novas configurações para o seu “universo”. A segunda, inibidora, pertence ao campo da inibição, representado pela dificuldade de interação social, pela falta de controle pelas suas emoções, impulsividades, comportamentos explosivos, apatia, desatenção, irresponsabilidade, insegurança e timidez excessiva.

É importante conhecer os recursos daquele sujeito que está envolvido no processo de interação no acolhimento institucional. As deficiências, por exemplo, são condições que podem limitar ou inibir a integridade funcional do organismo. As vulnerabilidades, o uso de substâncias psicoativas e a ausência de cuidados básicos podem ser fatores produtores ou potencializadores de diversos problemas, como as questões mentais, que, conseqüentemente, afetam os mecanismos de interação biopsicossocial. São essas características, entre outras, em conjunto com o contexto do acolhimento, somado à história de cada pessoa envolvida nesse processo, que constroem o desenvolvimento ecológico de uma mãe adolescente em acolhimento institucional. As práticas cotidianas são “inventadas” de acordo com as ferramentas dispostas no ambiente e em cada sujeito presente nesse espaço.

É em decorrência dessa conjuntura que se constituem as práticas cotidianas contextualizadas, que são realizadas por atuantes complexos, dispostos a buscar os recursos e as disposições de cada sujeito para, juntos, construir uma obra social, que consiste na construção conjunta da realidade, moldando e remodelando os ambientes e territórios subjetivos e concretos que circundam sua vida, como a cidade (Lefebvre, 1969).

Dos elementos mais citados pelos participantes da pesquisa destacam-se entre as práticas contextualizadas as seguintes ações:

- busca por alternativas para a continuidade do projeto de sociabilidade e proteção após completarem a maioridade;

- construção de rede social de apoio via diferentes atores sociais de acordo com o território de cada acolhida;
- criação de assembleias para escutar as dificuldades coletivas das acolhidas e traçar metas conjuntas;
- escuta individual para esclarecer à adolescente sobre seu processo judiciário e construção de possibilidades de superação de sua atual situação;
- busca e criação de atividades de lazer semanais para as mães e seus filhos;
- construção de projetos que possibilitavam às acolhidas conhecerem outras instituições e quais eram suas funções, referentes ao judiciário e à escola.

No último item, foi possível realizar, com um dos juízes da VIII, um encontro para que fosse promovido um diálogo entre as mães adolescentes e o magistrado, a fim de pensarem juntos sobre propostas de melhoria na assistência.

Percebemos, assim, um paralelo com o conceito de pensamento complexo de Morin (2012). O pensar complexo exige uma abertura ao diálogo, ao movimento constante em direção aos diferentes e novos saberes relacionados ao que se pensa. Para que o paradigma da complexidade esteja em evidência, é necessário que o sistema seja aberto e livre para a circulação de novos elementos, que vão compondo e descompondo a relação. É a partir da elaboração e articulação entre os elementos existentes, no contexto de uma organização, que se faz oportuno estar mais próximo de uma estabilização, fase em que se é possível se aproximar da equidade. Em outras palavras, a partir de uma organização dos elementos que existem, como as informações adquiridas sobre a situação psicossocial de cada acolhida, criam-se ações e intervenções que vão favorecer o bem-estar comum a todos os envolvidos nesse processo.

De acordo com Urie Bronfenbrenner (1996), esse tipo de relação sistêmica, que acontece por meio das interações ocorridas no ambiente ecológico entre as pessoas, os objetos e os símbolos, de uma forma recíproca e cada vez mais complexa, compreende os *processos proximais*.

Esses processos, a nosso ver, têm relação com a concepção de sistema aberto, em Morin (2012, p. 21),

tal definição não teria de modo nenhum oferecido interesse se não se pudesse a partir dela considerar um certo número de sistemas físicos (a chama de uma vela, o movimento de um rio em torno de uma ponte), e sobretudo os sistemas vivos, como sistemas, cuja existência e estrutura dependem de uma alimentação externa, e no caso dos sistemas vivos, não apenas material/energética, mas também organizacional/informacional.

Nesse sentido, o sistema fechado pode ser comparado a uma pedra, em que as trocas com o meio externo estão anuladas. A pedra para, permanecer existente, não necessita de fonte energética/material exterior a si própria; está em estado de equilíbrio.

A vela apresenta uma chama, que pode ser associada ao sistema aberto. Essa chama, para alcançar constância, necessita estar em relação ininterrupta com o meio externo, apresentando um aparente equilíbrio, que o autor define como estado de estabilidade e continuidade, pois o equilíbrio consiste na paralisação total dessa relação que, conseqüentemente, provocaria o fim da chama, diferentemente da estabilidade caracterizada por uma constante relação com o meio (Morin, 2012).

O sistema aberto seria a base de um modelo de práticas que permite interferências internas e externas capazes de promover certa estabilidade para a situação, não sendo estática e reducionista. De acordo com Morin (2012), há um valor paradigmático, no qual é permitido encontrar certezas e incertezas, ordem e desordem ao mesmo tempo. O sistema aberto está fundamentado pela indissociação dos elementos existentes, na qual a relação mútua entre os diferentes elementos são bases relacionais e interdependentes. Em outras palavras, entende-se como sistema aberto o tipo de organização que permite que seus organismos se comuniquem ininterruptamente, a partir de um processo contínuo e mútuo de desenvolvimento. Assim, o pensar complexo fundamenta-se em uma relação dinâmica, valorizando as múltiplas facetas de uma superfície que parece natural e única, de modo a entender o todo a partir das partes e as partes a partir do todo.

Dessa maneira, as práticas cotidianas são contextualizadas quando estão estruturadas por um sistema aberto, que permite um olhar complexo sobre a situação, agregando os saberes e valorizando as relações proximais. Essa organização está fundamentada por relações internas e externas, com o objetivo de

promover o desenvolvimento contínuo de todas as suas partes. Suas características se baseiam no paradigma da complexidade, por considerar as multiplicidades de arranjos e possibilidades de manejos, além das superações das fragilidades de todos os componentes de uma organização. As práticas contextualizadas não são estáticas, inflexíveis e reducionistas, pelo contrário, são completamente capazes de compreender as singularidades e multiplicidades dos contextos existentes em cada caso.

4.2

As práticas cotidianas quando descontextualizadas

[...] se desempenham um papel perturbador em vez de apoiador, o processo de desenvolvimento, considerado como um sistema, se interrompe.

(Urie Bronfenbrenner)

As práticas cotidianas muitas vezes estão fundamentadas em modelos rígidos, que, mesmo sem escutar a mãe adolescente acolhida, preestabelecem planos e decisões para sua vida; intervenções que de tão habituais se tornam naturalizadas e automáticas. As práticas cotidianas descontextualizadas consistem em intervenções que são fundamentadas a partir de posicionamentos construídos isoladamente, entre um grupo de “especialistas” ou participantes do processo de acolhimento, que são limitados em suas intervenções por protocolos cristalizados e unilaterais.

No relato de uma profissional participante voluntária da pesquisa, percebe-se que há práticas predeterminadas por alguns profissionais que dificultam ou impedem a mãe adolescente acolhida de escolher ou compreender a relevância da tentativa de reformulação dos vínculos familiares. As acolhidas acabam por ser coagidas a tomarem decisões ou aceitarem algumas imposições a partir do medo de perder a guarda de seu(s) filho(s) caso não aceitem as propostas vindas dos profissionais que têm acesso direto ao juizado. A educadora entrevistada diz que:

Muitas vezes, os profissionais de lá usam algumas falas, algumas situações, e colocam como se fosse: 'ah, o juiz quem determinou!' E às vezes não é, são situações colocadas, mesmo ali na parte da equipe técnica, que se elas não fizerem serão passíveis de perder a criança. Às vezes... 'ah, eu consegui contato com seu familiar, e tal, você quer receber?' Na maioria das vezes não, já chegam dizendo, que fulano de tal vai vir te visita-la tal dia, mas não sabem se ela vai querer receber ou não. Nós como ponta, falamos, 'vocês só vão se vocês quiserem'.

Se aquela adolescente está ali é porque a família não foi protetora o suficiente. Então nem sempre a família é o melhor caminho de volta [saída].

Crianças e adolescentes necessitam de uma assistência integrada para garantir seus direitos, com intervenções que vão ao encontro de suas fragilidades, ainda mais quando vivenciam afastamento de seus vínculos sociais e familiares.

Segundo a autora Marisa Vorraber Costa (2011), fundamentada no estudo histórico de Michel Foucault concernente à sociedade contemporânea, há diferentes modos e contextos que interferem na constituição dos sujeitos que, conseqüentemente, produzem diversidades de maneiras e características de se colocar socialmente. Nos espaços públicos, encontra-se um modelo pedagógico instituído que dificulta o acesso àqueles que não se acham dentro dos padrões estabelecidos. Interagir com certos tipos de sujeito se torna uma tarefa impossível quando os distintos contextos e singularidades das pessoas não são valorizados. Os especialistas, denominados como as “*novas expertises*” (Costa, 2011, p. 271), mostram-se desestabilizados com as diversidades das demandas surgidas na contemporaneidade.

Como destaca Hannah Arendt (1999), em seu livro *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal, há certa incapacidade em alguns sujeitos de pensarem e questionarem suas ações no mundo. São pessoas que se submetem às normas mais predominantes do sistema e do grupo social a que fazem parte, de forma severa, em nome de fazer o que é da “lei”. Conseqüentemente, é construída e mantida nesse grupo certa incapacidade crítica. Essa incapacidade de questionar está mantida por uma ideia estabelecida que isenta de responsabilidade o executante de certo ato, colocando a responsabilidade naquele que solicitou a ação, no mandante. Assim, aquele que executa certa ação

não passa de um objeto. Essa lógica contribui para que o executante cometa barbaridades em nome de outrem, eximindo-se de qualquer juízo sobre o ato.

Os profissionais que denominamos atuantes burocratas, em suas práticas cotidianas descontextualizadas, estão rigidamente fundamentados em fragmentos das orientações legais. Esses atuantes executam partes das leis que orientam seu trabalho com pouca ou nenhuma implicação pelas consequências geradas por seus atos profissionais na vida das acolhidas, trata-se de ações preestabelecidas e uniformes para todos os casos.

Retomando os princípios políticos legais que orientam as práticas dos acolhimentos institucionais e os relacionando ao conjunto de práticas realizadas pelos atuantes burocratas, faz-se perceptível que há certa fundamentação na lei para as práticas descontextualizadas que foram encontradas. A partir de um discurso potente e caro, para as políticas instituídas na área da infância e adolescência, muitos profissionais fundamentam suas intervenções como se toda criança e todo adolescente estivessem em condições psicossociais de retornarem para suas famílias de origem. Utilizam em suas práticas fragmentos das orientações legais, como os seguintes direitos: a convivência familiar e comunitária, a excepcionalidade do afastamento familiar e a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Os atuantes burocratas, na maioria das vezes, incapazes de questionar suas ações a partir da realidade encontrada na vida dos acolhidos, expõem esses sujeitos a situações ainda mais graves. As orientações legais apresentam outros quatro princípios²⁷, que não aparecem nas práticas descontextualizadas. Assim, confirmam a fixação em protocolos homogêneos para todas as acolhidas atendidas na instituição pesquisada. A ausência dos outros quatro princípios na atuação dos profissionais está entre os elementos que fazem a prática estar fora do contexto psicossocial das acolhidas e que atesta a utilização incompleta das políticas norteadoras das intervenções nos acolhimentos institucionais.

De acordo com a análise de conteúdo e de discurso, a concepção de reinserção familiar, para esse grupo de profissionais mais rígidos, caracteriza-se

²⁷ Os quais são: a garantia do acesso e respeito à diversidade e não discriminação, a oferta de atendimento personalizado e individualizado, a garantia de liberdade de crença e religião e o respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem (Brasil, 2009).

como uma maneira de seguir os protocolos e esvaziar a instituição para abrir novas vagas. Assim, esses profissionais legitimam suas ações, sob o pretexto de fazer o “bem” para os sujeitos, seguindo as leis e colocando-os novamente em suas famílias de origem. Essas ações são fundamentadas por costumes adquiridos historicamente, por tradições e modos de fazer estabelecidos, que consideram a reinserção familiar como a única intervenção possível; aquela que está garantida na lei e implementada nos dispositivos de proteção social.

No protocolo estabelecido no cotidiano da instituição de acolhimento pelos atuantes burocratas há um direcionamento que convoca a família para um lugar de responsabilidade sem considerar as fragilidades sociais da relação entre esse núcleo e a acolhida, além de muitas vezes forçar um vínculo que já está rompido. A reinserção familiar, nessa abordagem, caracteriza-se por uma inserção em um contexto emocional desfavorável ou insuficientemente bom para a continuidade da socioproteção.

Foi encontrada, nas práticas cotidianas descontextualizadas, uma intervenção que afirma o lugar de inferioridade da mãe adolescente e dos outros profissionais que buscam alternativas para essas jovens. Intervenções que consistem em ações de punições coletivas, com um olhar condenador à jovem, que parece ser culpabilizada pela quebra do vínculo com a família, como afirma a pedagoga entrevistada,

[...] as intervenções dos profissionais ficam muito dentro do que aprendeu com a família, do que aprendi em casa, não existe nenhuma oficina que fala [...] você tem que fazer uma oficina com o profissional para ele aprender a fazer suas intervenções. Eu sempre tento pensar o melhor para a mãe adolescente e para a criança, não com ações punitivas, é, não com ações punitivas, porque uma das maiores dificuldades dos profissionais, alguns profissionais dentro do acolhimento, é de entender a sexualidade dessa mãe adolescente. Porque ela engravidou já deveria ser punida, não poderia ter engravidado por ser adolescente, porque ela não tem família, e aí começam as punições excessivas; não é verbal, mas é uma, é um instrumento meio silencioso, é, pode se dizer assim [...] eu fico sempre preocupada mais com os profissionais, que muitas vezes tem ações equivocadas.

Essas ações remetem ao que Elias & Scotson (2000) sinalizaram entre os grupos denominados estabelecidos e *outsiders*, nos quais os estabelecidos se esforçam para manter as práticas já existentes, e os *outsiders* buscam trazer outras

práticas para melhorar a sua situação. Assim, os estabelecidos colocavam os *outsiders* em um lugar de inferioridade e menor valor.

A relação das acolhidas com a punição e com atos violentos, como mencionam Carinhanha & Penna (2012), parece estar naturalizada pelo contexto psicossocial que fez parte da história vivida nos ambientes intrafamiliar e comunitário antes do acolhimento. Para os profissionais entrevistados, atuantes complexos, as intervenções de punição, que aparecem nas entrevistas, fazem alusão aos modelos anteriores, orientados pelo princípio de reparo social, que visa ao afastamento de grupos delinquentes da sociedade.

A punição também está entre uma das maneiras de castigar a jovem pela condição “imoral” de sua gestação. Esse modelo de intervenção reproduz símbolos e identificações que a jovem outrora vivenciou socialmente, não sendo considerada uma ação com efeitos favoráveis à sua resiliência, mas que parece naturalizada para a acolhida.

A crença de que a criança que possui uma família de origem com vínculos fragilizados ou rompidos tem menor valor social que aquelas que estão em famílias supostamente bem-estruturadas ainda pode estar enraizada em muitos profissionais. Essa convicção justifica e acaba por legitimar a exploração a muitas crianças que estão acolhidas.

As crianças sem família valem menos do que as outras. O fato de explorá-las sexual ou socialmente não é um crime tão grave, porque esses pequenos seres abandonados não são realmente crianças. Algumas pessoas pensam assim (Cyrulnik, 2005, p. 2).

No paradigma da simplificação, Morin (2012) destaca o reducionismo e a simplificação como sustentação de verdades absolutas e imutáveis. O método de compreensão sobre determinada situação está fundamentado na fragmentação dos saberes, fortalecendo as especialidades de cada setor envolvido. O paradigma da simplificação não compreende um sistema dinâmico, de trocas mútuas e contínuas. Assim, a sistematização desse método está baseada em um sistema fechado, valorizando cada organismo e o compreendendo separado de seu contexto ampliado.

Em um sistema fechado, objetiva-se padronizar e homogeneizar as intervenções, fazendo com que cada setor ou dispositivo seja responsável por uma ação específica, fato que desconsidera a corresponsabilidade entre os diversos setores e saberes e, conseqüentemente, não valoriza a singularidade dos sujeitos envolvidos. Assim, as práticas cotidianas fundamentadas nesse modelo mantêm intervenções fragmentadas que mutilam a potência criadora do sujeito e o decompõem em partes completamente distintas.

As práticas fundamentadas por lógicas reducionistas não contemplam o sujeito em sua integralidade. No caso das mães adolescentes, as reinserções familiares acabam sendo malsucedidas, fazendo com que muitas jovens retornem para o acolhimento logo após a tentativa de reintegração.

A partir da experiência do pesquisador participante, em visitas domiciliares nas famílias das acolhidas, o autor identifica diversas barreiras para a construção de uma reinserção familiar das mães adolescentes. Entre esses impedimentos, podemos apontar que os vínculos familiares, na maioria das vezes, estão esgarçados. As famílias vivem em condições muito precárias e encontram no acolhimento um espaço que substitui a responsabilidade da família no suporte para o desenvolvimento de seus filhos. Ainda, acreditam que o acolhimento institucional funciona como internato, onde as adolescentes podem permanecer acolhidas até sua vida adulta, entendendo que a adolescente, após ter um filho, tem total capacidade de seguir sua vida sozinha, mesmo que em situações precárias, não muito diferentes de tudo que vivenciaram no percurso de suas vidas.

O autor identificou nas casas das famílias das acolhidas espaços completamente insalubres, porém habitados por grande número de pessoas, que vivem em condições surpreendentemente precárias, com ausência de estruturas físicas e psicológicas para promover o cuidado e a segurança familiar. A carência de saneamento básico, a falta de espaço, o difícil acesso, a limitada noção dos membros familiares em relação à higiene e aos direitos sociais, o uso de álcool e outras substâncias psicoativas no cotidiano, o envolvimento dos jovens rapazes com o tráfico e a violência intrafamiliar e comunitária estão entre os elementos da precariedade das famílias visitadas.

Para uma reinserção familiar ser positiva na vida das mães adolescentes, tais impasses precisam ser desconstruídos. Quando não é possível essa desconstrução, novos arranjos precisam ser criados artesanalmente. Esse tipo de intervenção não é possível a partir de modelos rígidos e preestabelecidos, que não consideram a complexidade da vida social das acolhidas.

Outra situação, que foi muito destacada nas entrevistas e vivenciada no decorrer da pesquisa, consiste no desligamento compulsório quando a jovem mãe completa a maioridade. A partir desse fato, muitos profissionais traçam uma divisória simbólica entre a vida adolescente e a vida adulta, que é representada por ações concretas de desamparo. A mãe adolescente, sem ter vínculos familiares estabilizados para recebê-la e apoiá-la, submete-se a viver em espaços possíveis, como a casa de um parceiro sexual, trocando um teto por favores sexuais para não ficar exposta na rua e perder a guarda de seu(s) filho(s). Outras jovens, não suportando tal realidade, acabam vivendo na rua, expondo-se aos riscos urbanos, e conseqüentemente, destituídas do poder familiar de seu(s) filho(s). São essas, algumas situações decorrentes de práticas desintegradas e descontinuadas com outros participantes do mesmo processo.

A escassez de ações integradas está relacionada aos sistemas fechados, que estão relacionados àquelas relações mais rígidas, fixadas em modelos políticos padronizados, estabelecidos por um saber unilateral e hierárquico, como o exposto por Mendes (2008), ao questionar a lógica piramidal do antigo modelo de políticas de saúde pública no Brasil. Morin (2012) denomina esse modo de conduzir as coisas como pensamento cego, pois age automaticamente, sem perceber o que está à sua volta.

De acordo com Mendes (2008), articulando com as contribuições de Morin (2012), o modelo piramidal exerce uma hierarquia centralizadora e incompatível à construção de um sistema que garanta saúde integral para a população. O autor aposta em um sistema que investe em uma relação horizontal, construída por redes de articulações e trocas de saberes, fazeres e outras experiências, conseqüentemente, favorecendo a transversalidade e apresentando a ideia de um sujeito que precisa ser respeitado em sua integralidade. Essa integralidade está composta por partes que se articulam e são interdependentes entre si, não sendo

possível promover a integralidade sem reconhecer o contexto de cada parte no todo.

4.3

A potência criadora nas práticas contextualizadas

O acolhimento institucional para mães adolescentes é caracterizado como uma instituição social, ou seja, construído pela sociedade, e propõe uma intervenção na vida de mães adolescentes em situações precárias de vida a partir de uma participação efetiva na construção de seu futuro. A experiência que muitas dessas jovens tiveram ao viver em situação de rua, na maioria das vezes, após vivenciarem situações de violações de seus direitos, pode ser considerada uma transição ecológica²⁸, que proporcionou maior identificação com a cidade, com a rua e com diversos territórios. O momento de uma gestação e a chegada de um filho configuram-se como mudanças de contexto ecológico. Um período de significativas transformações em seu ambiente é reconhecido na ocasião do acolhimento institucional, que pode ser um marco positivo em sua trajetória se for capaz de valorizar as identificações e o contexto psicossocial da acolhida, contribuindo significativamente para construção de potências criadoras para novos arranjos sociais.

Não se pode negar que muitas dessas adolescentes não possuem estruturas socioeconômicas favoráveis para saírem do acolhimento e seguirem uma vida menos fragilizada que aquela que levavam anteriormente. Também não se pode negar a falta de instituições e/ou recursos públicos, que, após a saída da mãe adolescente, deem continuidade ao suporte necessário nos primeiros momentos fora da instituição de acolhimento.

O lugar social das mães adolescentes em situações precárias de vida e de seu(s) filho(s), ao saírem da instituição de acolhimento, parece constituir um

²⁸ “Ocorre uma transição ecológica sempre que a posição da pessoa no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente, ou ambos” (Bronfenbrenner, 1996, p. 22).

limbo social, lugar este de indefinição e incertezas, distante da noção tradicional de família e da experiência que vivenciaram no acolhimento. Essas adolescentes, quando acolhidas em uma instituição que promove certo suporte psicossocial, podem vislumbrar outras possibilidades de vida e de interação social.

A partir de estudos realizados, as adolescentes menos favorecidas podem ver na gravidez uma forma de ascender socialmente, por meio da promoção e o reconhecimento social na família e na sociedade, reforçando a ideia de ser “alguém na vida” (Patia et al., 2011). O filho pode significar um bem adquirido, possibilitando a essa jovem ter um *status* diferenciado em seu contexto social. As ações das adolescentes são fundamentadas na possibilidade de proporcionarem um futuro melhor para seus filhos e na conquista de um lugar social que antes não estava bem definido.

As práticas cotidianas contextualizadas permitem a participação social da jovem em uma obra social criadora, pois as intervenções de uma instituição de acolhimento podem oferecer subsídios para a mãe adolescente alcançar a cidadania insurgente (Holston, 2013) e a capacidade de remodelar a realidade a partir de uma perspectiva ecológica, compreendendo melhor os ambientes concretos que circundam sua vida.

A cidadania insurgente, na contemporaneidade, consiste na abertura para maior acessibilidade aos menos abastados à garantia de direitos, a partir das transformações em suas práticas sociais cotidianas e esclarecimentos obtidos em novos contextos ecológicos, que contradizem as formas tradicionais de governo e promovem desenvolvimento social. Essas novas ações representam uma ruptura entre o modo de agir da pessoa antes e depois de conhecer e receber apoio para alcançar seus direitos e novos princípios de vida em sociedade.

Holston (2013), ao realizar uma análise da cidadania insurgente no Brasil, apresenta, a partir do cotidiano em uma grande metrópole, as recentes transformações sociais na vivência da cidadania. As transformações sociais atreladas às mudanças no ciclo da vida de cada pessoa, entre tantas outras transições, constroem um complexo de sistemas e contextos ecológicos, que estão em interação contínua.

Há, de acordo com Holston (2013), a cidadania desigual, que pode ser contestada a partir da cidadania insurgente, que surge por meio das modificações sociais. A primeira consiste na cidadania para uma parcela específica da população, às elites; privilegiando os mais abastados. Neste caso, a maior parte dos direitos instituídos está disponível apenas para tipos específicos de pessoas. Essa cidadania é chamada também de diferenciada, por promover as distinções entre classes a partir de símbolos de diferenciação “acordados” socialmente. Entre essas disparidades estão: as diferenças de propriedade, educação, raça, gênero e religião. A cidadania desigual potencializa a “sociedade” apresentada por Ribeiro (2000), que considera sociedade apenas a parcela mais rica, enquanto a parte mais pobre seria uma subsociedade.

A mãe adolescente acolhida pode superar a situação de precariedade a partir dos novos elementos sociais apresentados para ela no ambiente do acolhimento institucional. De acordo com a teoria de Bronfenbrenner (1996), a instituição de acolhimento faz parte de um sistema de interação contínua com outros múltiplos ambientes, que fortalecem e/ou interferem no desenvolvimento. Entre esses outros ambientes pode-se apontar a rede de instituições sociais, como: Escolas, Unidades de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Atenção Psicossocial e as Políticas Públicas, que, mesmo sendo ambientes distantes da realidade concreta da adolescente acolhida, podem ser entendidos como partes do macrossistema que intervém significativamente no desenvolvimento da adolescente.

De acordo com Holston (2013), essas novas posturas em uma magnitude ampliada abalam tanto o Estado como a sociedade, desestabilizando os privilegiados. Esse fenômeno se dá a partir do momento em que o sujeito se apropria de suas ações, da sociedade e da cidade, com sentimento de pertencimento, que promove o empoderamento social a partir do direito de usufruir de bens sociais. É por meio desse movimento que o autor apresenta a condição de cidadãos insurgentes que transformam a cidade/sociedade de transições em transições, na condição de construtores, fundamentados em experiências e contextos da vida cotidiana.

A partir da transição do antigo contexto, de rua ou de violação de direitos que a mãe adolescente sofreu, para o ambiente atual, que é o acolhimento

institucional, chama-se a atenção para uma mudança de contexto que pode ser radical, como diversas transformações que acontecem no percurso da vida de todas as pessoas. Mudanças estão previstas para toda a vida, como aquelas que acontecem continuamente desde o nascimento, que consistem nos ciclos vitais do desenvolvimento humano. Bronfenbrenner (1996) denominou essas mudanças como transições ecológicas, que consistem nas modificações dos ambientes e no papel social de cada sujeito, que acontecem durante todo o percurso da vida. Para o autor,

o desenvolvimento humano é o processo através do qual a pessoa desenvolvendo adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo (Bronfenbrenner, 1996, p. 23).

As práticas contextualizadas podem garantir a relação entre os ambientes em que as acolhidas circulam ou circularão ao serem desligadas. Essa interação faz toda a diferença, pois reconhece a importância da rede de apoio social, e elementos entre os ambientes são trocados, favorecendo que a mãe adolescente reconheça e se identifique com outro lugar, promovendo uma possível autonomia para a acolhida e potencializando seu desenvolvimento. Práticas descontextualizadas, em vez de apoiar, perturbam o processo de desenvolvimento e interrompem a possível autonomia criadora.

É a partir dessa possível autonomia que a mãe adolescente se torna participante criadora de uma obra social (Lefebvre, 1969). Essa obra social pode ser considerada toda e qualquer atividade que envolve direta ou indiretamente o coletivo, como a construção e manutenção de uma cidade ou sociedade. No caso da mãe adolescente acolhida, as práticas contextualizadas se constituem em uma obra social, pois são fundamentadas a partir de elementos provenientes de todos os participantes do processo, em um movimento vivo e ininterrupto.

A mãe adolescente como cidadã faz parte do coletivo urbano e “tem necessidades de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’” (Lefebvre, 1969, p. 97). O autor, ao discutir o

direito à cidade a partir de uma visão humanista, apresenta o cidadão como parte fundamental da *pólis*, do bairro, do condomínio. É nesse contexto que a atenção psicossocial é apontada nesta dissertação como relevante, por considerar o sujeito em seu território subjetivo.

O território com o qual a mãe adolescente se identifica, como seu bairro, a praça que frequenta, o circuito social, para além daquele que está predeterminado pelo “bom gosto”, precisa ser considerado. A partir da identificação e sentimento de pertencimento a outros espaços sociais além da família de origem ou ambiente que a violou, a mãe adolescente acaba por participar da criação e manutenção de sua vida, seus territórios, sua cidade e de toda a sociedade.

Por meio de uma perspectiva criadora, a partir da construção de ações conjuntas entre os participantes do processo de acolhimento, inicia-se uma obra social. Essa participação traz para o campo do simbólico a construção do sentimento de pertencimento, que potencializará a continuidade da relação de confiabilidade entre a jovem e a sociedade.

5

Reflexões finais

Esta dissertação, ao realizar uma análise sobre as práticas cotidianas na instituição de acolhimento e sobre a concepção de reinserção familiar dos participantes, tendo como ferramenta principal de estudo os elementos do contexto psicossocial da mãe adolescente acolhida, aponta que as práticas, quando estão fundamentadas em princípios que reconhecem a complexidade e a singularidade de cada caso, abrem possibilidades de implementação de uma política que entende o sujeito a partir de sua integralidade e de seu contínuo processo de desenvolvimento psicossocial. O contrário disso mutila a singularidade do sujeito e o impede de entrar em contato com sua realidade, minimizando as possibilidades de resiliência.

Muitas questões são construídas no decorrer de um trabalho dissertativo, principalmente quando está relacionado a questões humanas e sociais. Há inúmeras fragilidades a serem superadas para a efetivação e construção de políticas públicas que garantam uma assistência de qualidade para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Nas situações específicas estudadas nesta dissertação, o impacto do acolhimento/abrigo, no desenvolvimento psicossocial de mães adolescentes e seus filhos, não precisa estar marcado pela angústia do abandono, mas pela superação e acesso a direitos sociais.

Entre as fragilidades, a dificuldade em promover a atenção continuada às mães adolescentes quando completam a maioridade, as intervenções descontextualizadas à situação da(o) acolhida(o) e a desarticulação da rede intersetorial estão entre os principais fatores que mantêm a vulnerabilidade de mães adolescentes acolhidas e suas famílias. Esses obstáculos são tanto consequências das dificuldades vividas em suas famílias de origem quanto pela perda desse ambiente e, posteriormente, da adaptação nas ruas e/ou acolhimento institucional, seguida da saída compulsória da instituição, espaço em que, na maioria das vezes, se construiu vínculos significativos.

As mães adolescentes acolhidas, na maior parte dos casos, desenvolveram-se em contextos precários. Historicamente, essas jovens, antes de estarem acolhidas, viviam desvinculadas das instituições que têm por função garantir e legitimar seus direitos sociais. A reinserção familiar ultrapassa o simples retorno a casa e (ou) ao bairro, consistindo na ampliação do acesso da acolhida e de sua família aos seus direitos sociais, a partir da (re)integração e (re)invenção de sua relação com as instituições sociais. Essa relação, quando contornada pelas orientações legais, torna possível a adolescente acolhida acessar de maneira mais completa o sistema social de direitos.

Entre as principais práticas que contribuem para a função socioprotetiva de mães adolescentes está a articulação intersetorial, uma vez que uma rede de apoio social propicia um conhecimento mais ampliado dos elementos que compõem a vida da acolhida. Como consequência desse conhecimento, as ações podem ser mais contextualizadas. Assim, é possível favorecer a proteção social das acolhidas e de suas famílias.

Outro elemento fundamental para a implementação de ações que garantam uma assistência contextualizada consiste no posicionamento ético dos participantes do processo de acolhimento, fundamentados nas orientações legais já existentes. É a presença viva do profissional, disposto intencionalmente a construir caminhos possíveis para (re)estabelecer o vínculo da adolescente acolhida e sua família às instituições e direitos sociais, que media a reinserção familiar. A reparação aos danos causados pela precariedade, inacessibilidade e violação dos direitos das acolhidas pode ser iniciada a partir da retomada da relação da cidadã com as instituições públicas e direitos sociais, como, por exemplos, Escola/educação, Atenção Básica/saúde, CAPS/atenção psicossocial, Vila Olímpica/esporte e lazer.

Com a experiência cotidiana no acolhimento institucional, percebe-se a importância da capacitação dos profissionais e de diversos dispositivos para que se construa uma prática de cuidado compartilhada, pois, ao se buscar uma articulação entre a rede para o atendimento de mães adolescentes acolhidas, ainda são encontradas ações de cunho preconceituoso, ausência de sensibilidade e de um olhar mais amplo. Esses obstáculos são apontados como ausência de qualificação

dos profissionais e concepções incoerentes à implementação das políticas de proteção integral.

Ao considerar as múltiplas formas de construir o processo de acolhimento e a reinserção familiar e, ao mesmo tempo, respeitar os diferentes contextos psicossociais das acolhidas, os profissionais do acolhimento institucional juntamente com a rede de apoio social abrem espaço para uma diversidade de arranjos possíveis, fortalecendo a implementação de todas as modalidades de acolhimento. Importante frisar que já estão instituídas políticas públicas que favorecem uma assistência integral a crianças e adolescentes, principalmente àqueles em situações de vulnerabilidades. Há necessidade de implementá-las, segui-las passo a passo, para então reajustá-las.

A proteção intersetorial formada em uma rede de apoio social pode ser uma ferramenta capaz de potencializar a população mais pobre na função parental e impedir que a tendência jurídica da destituição familiar, de crianças filhas de adolescentes, seja estimulada ou mantida. O contrário disso, a falta ou ausência de comunicação entre os setores, revela a descontinuidade do processo de proteção e a destituição familiar dos filhos das acolhida, principalmente quando a adolescente completa a maioridade.

Ainda, relacionado ao campo da intersetorialidade, para uma intervenção preventiva no contexto psicossocial de mães adolescentes, é importante a articulação entre as instituições que promovem os direitos sociais e as instituições da educação. A maior parte das mães acolhidas evadiu-se da escola antes de engravidar, tendo sido comprovado que o nível de escolaridade interfere no posicionamento social, assim como na inserção ao mercado de trabalho.

Ao implementar as políticas públicas já existentes, a mãe adolescente, ao ser acolhida, pode receber mais suporte para a superação de suas fragilidades sociais. Esse suporte, amparado nas orientações legais, está entre as ferramentas que minimizam os problemas acarretados pela reinserção familiar malsucedida e pela “síndrome dos dezoito”²⁹, como nomeia uma participante da pesquisa ao

²⁹ A síndrome dos dezoito é um termo utilizado por uma educadora para exemplificar a angústia das adolescentes ao se aproximar da maioridade. De acordo com o relato da educadora: “É uma coisa que preocupa muito a gente, tem até uma frase recorrente lá, que é a síndrome dos dezoito”.

relatar sobre as angústias da mãe adolescente prestes a completar a maioridade e não ter para onde ir. Na maioria das vezes, as reinserções são malsucedidas por não valorizarem o contexto psicossocial da acolhida e pelas ações não estarem respaldadas nas políticas públicas instituídas.

O ambiente institucional é marcado, historicamente, por intervenções padronizadas e coletivas, com práticas cotidianas arbitrárias e disciplinares, o que enfraquece a reflexão do acolhido, além de acabar sendo naturalizado como a melhor forma de acolher. Esse modelo de intervenção inibe as inovadoras ações instituídas legalmente, principalmente quando essas orientações não estão amplamente divulgadas e sabidas pelos educadores e agentes como parte desse processo.

Com a análise do contexto psicossocial das mães adolescentes acolhidas, foi possível perceber que uma visão integral direcionada a elas possibilita ao profissional e ao pesquisador a compreensão da situação de forma mais real. Assim, percebe-se que as necessidades e fragilidades são ainda maiores, mas que os desafios podem ser vencidos a partir da implementação de toda a política de proteção social a crianças, adolescentes e jovens. Pois, com a implementação de apenas alguns fragmentos da política instituída para a proteção especial, somente algumas das necessidades serão supridas e a concepção de política integral para um sujeito inteiro em seu contexto psicossocial falhará.

Quando, por exemplo, a mãe adolescente completa dezoito anos, dentro da instituição de acolhimento, ela precisa ser desligada para reinserção familiar ou transferência para um outro equipamento. Se estes se encontram sem a devida articulação com a primeira instituição de acolhimento e/ou sem condições para dar continuidade ao processo de socioproteção já iniciado, corre-se o risco de se fragilizar ainda mais a situação da jovem. Nesse caso, é reconhecida a importância da implementação de toda a política pública instituída para essa população, como a efetivação de Repúblicas, que seriam espaços mais condizentes com a realidade psicossocial de mães adolescentes e de jovens ao completar a maioridade em acolhimentos institucionais.

Os obstáculos na construção da rede de apoio social representam um grave problema, o enfraquecimento de ações realizadas no acolhimento e a perda de

sentido de todo o processo realizado até a saída da adolescente. Assim, do ponto de vista mais complexo/amplo, se o acolhimento institucional não reconhecer a rede ampliada de apoio social como o continente do processo de proteção, a falta de comunicação, articulação, integração e coesão entre os profissionais de diferentes equipamentos serão sempre como um grande fantasma que assombra a proteção social de crianças, adolescentes e jovens.

O conhecimento sobre a atual política, que promove a socioproteção especial, contribui para a implementação de ações mais contextualizadas. Porém, muitos atuantes nos setores que promovem a proteção aos acolhidos ainda não conhecem as políticas instituídas. Essas políticas propõem um cuidado integral, mas, para que esse cuidado seja executado, há a necessidade da implementação de todas as modalidades de assistência, além da manutenção desses equipamentos por agentes conhecedores dos fluxos legais.

A proteção social de mães adolescentes e seu(s) filho(s), que tiveram seus direitos violados, está intrinsecamente relacionada à capacidade de as instituições sociais reconhecerem os contextos psicossociais dessas jovens, potencializando e instrumentalizando-as para uma vida de bem-estar social, não de acordo com os modelos protocolados das instituições, desconexos da realidade da jovem, mas ancorados nos Direitos Humanos e respeitando a singularidade de cada acolhida. Assim, os acolhimentos institucionais necessitam estar com os direitos e orientações legais incorporados em seu cotidiano de intervenções.

Outra necessidade, para alcançar uma proteção continuada, está na implantação de um sistema de informação e registro, que archive a situação de cada caso e como se deu sua evolução, com a finalidade de resgatar as informações por qualquer agente interventor, dispositivo e até por pesquisadores. A sistematização das informações pode ser uma potente ferramenta para a continuidade dos projetos construídos em cada caso; a falta dela, além de ser um dos impasses para a compreensão do histórico das acolhidas, pode ser considerada como um significativo impedimento para a promoção de políticas públicas de proteção social.

O modelo exclusivo de registro de cada instituição não favorece a troca de informações entre os diferentes setores. Uma jovem acolhida, por exemplo, faz

acompanhamento no Acolhimento Institucional, na Atenção Básica, na Educação e, muitas vezes, em outros diferentes órgãos públicos, como o CAPSi e a Casa Viva.

A sistematização dos dados levantados pelas diversas instituições pode garantir o cruzamento das informações e promover a articulação, a comunicação, a integração e a coesão entre os participantes do processo de proteção social. Sem a sistematização, cada instituição segue um projeto terapêutico, a partir das mínimas informações que colheu da jovem, assim, fragmentam-se as ações e o sujeito. Esse tipo de intervenção, por não conhecer a complexidade psicossocial do caso, pode conduzir suas ações por meras idealizações baseadas em seus próprios princípios, e não pelas políticas legais que orientam as intervenções com adolescentes que estão sendo protegidas pelo sistema de proteção especial da assistência social.

Há uma idealização de uma família “preparada” e disposta a receber a mãe adolescente, que muitas vezes prevalece nas intervenções de instituições públicas, por não conhecerem os elementos psicossociais da acolhida e não encontrarem subsídios para uma intervenção eficaz. Esses profissionais, nem sempre apresentam condições laborais para exercerem as suas funções de promotores da proteção social de casos excepcionais, de adolescentes que tiveram seus direitos violados. Ao se deparar com a realidade dos casos, tendo acesso aos possíveis caminhos indicados pelas políticas públicas existentes, a idealização de uma família tradicional para a mãe adolescente acolhida pode ser desmontada.

Logo nos primeiros encontros entre as acolhidas, seus familiares e os profissionais das instituições envolvidas, já é possível iniciar um projeto terapêutico para todos os envolvidos. Construir esses projetos com base na situação psicossocial da protegida e de seus familiares pode garantir maiores chances de instrumentalização social e de saída bem-sucedida da instituição, fundamentadas na situação social individual, e não na coletiva e padronizada institucionalmente.

O acolhimento institucional pode estar entre as instituições complementares para o desenvolvimento integral e ecológico de mães adolescentes, principalmente quando elas não construíram ou encontraram, em

sua trajetória de vida, contextos suficientemente bons para promover o apoio necessário para a superação de momentos de vulnerabilidades diversas.

A dinâmica de um acolhimento institucional deve estar engendrada por diversas práticas cotidianas, que estão intrinsecamente relacionadas às orientações legais. É a partir dessas práticas que se promove a instrumentalização e a reparação dos danos sociais vividos pelas acolhidas.

Quanto aos problemas relativos à concepção de reinserção familiar, percebe-se que, para os profissionais entrevistados, os atuantes complexos, a reinserção familiar está para além daquele modelo rígido e literal. Não podemos deixar de enfatizar a existência da importante relação entre as concepções sobre reinserção familiar com as práticas de desligamento compulsório da jovem mãe ao completar a maioridade. A partir de uma concepção rígida e arbitrária, deixamos de visualizar novas propostas; e por meio de uma visão ampliada e complexa se pode potencializar a melhoria da vida de mães, que outrora foram violadas em seus direitos.

Aos atuantes é possibilitada a busca de diversos arranjos e manejos capazes de sustentar os projetos das acolhidas, nas novas etapas da vida social. Mesmo em meio a esse modelo ampliado, muitas vezes as/os profissionais (atuantes complexos) permanecem a ocultar essas práticas, por não terem a clareza da integralidade das orientações legais (Brasil, 2006b), e, conseqüentemente, não buscam a implementação dessa política. Contudo, valorizam, dentro do possível, princípios que constroem ações personalizadas a cada sujeito.

Um projeto terapêutico legal pode ser visto como ilegal por falta de entendimento da concepção política sobre reinserção familiar. Trazer visibilidade para o plano de ação instituído legalmente significa valorizar e legitimar as ações legais já existentes e dar seqüência à instrumentalização para a vida de adolescentes no acolhimento e no pós-acolhimento.

Desse modo, percebe-se que até mesmo a partir de um saber entendido como “senso comum” é possível promover intervenções que valorizem a diversidade e a não discriminação, o que ocasiona um atendimento personalizado e individualizado, além de oferecer uma relação de respeito à independência da

mãe adolescente. Intervenções como essas são mais favoráveis para conceber a função de proteção de um acolhimento institucional, que, para muitas mães adolescentes, na situação em que se encontram, pode ser o único espaço capaz de promover a sua proteção, instrumentalização e conseqüentemente a sua sociabilidade.

As famílias e as acolhidas vivem um processo complexo e carecem de muita sensibilidade e ações contextualizadas. Quando a reinserção familiar não for favorável, há outros arranjos que podem ser construídos. É com essa proposta que se vislumbra o acolhimento institucional e a rede de apoio social como capazes de complementar, de forma significativa e contínua, o processo de desenvolvimento psicossocial na vida de mães adolescentes acolhidas.

A pesquisa realizada dentro do contexto ecológico, no espaço imediato onde as mães adolescentes estavam vivendo, ajuda-nos a afirmar a tese de Urie Bronfenbrenner (1996) e de um lugar quase que comum na ciência do comportamento humano: que o desenvolvimento do homem consiste em um produto da interação entre o organismo humano e seu meio ambiente. A ideia de considerar os diferentes contextos e a complexidade na vida das acolhidas não parecia tão extraordinária, até que percebemos o quanto essa ideia estava sendo ignorada ou pouco considerada nas práticas cotidianas do acolhimento institucional.

O maior desafio está na continuidade das propostas políticas que buscam a garantia do acesso e respeito à diversidade e não discriminação, na oferta de atendimento personalizado e individualizado e na prática ao respeito à autonomia da(o) adolescente acolhida(o).

Esta dissertação aponta elementos do contexto psicossocial das mães adolescentes acolhidas que revelam históricos de violações de seus direitos, incluindo o rompimento de vínculo com a família de origem. Porém, é possível, a partir de investimentos em outros arranjos legais, possibilitar novas formas de constituir famílias. A violação dos direitos de crianças e adolescentes precisa ser considerada para a construção de um projeto terapêutico psicossocial. A partir desse entendimento, o substantivo negligência, de modo isolado, não contribui para apresentar o contexto psicossocial das acolhidas.

Muitos casos de adolescentes acolhidas têm como justificativa a negligência, porém essa classificação dificilmente aponta em que situação a adolescente foi negligenciada. O abandono, por exemplo, é um tipo de negligência; a devolução de crianças adotadas pode ser caracterizada como uma negligência; a conclusão a que se chega, é que de fato nada se revela da vida do acolhido ao apresentar como consequência de um acolhimento institucional a negligência descontextualizada. Não é possível promover proteção social sem saber ao menos em que contexto psicossocial aquele acolhido foi negligenciado.

Há inúmeros arranjos nas práticas de profissionais para atender às demandas reais das acolhidas, porém ainda existem muitas intervenções estabelecidas que são descontextualizadas com a situação social dessas mães e que precisam ser enfrentadas.

O acolhimento institucional para mães adolescentes pode promover proteção e sociabilidade para a acolhida e sua família, desde que considere a especificidade de cada contexto e contribua para a implementação de dispositivos e ações de continuidade ao suporte para essas jovens e seus filhos. É notória a ausência de instituições e redes de apoio após o acolhimento, essa lacuna pode ser considerada um dos maiores desafios a ser enfrentado pela gestão municipal.

Os vínculos cotidianos na instituição de acolhimento, sem interesse em potencializar a proteção integral, podem ser configurados como um tipo de intervenção descontextualizada, fomentando a construção de um contexto traumático para a acolhida. As práticas contextualizadas não interferem diretamente na precariedade econômica, mas, sim, no contexto emocional e nos vínculos afetivos construídos no percurso da vida da acolhida. As relações interpessoais na instituição de acolhimento, quando contornadas por interesses em promover um desenvolvimento psicossocial singularizado, promovem elementos que potencializam a resiliência.

Contudo, esta dissertação vem afirmar que é possível, a partir do acolhimento institucional e de uma rede de apoio social, superar as práticas que não valorizam a história de vulnerabilidade dessa população e potencializar as possibilidades de encontrar resiliência e reparação psicossocial em meio a tantas violações. Para ampliar as possibilidades de reparação e resiliência, sugerimos as

seguintes propostas: valorizar na intervenção de cada instituição envolvida a relação entre família, acolhida e instituições; ampliar as ações que evidenciam a convivência entre a acolhida, sua família e seu ambiente comunitário; aprimorar as ações intersetoriais, de articulação e de sistematização de dados, entre os equipamentos públicos envolvidos; ampliar o acesso e a participação popular nas decisões institucionais que promovem os direitos sociais de incapazes, como os bebês; e potencializar projetos de educação permanente para profissionais e atuantes diversos no processo de proteção social, no sentido de ampliar e disseminar o conhecimento, assim como construir as políticas públicas e orientações legais.

Ainda nessas considerações, cabe ressaltar que a discussão em pauta não se encerra aqui, que esta pesquisa consiste em uma provocação para um olhar mais aprofundado em relação aos direitos sociais de mulheres mães na adolescência. A continuidade dessa discussão tem sido possibilitada pelos movimentos sociais que alcançaram lugar em instituições públicas e universidades. No atual contexto político social de nosso país, algumas forças reacionárias insistem em podar da árvore coletiva os frutos que são a garantia do bem-estar social de todos. É necessário que haja agentes que busquem enfrentar o modelo tradicional político, apresentando os novos arranjos e os mais contemporâneos saberes, objetivando construir uma sociedade que respeite os menos favorecidos e que os possibilite exercer as suas singularidades.

Em nome da construção de uma política mais democrática, que enfrente e busque eliminar a lógica do confinamento que desrespeita e exclui as mães adolescentes, esta dissertação é “concluída” afirmando a urgência da implementação, de uma vez por todas, de equipamentos que integrem saberes e serviços, promovendo um cuidado integral a partir da atenção psicossocial, caracterizando, assim, uma assistência que cuida em liberdade e respeito.

6

Referências bibliográficas

ALMEIDA, N. M. C. **Labirintos e mosaicos: institucionalização da infância com deficiência**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012.

ALTOÉ, S. **Menores em tempo de maioria: do internato-prisão à vida social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ALVES, J. E. D. A fecundidade na adolescência no Brasil. In: **EcoDebate, Cidadania & Meio Ambiente**, 2014. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/05/16/a-fecundidade-na-adolescencia-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ALVES, C. A. BRANDÃO, E. R. Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.2. v.14, p.661-670, 2009.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2007.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Eichman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P. **Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional e Familiar**. Hucitec. São Paulo. 2013.

AZOR, A. M. G. C. C. V. **Abrigar... Desabrigar: conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização/desinstitucionalização de abrigos**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Federal de Uberlândia. 2005.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. (Digital Source). Disponível em: <<http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 2011.

BIGNOTTO, N. Das barricadas à vida privada. **Rev. Nova Economia**, Belo Horizonte, n.16, v. 3, p. 459-480, 2006.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 1993.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora MS, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília. 1990.

_____. Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Presidência da República e Casa Civil**. Brasil. 2000.

_____. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**. Brasília. 2001.

_____. Portaria 336, de 19 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre as normas e diretrizes para organização dos CAPS. **Diário Oficial da União**. 2002.

_____. Portaria 1.608, de 3 de agosto de 2004. Constitui o Fórum Nacional sobre Saúde Mental de Crianças e Adolescentes. **Diário Oficial da União**. 2004.

_____. Ministério da Saúde. **Caminhos para uma política de Saúde Mental Infantojuvenil**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Editora MS. Brasília – DF, 2005a.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Normas Operacionais Básicas. Sistema Único de Assistência Social. 2005b.

_____. Portaria 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**. 2006a.

_____. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Brasília: CONANDA, UNICEF. 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social. UNESCO. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2.ed. 2009.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Secretaria Nacional de Assistência Social. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Conselho Nacional de Assistência Social**. 2011.

_____. Portaria 854, de 22 de agosto de 2012. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Atenção à Saúde. **Diário Oficial da União**. 2012.

_____. **Orientações para elaboração do plano de acolhimento da rede de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. 2013.

BRITO, C. O.; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A. Processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições e acolhimento. **Temas em Psicologia**, v. 22, n.2, p.401-413, 2014.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

CAMPOS, E. A.; GARCIA, J. Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 95-104, jan./jun. 2007.

CARINHANHA, J. I.; PENNA, L. H. G. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigamento. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 20, p.68-76, jan./mar, 2012.

CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. C.; MAGALHÃES, C. M. C. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v.10, n.4, p.1147-1172, dez. 2010.

CECCONELLO, A. M. KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.16, n.3, p. 515-524, 2003.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **CNMP, CNJ e MDS estudam a unificação de dados sobre abrigos para crianças e adolescentes**. 2013. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/todas-as-noticias/1834-acao-integrada?highlight=WyJ1bmlmaWNhXHUwMGU3XHUwMGUzbyJd>. Acesso em: 05 out. 2015.

COSTA, M. V. Cartografando a gurizada da fronteira: novas subjetividades na escola. In: ALBUQUERQUE, J. D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 269-294.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Rev. Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, v. 2, n. 3, dez. 2005.

COUTO, M. C. V. **Políticas de saúde mental para crianças e adolescentes: especificidades e desafios da experiência brasileira.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____.; DELGADO, P. G. G. Intersetorialidade: uma exigência da clínica com crianças na Atenção Psicossocial. In: RIBEIRO, L.; TANAKA, O. Y. (Org.). **Atenção em Saúde Mental para crianças e adolescentes no SUS: contribuições para uma prática responsável.** São Paulo: Ed. Hucitec, 2010, p. 271-279.

CYRULNIK, B. **O murmúrio dos fantasmas.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DAFRE, S. G. **A realidade dos abrigos: descaso ou prioridade?** São Paulo: Zagodoni, 2012.

DAGNINO, E. **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, 2002.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2011.

DELGADO, P. G. Atendimento psicossocial na metrópole: algumas questões iniciais. **Cadernos IPUB**, n.14. Práticas ampliadas em saúde mental: desafios e construção do cotidiano. Rio de Janeiro: UFRJ,1999.

ELIAS, R. SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRA, J. Casa muito engraçada da música de Vinicius de Moraes existe de verdade. **Folha de S. Paulo**, Folhinha, publicado em: 19 out. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folhinha/2013/10/1358732-casa-muito-engracada-da-musica-de-vinicius-de-moraes-existe-de-verdade.shtml>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

FERNANDES, R. S. A maternagem em unidade de abrigamento: a relação entre mães adolescentes e seus filhos. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

FREIRE, T. CNJ discute unificação de dados sobre abrigos para crianças e adolescentes. **Conselho Nacional de Justiça**. [publicado em: 18 jan. 2013], 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/59724-cnj-discute-unificacao-de-dados-sobre-abrigos-para-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 05 out. 2015.

GONDIM, L. M. P.; LIMA, J. C. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso.** São Carlos: EduFSCar, 2006.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HESSEL, S.; MORIN, E. **O caminho da esperança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IANNELLI, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 39-48, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de Fecundidade Total – Brasil – 2000 a 2015. **Brasil em Síntese**. 2013. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica Aplicada. **Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC**. 2004. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/IPEA_Levantamento_Nacional_de_abrigos_para_Crianças_e_Adolescentes_da_Rede_SAC.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LEFEBRNE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Rev. Ter. Ocup.** Universidade de São Paulo, v. 22, n. 2, p. 191-199, 2011.

LYRA, R. M. S. **Consumo, comunicação e Cidadania**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/321>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

MCA. Módulo Criança e Adolescente. **16º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro**. 2016. Disponível em: <<http://mca.mp.rj.gov.br/16o-censo-2/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. **Revista de Med de Minas Gerais**. V. 18 (sup4), p.3-11, 2008.

MEYER, D. E.; KLEIN, C.; FERNANDES, L. P. Nocões de família em políticas de “inclusão social” no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.20. p. 433-449. maio/ago 2012.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011, p.

MIOTO, R. C. T. Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. **Katálisis**, v.2, p. 20-26, 1998.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MOREIRA, M. C. N. MACEDO, A. D. O protagonismo da criança no cenário hospitalar: um ensaio sobre estratégias de sociabilidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, n.14, v.2, p. 645-652, 2009.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

_____. **Como viver em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

NASIO, J. D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicot, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

OLIVEIRA, A. C. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo: consequências para as famílias**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.15, n.4, p. 813-844,1999.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças**. UNICEF. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1989.

PATIAS, N. D.; GABRIEL, M. R.; WEBER, B. T.; DIAS, A. C. G. Considerações sobre a gestação e a maternidade na adolescência. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, São Paulo, v.19, n.1-2, p. 31-38. 2011.

PENNA, L. H. G.; CARINHANHA, J. I.; MARTINS, V. V.; FERNANDES, G. S. A maternidade no contexto de abrigo: concepções das adolescentes abrigadas. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 544-548, 2012.

_____. FERNANDES, R. S.; GUEDES, C. R.; SANTOS, U. P. P.; FERNANDES, G. S.; SOARES, B. Y. Concepção de profissionais de unidades de acolhimento sobre a maternidade em adolescentes abrigadas. **Rev. Rene**, v.13, p. 44-52, 2012.

_____. CARINHANHA, J. I.; RODRIGUES, R. F. Violência vivenciada pelas adolescentes em situações de rua na ótica dos profissionais cuidadores do abrigo. **Rev. Eletrônica de Enfermagem**, v.12, p. 301-307, abr./jun. 2010.

PERES, V. L. A. Desenhos de família. In: SOUSA, S. M. G.; RIZZINI, I. (Coord.). **Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianense e os elos parentais**. Cânone. Goiânia. 2001, p. 73-94.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Abrigos vão estimular convívio entre irmãos. **Assessoria de Imprensa** [publicada em: 31 mar. 2016]. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/31021>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

PORTAL BRASIL. Taxa de fecundidade caiu 18,6% em 10 anos no País. **Cidadania e Justiça**, 2015. [publicado em 04 dez. 2015]. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/taxa-de-fecundidade-caiu-18-6-em-10-anos-no-pais>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

QUANDO minha casa é a rua. Direção: Theresa Jessouroun. [S.l]: kino filmes, 2012. 1 DVD (35 min).]

RIBEIRO, R. J. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIZZINI, I. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF. UNICEF. CIESP. Rio de Janeiro, Puc-Rio, 2007.

_____. CORONA, R. F. ZAMORA, M. H. NEUMANN, M. M. Niños, adolescentes, pobreza, marginalidad y violencia en América Latina y el Caribe: relaciones indisociables? CIESPI, Rio de Janeiro, 2006.

ROSA, E. M.; NASCIMENTO, C. R. R.; MATOS, J. R.; SANTOS, J. R. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos de Psicologia**, n.17, p.361-368, set./dez. 2012.

ROSSETTO, M. S. SHERMANN, L. B. BÉRIA, J. U. 2014. Maternidade na adolescência: indicadores emocionais negativos e fatores associados em mães de 14 a 16 anos em Porto Alegre, RS, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.10, p.4235-4246. 2014.

SABROZA, A. R. LEAL, M. C. GAMA, S. G. N. COSTA, J. V. Perfil sócio-demográfico e psicossocial de uérperas adolescentes do Município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999 – 2001. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, p.112-120, 2004.

SAGGESE, E. **Adolescência e Psicose: transformações sociais e os desafios da clínica**. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2001.

SILVA, K. S.; RPZENBERG, R.; BONAN, C.; CHUVA, V. C. C.; COSTA, S. F.; GOMES, M. A. S. Gravidez recorrente na adolescência e vulnerabilidade social no Rio de Janeiro: uma análise de dados do Sistema de nascidos Vivos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, p. 2485-2493, 2011.

SIQUEIRA, A. C.; MASSIGNAN, L. T.; DELL'AGLIO, D. D. Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. **Paidéia**, v.21, n.50, p.383-391, set./dez. 2011.

SOARES, M. V. de M. B. Cidadania e direitos humanos. **Cadernos de Pesquisas**, Fundação Carlos Chagas. n.104, 2004.

STAMM, M.; MIOTO, R. C. T. Família e cuidado: uma leitura para além do óbvio. **Rev. Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v.2, n.2, p.161-168, jul./dez. 2003.

TELLES, V. S. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram de nossa modernidade. **Caderno CRH**, n.30/31, p. 85-110, jan./dez.1999.

TIRADENTES, A. F. R. Famílias multifacetadas: uma perspectiva do instituto até o Estado democrático de direito à luz do Estado plurinacional. **Prática Jurídica**, Ano XII. n.149, ago.2014.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VENANCIO, A. T.; LEAL, E. M.; DELGADO, P. G. O campo da atenção psicossocial: **Anais** do 1º Congresso de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro. Instituto Franco Basaglia. Rio de Janeiro, 1997.

WILLIAMSON, N. **Maternidade precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência**. Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA). Situação da População Mundial 2013. Ulisses Lacava Bigaton. Brasil, 2013.

ANEXO I – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Câmara de Ética em Pesquisa da PUC - Rio

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO (2015-62)

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: Acolhimento institucional para mães adolescentes: práticas cotidianas e reinserção sociofamiliar (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autor: Rodrigo Moreira Costa (Mestrando do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientadora: Irene Rizzini (Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa que visa analisar as concepções de reinserção sociofamiliar que norteiam as práticas cotidianas dos profissionais que atuam em acolhimento institucional de mães adolescentes. A pesquisa vai analisar a documentação produzida no período de janeiro de 2014 a janeiro de 2015 no campo empírico selecionado para o estudo e aplicar entrevistas semiestruturada a quatro profissionais (duas educadoras, uma pedagoga e uma assistente social) que atuaram na organização no período de tempo mencionado, mas não fazem mais parte do quadro de profissionais do acolhimento. A metodologia apresentada está fundamentada na noção de paradigma da complexidade de Edgard Morin.

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido expõe com clareza o objetivo da pesquisa, os procedimentos a serem seguidos, a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados coletados e da identidade dos participantes. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Considerando os elementos expostos acima somos de parecer Favorável à aprovação do projeto quanto aos princípios e critérios estabelecidos pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2015.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa **“ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MÃES ADOLESCENTES: PRÁTICAS COTIDIANAS E REINSERÇÃO SOCIOFAMILIAR”**

1 Justificativa

A adolescência, por si só, já se constitui como uma fase de grandes transformações e mudanças complexas, período da vida que, associado à gestação/maternidade em circunstâncias de vulnerabilidade social ou pobreza, consiste em um desafio ainda maior para as instituições públicas e para as jovens mães. A adolescência é historicamente construída, atravessada por fatores biopsicossociais, que interferem diretamente no lugar social e no futuro de mulheres e de toda pessoa.

Os imperativos sociais direcionados às meninas pobres, acolhidas e gestantes/mães, podem estar contribuindo para a manutenção da desigualdade social. Mundialmente, a gravidez na adolescência tem sido considerada como um problema social, sendo tema discutido pela ONU, em 2013, pois está entre os problemas que interferem significativamente na vida de 7,3 milhões de meninas menores de 18 anos em países em desenvolvimento (WILLIAMSON, 2013). Com isso, torna-se muito significativo estudar o processo de acolhimento institucional para essa parcela da população.

A partir dos dados já levantados e da experiência cotidiana no acolhimento institucional com mães adolescentes, percebemos a fragilidade dessa etapa da vida para as acolhidas e os inúmeros impasses enfrentados para superar as vulnerabilidades que as acompanham desde a infância. É nesse contexto que se considera a importância de estudar a

situação social de mães adolescentes acolhidas e os elementos do acolhimento institucional que interferem em suas vidas.

2 Objetivo

Este projeto de pesquisa embasará uma dissertação de mestrado em curso no Departamento de Serviço Social na PUC-Rio e tem como objetivo analisar as concepções de reinserção sociofamiliar que norteiam as práticas cotidianas dos profissionais que atuam em acolhimento institucional de mães adolescentes, a partir das ações mais frequentes apresentadas pelos profissionais e jovens que foram acolhidas no abrigo para mães adolescentes. Com esse objetivo, pretendemos também analisar o processo de saída das mães adolescentes da instituição de acolhimento, a fim de contribuir com as discussões que giram em torno da proteção social de crianças e adolescentes.

3 Procedimentos metodológicos

O projeto prevê a realização das seguintes atividades pelo pesquisador:

- Levantamento bibliográfico com ênfase nos últimos dez anos - entre o ano de 2005 e 2015 -, além de outros documentos e materiais que favoreçam a análise teórica que fundamenta esta pesquisa;
- Coleta de dados por meio de duas etapas: observação participante do pesquisador no cotidiano do acolhimento institucional e entrevistas semiestruturadas com profissionais do acolhimento institucional e jovens que já foram acolhidas;
- Transcrição, relação e análise de dados coletados, a fim de produzir uma dissertação, artigos e um relatório final.

4 Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você, participante voluntário, tem toda a garantia de plena liberdade para recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Basta entrar em contato com os pesquisadores pelos contatos informados no cabeçalho deste documento, pois receberá uma cópia ao assinar. Garantimos também a sua privacidade a partir do sigilo de seus dados em todas as fases desta pesquisa.

As entrevistas serão gravadas, caso você autorize, mas sua identidade será preservada em todas as fases da pesquisa. Após a transcrição da entrevista, você poderá solicitar uma via e caso não concorde com o que está escrito, poderá solicitar mudanças no texto para que não seja submetido a qualquer tipo de constrangimento ou prejuízo moral.

5 Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Não haverá para o participante voluntário qualquer despesa e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo dos pesquisadores envolvidos.

6 Benefícios e riscos resultantes da pesquisa

O relato de sua experiência como profissional, de nível técnico ou superior, ou como pessoa que já foi acolhida na instituição que acolhe mães adolescentes, será muito importante para compreendermos quais intervenções são mais frequentes no apoio à saída das acolhidas da instituição, além de nos ajudar a nos aproximarmos do contexto social das jovens mães e das situações que os profissionais vivenciam em seu cotidiano de trabalho. Os benefícios desta pesquisa consistem em

contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade de mães adolescentes vulneráveis e o atual modelo de proteção social.

Toda pesquisa envolvendo seres humanos há riscos. Em relação aos entrevistados e pesquisador, durante todo o processo de produção desse projeto, não se vislumbra riscos à saúde e à segurança dos mesmos. É possível que ocorram momentos de constrangimentos e desconfortos imprevisíveis de acordo com o tema discutido, por estarmos lidando com situações e momentos de intensa fragilidade na vida de cidadãos, sujeitos psíquicos e de direitos. Entretanto, os benefícios se mostram ainda maiores e podem ser multiplicados a partir de trabalhos e documentos produzidos com os dados coletados.

7 Assinaturas declaratórias

Eu, _____
 _____, nacionalidade _____,
 CPF _____, portador da carteira de identidade nº _____,
 emitida pelo _____, residente e domiciliado na cidade _____,
declaro que aceito participar da pesquisa “Acolhimento institucional para mães adolescentes: práticas cotidianas e reinserção sociofamiliar”. Entendi que posso concordar em participar, mas que, a qualquer momento, posso me recusar ou desistir, sem sofrer qualquer penalidade. Os pesquisadores explicitaram os objetivos da pesquisa, esclareceram minhas dúvidas e conversaram sobre a metodologia utilizada. **Recebi uma via assinada deste termo de consentimento, li e concordo em participar da pesquisa.** Nesse caso, autorizo o uso dos meus relatos referentes à entrevista gravada e dos documentos por mim apresentados, com o objetivo de colaborar nos estudos realizados para esta pesquisa e destinados à utilização acadêmica e formação de acervo histórico.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do Responsável pela Pesquisa

Responsáveis pela pesquisa

Aluno Rodrigo Moreira Costa

E-mail: psimoreira@hotmail.com celular: (21) 98278-4891

Professora Irene Rizzini

E-mail: ireneri26@gmail.com celular: (21) 96765-9491

ANEXO II



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO**

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**PESQUISA - Acolhimento institucional para mães adolescentes:
práticas cotidianas e reinserção sociofamiliar**

- 1) Como você compreende a finalidade do acolhimento institucional para mães adolescentes?
- 2) Poderia falar um pouco sobre a situação social das mães adolescentes acolhidas?
- 3) Quais as intervenções – ações dos profissionais – mais frequentes direcionadas às mães adolescentes acolhidas?
- 4) O que você mais fazia dentro da instituição? Você poderia falar um pouco sobre a importância das atividades diárias?
- 5) O que é mais importante registrar nos livros de comunicação e por qual motivo?
- 6) Você considera as mães adolescentes acolhidas capazes de construir um novo núcleo familiar?
- 7) O que você entende por reinserção e reintegração sociofamiliar?
- 8) Como você vê a participação das adolescentes acolhidas nas decisões tomadas pelos profissionais?

Dados do entrevistado

Idade: _____ Gênero: _____ Estado civil: _____

Possui filhos? () não () sim, quantos? _____ residem com quantos? _____

Possui religião? () não () sim, qual? _____, praticante () não () sim.

Quanto tempo trabalhou ou residiu no Acolhimento Institucional? Se profissional, qual função ocupou?

ANEXO III

TABELA DE SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

DATA DA PESQUISA	PALAVRAS-CHAVE	PERÍODO E FONTE	TOTAL (n)	RELACIONADO AO TEMA (n)
05/10/15	Institucionalização, Acolhimento Institucional, Abrigo	De 2005 a 2015. Pesquisa Integrada PUC Rio	52	14
05/10/15	Gravidez na Adolescência, Abrigamento, Acolhimento Institucional	De 2005 a 2015. Pesquisa Integrada PUC Rio	3	2
05/10/15	Reinserção Social, Adolescentes Abrigados	De 2005 a 2015. Pesquisa Integrada PUC Rio	9	8
05/10/15	Desinstitucionalização Adolescentes	De 2005 a 2015. Pesquisa Integrada PUC Rio	30	6
03/10/15	Reinserção, Crianças, Adolescentes Abrigados	Livre Pesquisa Integrada PUC Rio	10	5
05/10/15	Reinserção Familiar, Adolescentes	De 2005 a 2015 Pesquisa Integrada PUC Rio	78	15
03/09/15	Reinserção Familiar, Adolescentes	Livre Pesquisa Integrada PUC Rio	102	15*
03/09/15	Meninas, Acolhimento Institucional	Livre Pesquisa Integrada PUC Rio	29	12
03/09/15	Abrigamento, Institucionalização, Mães adolescentes	Livre Pesquisa Integrada biblioteca e acessos da PUC Rio	7	6
03/09/15	Institucionalização, Adolescentes	Livre Pesquisa Integrada biblioteca e acessos da PUC Rio	Não registrados	33
03/09/15	Reinserção Social, Adolescentes	Livre Pesquisa Integrada biblioteca e acessos da PUC Rio	Não registrados	7
19/09/2014	Acolhimento institucional, Vulnerabilidade, Abrigo	Livre Base de dados SIRIUS	Não registrado	9**
19/09/2014	Acolhimento institucional, Vulnerabilidade, Abrigo	Livre Base de dados SciELO	Não registrado	6
TOTAL	-	-	319	133

ANEXO IV

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA DO AUTOR PESQUISADOR

Ao ingressar no curso de Mestrado em Serviço Social da PUC/RIO, o meu interesse, a princípio, era o de estudar a interlocução entre os diferentes setores que implementam a atenção integral para crianças e adolescentes acolhidos. Porém, a partir das experiências vivenciadas em um complexo de acolhimentos institucionais, na cidade do Rio de Janeiro, deparei-me com a problemática de mães adolescentes acolhidas. Diante dessa experiência, o meu olhar foi direcionado para essa nova situação, mais específica e pouco discutida, e o projeto de pesquisa foi sendo modificado e assumindo outra direção.

Os caminhos que percorri até encontrar o objeto de pesquisa fazem parte de minha história pessoal e trajetória acadêmica. Desde minha adolescência participei de projetos sociais, propondo-me a contribuir e conhecer os processos sociais. Em 2004, após sair de minha cidade natal, Londrina, aceitei o desafio de participar da ONG Internacional Jovens Com Uma Missão, dispondo-me a contribuir com projetos sociais nas favelas do Rio de Janeiro. Escolhi atuar como colaborador na sede do Complexo do Alemão, território o qual se tornou o meu local de moradia. Vivenciei momentos de intensos conflitos e extrema vulnerabilidade, aproximando-me cada vez mais da realidade dessa comunidade, o que aguçou ainda mais minha busca pelo conhecimento dos processos de construções sociais.

Ao vivenciar as extremas situações de violência associada à pobreza e as dificuldades de acesso aos bens sociais no Complexo de Favelas do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, certos desconfortos e muitos questionamentos me levaram a buscar mais informações, a fim de lidar com essas realidades. Ao “mergulhar” intensamente em buscas morais e religiosas, reconheci o fracasso de minhas intervenções e a complexidade das relações humanas, o que me permitiu romper com os laços dogmáticos. Desse modo, investi em uma carreira acadêmica que

me deu subsídios para uma prática mais próxima da ética e do contexto social contemporâneo.

Em 2007, entrei para a graduação em Psicologia na Universidade Gama Filho, na qual participei de projetos de iniciação científica e monitoria em laboratório de Neuropsicologia. Foi nesse período que elaborarei algumas questões relacionadas ao modo de vida em comunidade e me interessei pelos estudos psicossociais.

As “crises” existenciais e sociais ganharam lugar em minha vida e me possibilitaram a descoberta de novos caminhos. Em pouco tempo, identifiquei-me com projetos e trabalhos relacionados à saúde mental, e em busca de um estágio que fizesse sentido para aquele momento, dediquei-me aos estudos da Reforma Psiquiátrica.

As conquistas de Franco Basaglia na Itália³⁰ e de Nise da Silveira³¹ no Brasil foram fontes de inspiração para buscar conhecer e atuar na clínica da saúde mental. Em 2010, fui aprovado no concurso Acadêmico Bolsista da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, um programa de estágio remunerado para graduandos, que foi ao encontro de minha vida profissional como psicólogo e que me possibilitou atuar no antigo Núcleo Infantil e Juvenil do Instituto Municipal Philippe Pinel, atual Centro de Atenção Psicossocial Infantil e Juvenil (CAPSi) Maurício de Souza.

Em 2012, já formado, inicio um projeto com crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade nas favelas de Senador Camará. Concomitantemente a esse trabalho, fui aprovado para o programa de pós-graduação em Atenção Psicossocial Infantil e Juvenil do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB – UFRJ), tendo sido orientado pela professora Dra. Maria Cristina Ventura Couto.

³⁰ Franco Basaglia era médico e psiquiatra, e foi o precursor do movimento de reforma psiquiátrica italiano conhecido como Psiquiatria Democrática.

³¹ Nise da Silveira foi uma renomada médica psiquiátrica brasileira, aluna de Carl Jung. Nise, dedicou sua vida à psiquiatria e manifestou-se radicalmente contrária às formas agressivas de tratamento de sua época, tais como o confinamento em hospitais psiquiátricos, eletrochoque e lobotomia.

Os estudos de Couto (2012) e a convivência com ela nas aulas me influenciaram no engajamento e busca pelo conhecimento de políticas sociais, entendendo que a clínica social não se faz com ausência de políticas públicas. Foi a partir dessa experiência que passei a valorizar as políticas sociais como instrumento fundamental para a clínica da população mais atingida pela desigualdade social.

Durante o ano de 2012, e início de 2013, fiz parte do quadro de profissionais estagiários do CAPSi no IPUB – UFRJ, deparando-me com situações que exigiram novos posicionamentos na clínica para crianças e adolescentes com problemas mentais, pois constatei quadros de fragilidades mentais associados à vulnerabilidade social³². Esse contexto me impulsionou a construir uma monografia que discute a importância da intersectorialidade para os casos mais complexos.

Meu interesse por pesquisas sempre esteve ligado ao meu campo de atuação profissional. Na pós-graduação, conheci o trabalho da professora Dra. Irene Rizzini e me interessei por compreender melhor a intersectorialidade na rede que atende crianças e adolescentes acolhidos na cidade do Rio de Janeiro. No final de 2013, fui aprovado para o curso de mestrado em Serviço Social, no Departamento de Serviço Social da Universidade Católica do Rio de Janeiro, apresentando, para o acesso ao curso, um projeto que objetivava discutir a intersectorialidade.

Ao ser convidado para trabalhar em uma unidade de Acolhimento Institucional para atuar como psicólogo com mães adolescentes acolhidas, no ano de 2013, deparei-me com uma realidade de maior complexidade – meninas com múltiplos problemas sociais, vínculos familiares fragilizados ou rompidos, gestantes, com pouca ou nenhuma perspectiva de futuro. Meus questionamentos em relação à institucionalização de crianças e adolescentes intensificaram-se e direcionei meus esforços para essa temática. A partir de então, debrucei-me sobre o tema acolhimento institucional para mães adolescentes e os

³² Crianças e adolescentes que viviam em situações precárias de vida, em contextos desfavoráveis para o seu desenvolvimento humano, ambientes que não promoviam acesso às necessidades básicas para uma saúde integral.

princípios norteadores das intervenções de profissionais da rede de proteção social.

Rodrigo Moreira Costa.